

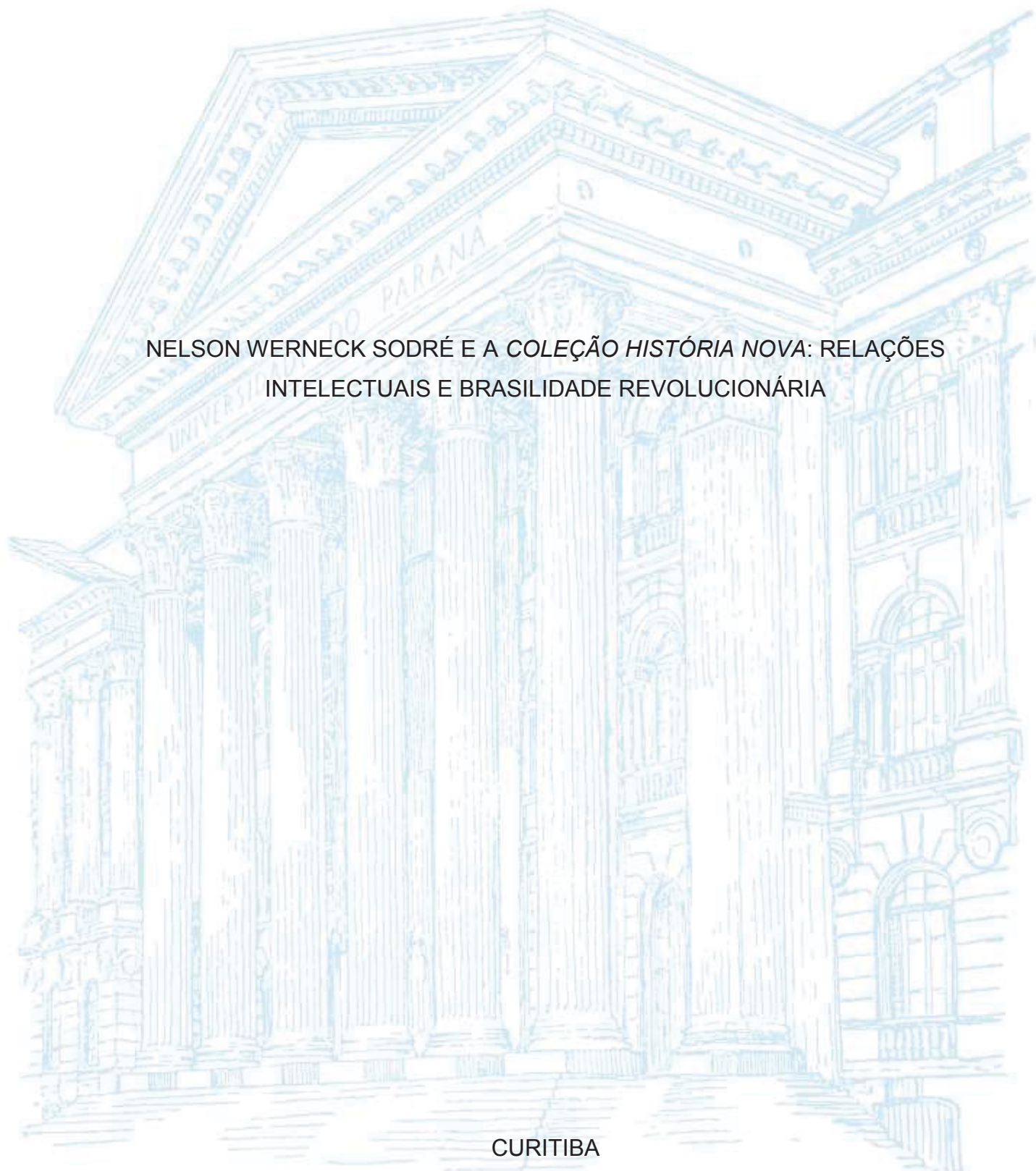
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EDUARDO RUSSO RAMOS

NELSON WERNECK SODRÉ E A COLEÇÃO *HISTÓRIA NOVA*: RELAÇÕES  
INTELECTUAIS E BRASILIDADE REVOLUCIONÁRIA

CURITIBA

2020



EDUARDO RUSSO RAMOS

NELSON WERNECK SODRÉ E A *COLEÇÃO HISTÓRIA NOVA*: RELAÇÕES  
INTELECTUAIS E BRASILEIRIDADE REVOLUCIONÁRIA

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Czajka

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –  
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Ramos, Eduardo Russo

Nelson Werneck Sodré e a *Coleção História Nova* : relações intelectuais  
e brasilidade revolucionária. / Eduardo Russo Ramos. – Curitiba, 2020.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da  
Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Rodrigo Czajka

1. Sodré, Nelson Werneck, 1911-1999 – Crítica e interpretação.  
2. Intelectuais e política - Brasil. 3. Socialismo – Brasil. 4. Instituto Superior de  
Estudos Brasileiros. I. Czajka, Rodrigo, 1976-. II. Título.

CDD – 305.552



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA -  
40001018032P2

ATA N° 03

### ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM SOCIOLOGIA.

No dia seis de março de dois mil e vinte às 14:00 horas, na sala 914, Campus Reitoria do Setor de CIÊNCIAS HUMANAS da Universidade Federal do Paraná, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa da dissertação do mestrando **EDUARDO RUSSO RAMOS**, intitulada: **NELSON WERNECK SODRÉ E A COLEÇÃO HISTÓRIA NOVA: RELAÇÕES INTELECTUAIS E BRASILEIRIDADE REVOLUCIONÁRIA**, sob orientação do Prof. Dr. RODRIGO CZAJKA. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná em SOCIOLOGIA foi constituída pelos seguintes Membros: RODRIGO CZAJKA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), JOSNEI DI CARLO VILAS BOAS (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), ERIVAN CASSIANO KARVAT (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga do título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, RODRIGO CZAJKA, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

Observações: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Curitiba, 06 de Março de 2020.

RODRIGO CZAJKA  
Presidente da Banca Examinadora

JOSNEI DI CARLO VILAS BOAS  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

ERIVAN CASSIANO KARVAT  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA)




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA -  
40001016032P2

### TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **EDUARDO RUSSO RAMOS**, intitulada: **NELSON WERNECK SODRÉ E A COLEÇÃO HISTÓRIA NOVA: RELAÇÕES INTELCTUAIS E BRASILEIRIDADE REVOLUCIONÁRIA**, sob orientação do Prof. Dr. RODRIGO CZAJKA, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 06 de Março de 2020.

  
RODRIGO CZAJKA  
Presidente da Banca Examinadora

  
JOSNEI DI CARLO VILAS BOAS  
Avalador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

  
ERIVALDO CASSIANO KARVAT  
Avalador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA)

Dedico este trabalho aos meus pais que,  
pela música, me ensinaram os valores e  
os sentidos da brasilidade.

## AGRADECIMENTOS

Fadado a esquecer nomes, inicio estes agradecimentos com um já adiantado pedido de desculpas e o reconhecimento implícito por toda e qualquer prestação de auxílio que me foi reservada durante a realização desta pesquisa.

Meus pais, Ana Cristine e Alvaro, que assistiram as idas e vindas, mas jamais desistiram. Vocês merecem tudo.

Minha companheira, namorada, noiva e agora esposa, Mariana Vidotti, que acompanhou cada passo dessa jornada e me deu força, perseverança, exemplo e sentido. Os dias ainda serão muitos e melhores.

Minha família, especialmente na figura de pessoas que nunca faltaram ao encontro, ao apoio: minha tia Tata e meu tio Cícero pela calma e pelos ensinamentos; aos meus tios Maurício e Xixo pela luta, pela confiança e pela paciência. Ao meu primo Francisco Proner, brilhante fotógrafo e jovem estudante de graduação em Ciência Política que, no Rio de Janeiro, se dispôs a me ajudar com as consultas ao acervo de Nelson Werneck Sodré na Fundação Biblioteca Nacional. E os demais, não contemplados nominalmente, mas contemplados na existência, meus primos, minha avó, meus tios e tias. À família que me acolheu: minha sogra Vera e a vó Maria, pelo amor, pelo carinho e pela compreensão.

Aos meus amigos, em sua totalidade, pela tolerância e disposição, pelo tempo e pelos conselhos. Ao Dédallo e à Jéssica que sempre estiveram presentes, do primeiro ao último instante dessa pesquisa e para adiante. Ao Anderson que nunca poupou esforços e tempo nos momentos de socorro e pela irmandade construída ainda nas cadeiras da Faculdade de Direito: resistiremos! Ao Luiz Ivanqui, parceiro de vida, de música e de outras paisagens que nunca me abandonou mesmo quando neguei todos os convites às rodas de choro por conta do trabalho acadêmico.

Aos meus fiéis companheiros de mestrado, orientação, revista, cafés, alegrias e desesperos: Vinicius Milani, Sabrina Freitas, Patrícia Dotti e Henrique Valério. Não sei o que seria dessa experiência sem a presença e o exemplo de vocês. Meu eterno agradecimento pela generosidade e acolhimento.

Ao meu orientador, professor Rodrigo Czajka que, além de ter confiado num jovem estudante de Direito propondo uma mudança brusca de área, proporcionou as mais importantes e valiosas experiências acadêmicas que tive até o presente. Pela

paciência, pelo trabalho em equipe, pelo conhecimento e pela paciência novamente, porque foi com certeza sua virtude que mais abusei ao longo da pesquisa.

Aos meus colegas do Grupo de Pesquisa “Cultura, Política e Movimentos Sociais na América Latina”, pelos debates, pela partilha, pela participação.

Aos professores Erivan e Josnei, pelas recomendações, pelos comentários e pela disposição. Parte fundamental dessa experiência acadêmica foi ter conhecido sujeitos abertos ao diálogo e dispostos a compartilhar, difundir e auxiliar novos pesquisadores como vocês.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo auxílio financeiro através da bolsa do Programa de Demanda Social, sem o qual essa pesquisa dificilmente se realizaria.

*Lá vai o trem com o menino  
Lá vai a vida a rodar  
Lá vai ciranda e destino  
Cidade e noite a girar*

*Lá vai o trem sem destino  
Pro dia novo encontrar  
Correndo vai pela terra  
Vai pela serra  
Vai pelo mar*

*Cantando pelas serras do luar  
Correndo entre as estrelas a voar  
No ar, no ar, no ar*

*O Trenzinho do Caipira (de "Bachianas Brasileiras nº 2")  
Heitor Villa-Lobos (1930), Ferreira Gullar (1976)*

## RESUMO

A proposta desta dissertação se orienta dentro do vasto campo dos estudos da temática dos intelectuais e, observando a necessidade de uma convergência teórico-metodológica para o seu tratamento, busca conduzir o trabalho analítico através das importantes contribuições de Raymond Williams para a sociologia dos intelectuais. Reflexão esta que toma como objeto a elaboração e publicação da *Coleção História Nova* entre os anos de 1963 e 1964, projeto organizado no âmbito das atividades do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) por um grupo de intelectuais constituído em torno do historiador, militar, militante comunista e crítico literário Nelson Werneck Sodré (1911-1999), então professor do referido instituto. Entendendo a centralidade deste intelectual para a realização da coletânea, partimos do estudo de aspectos de sua trajetória e pensamento social para examinar a realização do projeto no âmbito das relações intelectuais que deram origem ao grupo e que criam as condições para sua intervenção intelectual abordando-a em sua relação com a *brasilidade revolucionária* como estrutura de sentimento que marcou a produção cultural e intelectual dos anos 1960 no Brasil (Marcelo Ridenti). Tomando esta obra como fonte documental e objeto, nosso estudo busca propor uma interpretação sobre sua realização, seu significado e seu destino: sobrevivendo o golpe de 1964, seus volumes foram apreendidos pelas forças militares, seus autores foram presos ou se exilaram, dissipando-se o grupo que a concebeu; em 1966, na tentativa de uma reedição, foi submetida a Inquérito Policial Militar, jamais vindo a ser publicada integralmente. Ainda, com este estudo procuramos contribuir com as pesquisas que abordam a trajetória e o pensamento social de intelectuais que marcaram a formação, o desenvolvimento e a consolidação da plural tradição marxista brasileira.

**Palavras-chave:** Relações intelectuais; Brasilidade Revolucionária; Tradição Marxista Brasileira; Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB); Nelson Werneck Sodré; Coleção História Nova.

## ABSTRACT

This dissertation is part of the field of intellectual studies. Observing the need for a theoretical-methodological convergence for its treatment, it seeks to conduct analytical work through the important contributions of Raymond Williams to the sociology of intellectuals. In particular, this reflection aims at the elaboration and publication of the *Coleção História Nova* between the years 1963 and 1964, a project organized within the scope of the activities of the Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) by a group of intellectuals formed around the historian, military, communist activist and literary critic Nelson Werneck Sodré (1911-1999). Understanding the centrality of this intellectual for the realization of the collection, we will study aspects of his trajectory and thinking to examine the realization of the project within the scope of the intellectual relations that gave rise to the group and that create the conditions for his intellectual intervention addressing it in its relationship with the concept of *brasiliidade revolucionária* (revolutionary brazilianness) as the feeling structure that marked the cultural and intellectual production of the 60's in Brasil (Marcelo Ridenti). In view of this, having this work as a documentary source and object, this study seeks to propose an interpretation of its realization, its meaning and its destiny: after the military blow of 1964, its volumes were seized by the military forces, its authors were arrested or if exiled, the group that conceived it dissipated; in 1966, in an attempt at a reissue, it was submitted to a Military Police Inquiry, never being published in full. Thus, this study seeks to contribute to research that addresses the trajectory and social thought of intellectuals that marked the formation, development and consolidation of the plural Brazilian Marxist tradition.

**Keywords:** Intellectual relations; Revolutionary Brazilianness; Brazilian Marxist Tradition; Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB); Nelson Werneck Sodré; Coleção História Nova.

## LISTA DE SIGLAS

CASES – Campanha de Assistência ao Estudante

CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CEDEC – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea

CHN – Coleção História Nova

CPC – Centro Popular de Cultura

DEEE – Divisão de Educação Extra-Escolar

ESG – Escola Superior de Guerra

FNFi – Faculdade Nacional de Filosofia

IBESP – Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PCB – Partido Comunista do Brasil (até 1961) e Partido Comunista Brasileiro (de 1961 em diante)

UNE – União Nacional dos Estudantes

USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1. ITINERÁRIO E PROJETO INTELECTUAL DE NELSON WERNECK SODRÉ: UM RECENSEAMENTO CRÍTICO</b> .....	19
1.1 Apontamentos para se pensar a trajetória de Nelson Werneck Sodré .....	23
1.2 Particularização do caso do Projeto <i>História Nova</i> .....	33
<b>2. INTELECTUAIS, PRODUÇÃO CULTURAL E ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA CULTURA: PENSAR A SOCIOLOGIA DOS INTELECTUAIS</b> .....	39
2.1 Intelectuais como produtores culturais: a contribuição de Raymond Williams ....	44
2.2 O cenário político-cultural das décadas de 1950 e 1960 como desafio interpretativo: a formação de uma <i>brasilidade revolucionária</i> .....	50
<b>3. O GENERAL, A JUVENTUDE E A HISTÓRIA: A REALIZAÇÃO DA COLEÇÃO HISTÓRIA NOVA</b> .....	65
3.1 A <i>CHN</i> em suas coordenadas institucionais: lacunas e impasses para se caracterizar suas relações intelectuais.....	66
3.2 A constituição do Grupo “Alegria de Estudar”: uma <i>formação cultural</i> e o sentido da <i>urgência</i> .....	80
<b>CONCLUSÃO</b> .....	97
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	102
<b>ANEXOS</b> .....	111

## INTRODUÇÃO

O fundamento das preocupações e questões levantadas neste trabalho foi, desde a primeira reunião de orientação, a necessidade de empenharmos mais esforços acadêmicos e investigativos ao tema da formação da nossa complexa e diversa intelectualidade marxista brasileira. De início pensamos em uma lista, que poderia se dizer extensa, de nomes e grupos de intelectuais que reivindicaram um espaço em suas fileiras e que ainda não haviam sido tomados como objeto de pesquisa ou, se haviam, não teriam recebido tratamento contínuo, intensivo e repetitivo, como é o caso de nomes como Caio Prado Júnior ou Florestan Fernandes. A razão desta diferença de tratamento também tornou-se objeto de reflexão, impondo a necessidade de pesquisas futuras.

O nome de Nelson Werneck Sodré saltara aos olhos não por algum tipo de afinidade com sua obra, mas por conta de um breve episódio do período da graduação, onde, rato de biblioteca, me deparei com alguns de seus títulos sobre a história, a cultura e a literatura no Brasil a partir de uma perspectiva marxista. Sobrevindo a surpresa e o interesse, logo estes seriam soterrados pelos sobrecarregados estudos da Faculdade de Direito. Assim, posso dizer que foi, em primeira pessoa e brevemente, uma espécie de reencontro.

Assim, selecionado o autor, nos propusemos a permanecer no campo de estudos que vem se constituindo nos últimos 20 anos sobre as experiências políticas, culturais, intelectuais e artísticas das décadas de 1950 e 1960 no Brasil. Esse marco é importante pois, como veremos em seguida, nosso autor vivenciou os principais acontecimentos e transformações pelos quais passou nosso país ao longo do século XX. Ainda, é importante pois o fascínio que arrebatava os pesquisadores que se dedicam a estudar este período pode ser explicado pelo sentido da célebre expressão “ensaio geral de socialização da cultura”, cunhada por Walnice Nogueira Galvão para referir-se à efervescência do período (GALVÃO, 1994, p. 185-186). A riqueza destas experiências trouxeram consigo a condensação histórica e social da tortuosa formação histórica brasileira – sem medo de utilizar um léxico por vezes dito “ultrapassado”. Dentro do estudo deste ensaio geral nos (re)encontramos no espaço tenso e disputado do significado histórico e social de ser brasileiro, com ou sem romantismos, nutrindo ou não grandes utopias ou ilusões. Ao nos deparar com as

aventuras e desventuras destes brasileiros, nos agarramos, neste desafiante Brasil do século XXI, às nossas próprias aventuras e desventuras.

A investigação encaminhada neste trabalho buscou, em seus limites, iluminar elementos da obra e da trajetória desse nosso ilustre desconhecido que é Nelson Werneck Sodré. Dentre os problemas a que nos propusemos trabalhar, direcionamos nossa luz a um episódio muito específico de seu percurso intelectual. Este que foi militar – chegando ao posto de General de Brigada do Exército Brasileiro –, crítico literário – com atuação da década de 1930 até seu falecimento em 1999 –, historiador – com vasta obra, produziu cerca de 56 títulos – e militante comunista – ponto tão controverso quanto inegável de sua trajetória –, certamente não deixaria tarefa simples para os pesquisadores que se arriscassem a estudá-lo. Enfrentando estas dificuldades com as ferramentas e os limites da pesquisa sociológica, inicialmente definimos como nosso recorte o período de sua trajetória que vai de 1955 até 1964, por uma série de fatores de ordem biográfica e histórica, concentrando-nos em sua atuação como professor no extinto Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB. Ainda dentro deste projeto inicial, tomávamos a última obra produzida neste período, a *Coleção História Nova* como objeto e fonte documental visando compreender como se inscreviam, em sua realização, os desafios vividos pela intelectualidade progressista diante dos estertores do governo de João Goulart e, em seguida, já sob o “terrorismo cultural” do regime militar, expressão cara aos intelectuais do período, dos idos do 1º de abril de 1964. Apesar deste recorte localizado e definido, na etapa de pesquisa, de aproximação dos debates, nos deparamos com uma série difusa e complexa de fatores e elementos pouco aprofundados pela bibliografia disponível, tanto no plano geral sobre o contexto quanto no plano particular da trajetória de Sodré. Desta forma, fomos levados a realizar um recorte mais estreito, sem perder de vista a possibilidade de, nos limites de uma dissertação de mestrado, levantar questões e sustentar hipóteses que pudessem contribuir com este estado da arte.

Portanto, a forma final que esta pesquisa tomou foi a seguinte: abordamos o caso específico da realização da já aludida *Coleção História Nova* e, nesta rota, procuramos compreender as relações intelectuais que proporcionaram sua concretização no âmbito das atividades do Departamento de História do ISEB. Compreendíamos, no entanto, que este episódio só se tornaria inteligível tendo uma noção mais apurada da trajetória e da obra de Sodré, assim como das condições objetivas em que foi realizada. Desta forma, nossa preocupação nos lançou a

tematizar duas entradas que, devidamente justificadas, receberam tratamento privilegiado: o itinerário de Sodré, circunscrevendo nossa análise à identificação e problematização de aspectos e elementos já colocados pelo estado da arte das pesquisas sobre o autor; e das atividades do ISEB dentro do cenário político e cultural do pré-golpe, também trazendo uma leitura da bibliografia sobre o tema e visando explorar limites e ênfases ainda incipientes sobre a temática. Desta maneira, nosso escopo se esquivava de uma pobre análise da trajetória singular de Sodré para então compreender pontos e direções mais amplas do ambiente intelectual do período. Nosso estudo, por fim, ao tratar de relações intelectuais, apresenta e debate as circunstâncias sociológicas da produção de uma intervenção cultural idealizada e realizada por um grupo de jovens intelectuais que se formou no ano de 1963 no entorno de Sodré através das atividades desempenhadas por este no ISEB, mas ultrapassando este nível institucional e revelando uma tessitura das atividades intelectuais do pré-golpe, relacionando o Instituto com a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Rio de Janeiro, o Ministério da Educação e da Cultura e o Partido Comunista Brasileiro.

O primeiro capítulo trata de apresentar aquelas inquietações presentes na expressão “ilustre desconhecido” a que dedicamos a Sodré algumas linhas acima. Não se trata de uma reabilitação, mas sim de uma tentativa de assinalar sua importância e a pertinência (e urgência, diríamos) de seu estudo para pensarmos a constituição tanto de nossa tradição marxista quanto da formação do nosso cenário intelectual ao longo do século XX. Expomos uma fração relevante do estado da arte das pesquisas sobre o autor e, em seguida, apresentamos os principais aspectos de sua trajetória para então abordar preliminarmente a particularização do caso da *Coleção História Nova*. Nesta seção, recordando as dificuldades trazidas pelo nosso primeiro recorte, buscamos dispô-las e, na medida do possível, tensioná-las observando esta última delimitação.

O segundo capítulo foi dedicado a um conjunto de questões que podem ser acusadas pela sua demasiada abstração. Ao longo da pesquisa nos deparamos com dificuldades metodológicas pertinentes ao campo de estudos da Sociologia dos Intelectuais como, por exemplo, a (in)definição do conceito de intelectuais ou o domínio obtuso das formas de se analisar as relações estabelecidas entre intelectuais e o restante da organização social – propriamente, só esta forma de referir-se, colocando intelectuais de um lado e organização social de outro, já alimenta uma série

de impasses sociológicos. Portanto, tratamos de abordar parte destas leituras que consideramos problemáticas e, conseguinte, apresentamos uma perspectiva e uma interpretação do fenômeno que já vem sendo trabalhada por pesquisadores do nosso campo: trata-se da contribuição do crítico inglês Raymond Williams. Exibimos nossa leitura desta contribuição, identificando algumas das formas que o autor dedicou à questão dos intelectuais e, partindo desta disposição, nos dedicamos a um nível mais concreto do debate, colocando em perspectiva o conceito de *brasilidade revolucionária* elaborado pelo pesquisador e professor da Unicamp, Marcelo Ridenti, concepção formada a partir do conceito williamsiano de *estrutura de sentimento* e em diálogo com outras contribuições do campo da Sociologia da Cultura. Nesta última parte, a leitura que propomos partiu da exposição das experiências culturais e políticas do pré-golpe como um desafio interpretativo colocado diante de gerações de analistas, avaliando criticamente parte de leituras um dia tidas como “consagradas” e analisando a forma como a proposta teórico-metodológica de Ridenti procurou dar conta deste desafio.

No último capítulo, nosso trabalho aporta no seu objeto específico para apontar novas indagações e objetos de pesquisa especializada. Procuramos caracterizar as relações intelectuais que propiciaram a realização da *Coleção História Nova* através da análise de documentos, depoimentos e discutindo os resultados de pesquisas já realizadas sobre o tema. Em nossa leitura, compreendemos sua realização a partir de sua dimensão intelectual, enfatizando, desta forma, a interpretação de seus significados no quadro da *brasilidade revolucionária*. Nesta interpretação, abordamos a formação do grupo relacionando seus elementos aos seus suportes institucionais e aos fatores mais amplos de sua realização, como a questão da sua relação com as Reformas de Base do governo de João Goulart; e investigamos o ritmo impresso à execução do projeto, como este poderia nos auxiliar a compreender as atividades desenvolvidas pelo grupo naqueles meses em que se anunciava a preparação golpista, mas que também enchiam de esperança e combatividade a disposição do campo progressista.

Por fim, no espírito que presidiu a *Coleção História Nova*, preocupando-nos com os tempos de outrora como maneira de pensar sobre os sinais dos tempos do presente, que nas vicissitudes que enfrentamos para produzir ciência, cultura, educar, para combater a miséria, o desastre social e humano que se anuncia resignadamente, o obscurantismo e o retrocesso, encontremos o sentido das palavras de Sodré: “A

História é isso mesmo: uma singular mistura do grande e do pequeno.” (SODRÉ, 1993, p. 36).

## 1. ITINERÁRIO E PROJETO INTELECTUAL DE NELSON WERNECK SODRÉ: UM RECENSEAMENTO CRÍTICO

*“Assisti as grandes transformações por que o Brasil passou neste século; as mudanças tem sido profundas, mal nos damos conta de quão profundas tem sido. E o mundo, então, nem se fala: somos, ao mesmo tempo, em épocas assim, contemporâneos do passado e do futuro. Como assisti a tudo com muita atenção e, no que diz respeito ao Brasil, com muita participação, suponho ter o que contar.” (SODRÉ, 1970, p. 15)*

Debruçar-se sobre a trajetória e obra de uma personagem histórica como Nelson Werneck Sodré demanda, já de início, uma quantidade significativa de prolegômenos. Não só sobre a justificativa de sua escolha como objeto de (re)apreciação sociológica, mas também sobre qual ângulo de apreciação parece ser necessário então situá-lo.

Antes de seu falecimento, em 1999, dois intelectuais de renome se dedicaram a analisar, mesmo que brevemente, a trajetória e a obra do historiador e, em suas respectivas análises, alertaram para questões semelhantes que afetavam a compreensão do significado de suas contribuições na história do pensamento brasileiro do século XX. Primeiro Leandro Konder, em 1990 no jornal carioca *Tribuna da Imprensa* – depois reunido e publicado em livro em 1991 –, visitando a riqueza das obras e debates que o historiador realizou, ressaltou a necessidade de empreendermos uma releitura com diálogo crítico de sua obra (1991, p. 78). Dois anos depois, José Paulo Netto, em prefácio à reedição da obra *O Naturalismo no Brasil*, do próprio Sodré, realizou uma exposição detalhada e interpretativa desta trajetória (1992). A perspicácia da análise realizada por NETTO neste ensaio explicam o merecido reconhecimento que obteve em seguida nas empreitadas de resgate e estudo da obra de Sodré – momento que nos referiremos em seguida. Importa, entretanto, destacar que ambos os ensaios alertavam para um elemento da trajetória do autor que deve ser sempre lembrado, pois além de revelar momentos de seu itinerário, também nos auxilia a compreender sua posição marginal nos estudos sobre pensamento social e político no Brasil: o ostracismo acadêmico a que foi submetido nas décadas de 1970 e 1980.

Enquanto KONDER alertou para os ataques que as teses e o próprio autor sofreram da parte do uspiano Carlos Guilherme Mota em sua obra *Ideologia da Cultura Brasileira*, de 1977, NETTO foi mais incisivo ao referir-se ao fenômeno:

O fato é que, nos quintais universitários, Sodré e sua obra são sumariamente fuzilados como “ortodoxos”, “esquemáticos”, “mecanicistas” – sem que se conheçam estudos rigorosos que se ocupem da comprovação de tão inapeláveis julgamentos. Na verdade, o que se vem construindo em torno da obra de Sodré, nos últimos três lustros, é uma *muralha de preconceitos* que assombra: tanto menos se a examina com os cuidados habituais da crítica séria, tanto mais se difundem juízos que a desqualificam (1992, p. 27).

Mesmo sofrendo as consequências desta *muralha de preconceitos*, Sodré foi um intelectual irrefreável: sua última publicação em livro data de um ano antes de sua morte. Entretanto, tendo passado por um processo de intensa deslegitimação e desautorização no novo cenário intelectual que se abriu a partir da década de 1970, os estudos sobre sua obra tardaram em aparecer.

Esforços pontuais e, por vezes, descontínuos, marcaram as iniciativas e produções que tomaram sua obra e trajetória intelectual como objeto nos anos que se seguiram a sua morte em janeiro de 1999. Os primeiros estudos que encontramos foram os de Virgílio Roma de Oliveira Filho, ainda em 1999, com o título *Dualidade e revolução no pensamento isebiano: as visões de Hélio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré*, e o de André Moisés Gaio, de 2000, com título *Uma teoria da independência: história e revolução em Nelson Werneck Sodré*. Em seguida, uma publicação de 2001 organizada pelo professor Marcos Silva trouxe 13 artigos oriundos de um simpósio realizado em outubro de 1999 e ofereceu um intrigante panorama de questões e debates sobre a trajetória e o pensamento do historiador carioca (SILVA, 2001). Do mesmo ano é a tese de um dos pesquisadores que se tornou referência obrigatória nos estudos sobre as relações entre militares e política no Brasil, Paulo Ribeiro da Cunha. Analisando a trajetória de Sodré durante as décadas de 1930 e 1940, buscou compreender os aspectos da formação de seu pensamento marxista até o momento de seu ingresso nas fileiras do então Partido Comunista do Brasil (PCB) – lembrando que é somente em 1961 que o antigo “Partidão” se tornaria Partido Comunista Brasileiro, em virtude da cisão que deu origem ao atual Partido Comunista do Brasil (PCdoB) (RIDENTI, 2010, p. 57). O trabalho de Paulo Ribeiro da Cunha foi publicado um ano depois pela Editora Revan sob o título *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré* ([2002]

2011a). Do mesmo autor, em coautoria com Fátima Cabral, foi publicado em 2006 uma coletânea de 21 textos, entre depoimentos e artigos oriundos de um evento científico realizado na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho no campus de Marília, sobre a “dupla vocação” de Sodré – expressão de NETTO (1992, p. 9) operacionalizada por CUNHA (2011a, p. 17) em sua tese – com o título *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena* ([2006] 2011b).

Em seguida, a publicação organizada pelo professor Marcos Silva do *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*, no ano de 2008, trouxe o impressionante número de 83 autores apresentando verbetes dedicados à bibliografia de Sodré. Decerto ciente do apelo à releitura com diálogo crítico sustentado por KONDER (1991, p. 78) na década anterior, o organizador constou na introdução a seguinte direção dos trabalhos:

Escrever um *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré* não significa aderir às teses desse autor, e sim refletir sobre o que ele produziu e sobre o que se pensou desde então a respeito de diferentes temas e problemáticas – a partir dele, contra ele, até apesar dele (SILVA, 2008, p. 14).

Demonstraremos ao longo de nossa exposição a série de lacunas que a pesquisa sobre Sodré ainda apresenta, mas é necessário reconhecer que o trabalho seminal destes idealizadores rendeu frutos. Nas últimas duas décadas uma série de artigos vem trabalhando diferentes dimensões de sua vida e obra, versando desde a sua escrita autobiográfica (MUNIZ JUNIOR; SILVA, 2019), passando pela sua importância para os estudos geográficos (MARTINS; ANSELMO, 2011) até o campo da comunicação (RIBEIRO, 2015), para citar uma breve fração. Algumas monografias, dissertações e teses foram realizadas sobre aspectos de seu pensamento e/ou trajetória e serão analisadas no decorrer do nosso debate. Cito as duas mais recentes encontradas, de Ulisses Rubio Urbano da Silva, com título *A questão nacional no Brasil entre 1954 e 1964: perspectivas de Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré* (SILVA, 2018), e de Vanessa Clemente Cardoso, com título *A história do ensino de história e a formação da elite intelectual brasileira: uma análise a partir da História Nova do Brasil (1963-1965)* (CARDOSO, 2019).

Entretanto, observamos que levando em consideração a posição de Sodré nos debates e combates das ricas décadas de 1950 e 1960, este estado da arte pode ser significativamente ampliado se levarmos em consideração as pesquisas que têm

tomado por objeto o pensamento social e político, a trajetória dos grupos culturais e políticos e as instituições que marcaram o período. Desta forma teríamos quatro décadas de produção que, de formas diferentes, tangenciam, mesmo que minimamente, elementos do pensamento e da trajetória de Sodré. Apesar desta vasta produção, é importante ressaltar que a leitura dos trabalhos da primeira década do nosso século evidencia que parte dessa produção ainda é muito caudatária da campanha crítica, da *muralha de preconceitos*, que foi lançada e erguida diante do historiador. Cumpre, portanto, acompanhar parte deste percurso polêmico.

Abrindo a coletânea que organizou em 2001, Marcos Silva sintetiza parte desta campanha demonstrando que a formação de uma tradição intelectual predominantemente acadêmica concentrada em São Paulo durante a década de 1970 avaliou o lugar de Sodré na tradição historiográfica brasileira de forma muito negativa (SILVA, 2001, p. 10). Os trabalhos de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1972; 1984), Carlos Guilherme Mota (1977), Giselda Mota (1986), Marilena Chauí (1978; 1983) e Caio Navarro de Toledo (1977) se destacam neste projeto.<sup>1</sup> De acordo com SILVA,

Desde então, Sodré continuou a ser uma referência para muitos campos temáticos da pesquisa universitária (imprensa, militares, literatura), englobando diferenças críticas, sem que a discussão sistemática sobre sua obra tenha merecido uma revitalização. Pelo contrário, a tendência ao silenciamento sobre esse trabalho sugere que seu autor foi excluído de qualquer horizonte historiográfico, apesar de alguns de seus textos serem mantidos como indicação para muitos debates, inclusive, pela necessidade de serem refutados a partir de outras problemáticas (2001, p. 11).

O interessante destes trabalhos é que, apesar de não tomarem a obra de Sodré como objeto primário de suas pesquisas, procederam a uma avaliação e desautorização do seu legado através de pesquisas que versaram, principalmente, sobre a experiência intelectual do extinto Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), das interpretações e atuação política e cultural do PCB ao longo da década de 1950 e sobre o fracasso das esquerdas diante do golpe civil-militar de 1964. Ou

---

<sup>1</sup> Referência às seguintes publicações: FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: IEB, 1972; FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. O tempo das ilusões. In: CHAÚÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica**. São Paulo: Ática, 1977; MOTA, Giselda. **Historiografia. Bibliografia. Documentos**. In: MOTA, Carlos Guilherme. **1822 – Dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1986; CHAÚÍ, Marilena. **Seminários**. São Paulo: Brasiliense, 1983; CHAÚÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: fábrica de ideologias**. São Paulo: Ática, 1977.

seja, o elemento em comum destas obras é a análise crítica da formação social brasileira no período que marca o lustro de democracia da nossa vida política e cultural que vai de 1945 à 1964. Assim, observando as análises de Marcelo RIDENTI (2003, p. 206) e de Angela de Castro GOMES (2010, p. 27), é possível reconhecer que estes trabalhos acompanham uma apreciação crítica do período iniciada ainda na década de 1960 centrada na investigação sobre a “experiência populista” ou o “populismo” (neste sentido, os trabalhos de Octavio IANNI (1968) e Francisco WEFFORT (1978), uspianos e alunos de Florestan Fernandes, ocuparam papel central nesta agenda). Apesar de ultrapassar nosso objeto de pesquisa, esses elementos são fundamentais para compreendermos a aludida *muralha de preconceitos* com que nos deparamos ao estudar a obra e a trajetória de Sodré.

Em determinado sentido, para revisitar a obra de Sodré parece imprescindível localizar a posição destes intelectuais e ler criticamente o desenvolvimento de suas análises. Em relação à experiência do ISEB, destacamos o esforço de autores como Alexsandro Eugenio PEREIRA (1998; 2002), Luiz Eduardo Pereira MOTTA (2000) e Edison BARIANI JUNIOR (2008) por trazerem novas angulações sobre o tema, questionando e por vezes rompendo com os moldes explicativos consolidados pela crítica uspiana das décadas de 1970 e 1980.

Portanto, compreendemos que se faz necessário um procedimento de reposicionamento analítico e metodológico capaz de identificar aspectos e elementos da trajetória do historiador carioca que não se circunscrevam nos limites evidentes destas abordagens “clássicas” do pensamento e intelectualidade brasileira do período vivido pelo autor. Em nossa leitura, a pesquisa sobre Sodré permite-nos visualizar e abrir um leque de questões importantes de nossa história intelectual que ainda demandam interpretação sociológica. Nesse sentido, procederemos a uma análise de sua trajetória biográfica para identificar e apresentar os pontos que enformam o recorte e o objeto de nosso trabalho.

### **1.1 Apontamentos para se pensar a trajetória de Nelson Werneck Sodré**

Nelson Werneck Sodré, nascido no Rio de Janeiro, no dia 27 de abril de 1911, filho único do advogado Heitor de Abreu Sodré e Amélia Werneck Sodré, foi “uma das figuras mais importantes da cultura brasileira do século XX” (NETTO, 2011, p. 10). Apresentando desde cedo grande interesse e vocação pelas letras, aos 13 anos, no

Colégio Militar do Rio de Janeiro, começou a colaborar com textos de ficção para a revista *A aspiração*, pertencente à sociedade literária da instituição (Ibidem, p. 15). Já aos 18 anos, estreou na imprensa com o conto “Satânia”, premiado e publicado na revista carioca *O Cruzeiro* (Idem). Em 1931, completando 20 anos, ingressou na Escola Militar de Realengo, optando pela artilharia, e esse momento marca o início de uma trajetória pessoal que combinará ao longo de sua vida a vocação intelectual com a vocação militar (Ibidem, p. 14). Nos anos que se seguem ao início dessa formação na oficialidade do Exército, Sodré continuou sua colaboração na imprensa e produziu sua primeira obra, *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*, publicada no ano de 1938. Conforme a análise realizada por NETTO, seu caráter pioneiro no âmbito de uma abordagem global da nossa história literária numa perspectiva marxista e a interpretação do Brasil ali inscrita – mesmo que ainda de caráter incipiente e que será depois revisado pelo próprio autor na década de 60 –, assegura o lugar de Sodré ao lado de outros intérpretes do Brasil do período como Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda (1992, p. 37; ALVES FILHO, 1998, p. 9).

Entre tantos deslocamentos e transferências realizadas por conta da carreira militar, Sodré estreitou os laços com os meios intelectuais e passou a colaborar tanto com a imprensa paulista quanto com a carioca. Neste período, integrou a chapa vitoriosa da eleição de 1950 para a direção do Clube Militar – chapa nacionalista que encabeçava a campanha *O petróleo é nosso* – e assumiu a Direção Cultural do Clube. Como indica NETTO, os desdobramentos desse período contribuíram de forma significativa para a definição do perfil político e intelectual de Sodré (2011, p. 17). Alvo da perseguição da chapa vencida, Sodré foi transferido em 1951 para uma unidade militar do Rio Grande do Sul de onde só retornaria no ano de 1955, que marca também seu ingresso nas cadeiras do ISEB. Marcando um momento de intenso engajamento político-intelectual, foi neste período que Sodré produziu boa parte de suas intervenções mais significativas no campo da historiografia e da tradição marxista brasileira. Como destaca NETTO:

(...) no Iseb, Sodré encontrou, num ambiente de estudos e pesquisas, condições para avançar em suas formulações e em seu magistério, interagindo com pensadores de posições teóricas e ideológicas muito diferenciadas e com um público com o qual ele nunca contactara antes. Se já era um intelectual respeitado quando o convidaram para atuar no Iseb, parece-nos que é ali que alcançará (na altura em que chegava aos seus 50

anos) a maturidade teórica que lhe permitirá conquistar a indiscutível audiência nacional que sua obra obterá na década de 1960 (Ibidem, p. 35-36).

Aproximando-se de 1964, Sodré, que já se encontrava na reserva como General de Brigada, coordenou a produção da obra coletiva *História Nova*, fruto de um trabalho realizado com estagiários escolhidos das cadeiras da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) da Universidade do Rio de Janeiro, sua última contribuição enquanto professor do ISEB. A coleção representou uma crítica da historiografia tradicional mediante a realização de pesquisas monográficas voltadas para o ensino da história no Ensino Médio como alternativas aos compêndios didáticos do período (MENDONÇA, 2011, p. 335-337). Considerada “subversiva”, foi apreendida nas livrarias logo após o golpe civil-militar de 1964, seu projeto editorial foi suspenso e instaurado um Inquérito Policial-Militar para investigar as ações subversivas de seus autores (CZAJKA, 2012, p. 301).

O golpe civil-militar marcou ainda a extinção e depredação do ISEB, a perseguição e prisão de seus professores, estagiários e estudantes, inclusive Sodré (PEREIRA, 2005, p. 259-260). Do impacto do golpe no cerne das esquerdas e dos movimentos sociais, é importante destacar com Rodrigo CZAJKA que este produziu uma rearticulação das tendências políticas e ideológicas de esquerda em torno de um novo objetivo: “o restabelecimento do processo democrático.” (2014, p. 103-104). Intelectual de envergadura, engajado e militante, Sodré não passou ao largo deste processo.

Como destaca CUNHA:

Na fase subsequente ao golpe militar, sua intervenção política e teórica continuou de várias formas, mas foi particularmente intensa e aguda após o advento do AI-5, em 1968, quando o autor continuou escrevendo artigos (muitas vezes sob pseudônimo) e livros, procurando intervir de várias maneiras na luta pelo restabelecimento da democracia; e, ao longo daqueles anos, Sodré foi uma referência ao radicalismo e ao aventureirismo pequeno-burguês que caracterizavam as iniciativas armadas de parcelas da esquerda brasileira na luta contra a ditadura militar. Foi igualmente um período de quase ostracismo em alguns importantes círculos acadêmicos, embora, como autor, tivesse, nesta fase, singular e profícua produção teórica (2011b, p. 100).

Nos últimos anos de vida Sodré continuou produzindo e contribuindo com a imprensa. No ano de 1995, publicou sua última obra, *A farsa do neoliberalismo*; e em 1998, uma última reunião de artigos inéditos e publicados na imprensa entre as

décadas de 1940 e 1990 (SODRÉ; ALVES FILHO, 1998). Falecido em janeiro de 1999, autor de 56 livros e de cerca de três mil artigos, o itinerário da formação intelectual de Sodré retrata a trajetória de um intelectual engajado com as lutas de seu tempo, dotado de uma profunda capacidade crítica (e autocr tica, basta consultar as anota es de NETTO sobre as revisões e corre es que o autor realizou em suas obras ao longo da vida (1992, passim)) e uma das figuras mais relevantes no processo de desenvolvimento de nossa tradi o marxista. Reforçando esta perspectiva, João Quartim de MORAES destaca que:

Não há interpreta o marxista no Brasil de maior peso histórico que a legada por Sodré em mais de sessenta anos de militância intelectual. Poucas tiveram tanta repercussão e suscitaram tantas pol micas. Sua obra, com efeito, oferece a expressão teórica mais elaborada do programa nacional-democrático da revolu o brasileira, que suscitou as lutas e os debates mais importantes da esquerda, ao longo do século XX, principalmente, mas não somente, a dos comunistas. Tanto assim que os temas conexos da democracia, do desenvolvimento aut nomo da economia nacional e da reforma agrária permanecem no centro de toda e qualquer visão crítica e transformadora da sociedade brasileira (2001, p. 28).

A despeito da *muralha de preconceitos*, João Alberto da Costa PINTO fez questão de ressaltar que a interpreta o marxista de Sodré, longe de ser operacionalizada como uma ortodoxia, trouxe uma perspectiva heterodoxa sobre o processo histórico brasileiro (2001, p. 56). No mesmo sentido, NETTO argumentou e demonstrou que parte do pioneirismo da perspectiva marxista do autor residia na importância que imputava às “representa es e proje es  deo-políticas e culturais” (1992, p. 31). Rompendo com uma tendência da tradi o historiográfica marxista de seu tempo que tomava as expressões artístico-culturais como tangenciais ou ilustrativas, o historiador carioca dedicou extensos estudos às expressões políticas, sociais e culturais que certo jargão marxista circunscreveria como “manifesta es superestruturais” (Ibidem, p. 30-31).

Sua militância comunista a partir da década de 1940 abre questões ainda inconclusas no que diz respeito   compreensão de sua interpreta o marxista heterodoxa. Tratando-se de um tema não diretamente abordado pelas pesquisas sobre sua trajetória, cumpre aqui ilustrar uma divergência entre importantes analistas. De um lado, representando a já aludida tradi o acadêmica da década de 1970, Caio Navarro de TOLEDO argumenta que em Sodré há uma defesa intransigente da linha política do PCB (2001, p. 53); já CUNHA, especialista na obra e trajetória do

historiador, observa que “vincular as teses de Sodré às teses que se vinculam ao PCB é um equívoco.” (2011b, p. 91).

Outro apontamento relevante pode ser encontrado ao abrirmos a questão de sua passagem e participação pelo ISEB. Como já citado, NETTO sustenta que os acontecimentos do início da década de 1950 contribuíram significativamente para a definição do perfil político e intelectual de Sodré (2011, p. 17). Significaram o início e o fim do “exílio interno” que passou em Cruz Alta, Rio Grande do Sul, entre 1951 e 1954, e o início de um longo período em que residirá no Rio de Janeiro, cidade a que retorna em 1955, para lecionar no ISEB. Em suas memórias, relatando seu retorno ao Rio de Janeiro, o autor destacou que o ponto positivo do isolamento sulino, do ponto de vista da cultura, foi o “afastamento da agitação, e particularmente da agitação política, o sossego que permitia a meditação, os estudos, a preparação dos trabalhos intelectuais.” (SODRÉ, 1990, p. 132). Aludindo à sua relação com o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos e sua aproximação ao Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) – que viria a se tornar o já aludido ISEB –, Sodré relata:

Fora do Rio, não participava de outras atividades do IBESP [Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política], e nem mesmo conhecia outros de seus elementos, que não Guerreiro Ramos. As coisas mudaram, entretanto, desde que voltei ao Rio para ficar, desde que, pessoalmente, comecei a pronunciar as minhas conferências, desde que comecei a frequentar as reuniões do grupo, agora constituído em torno do ISEB (Ibidem, p. 168).

Outro elemento que aponta a riqueza deste período em sua trajetória é sua produção bibliográfica. Para além da quantidade de obras, são deste período e dos anos seguintes suas obras mais estudadas e discutidas: a *Introdução à revolução brasileira* (1958); a revisão e reedição da obra *História da literatura brasileira* ([1ª edição de 1938] [3ª edição revista e ampliada em 1960] 1964a); a *Formação histórica do Brasil* (1962); a coleção *História Nova* (SANTOS, et. al., [1963] 1993); a *História da burguesia brasileira* (1964b); a *História militar do Brasil* (1965); entre outras que marcaram os debates travados neste conturbado período.

Levando em consideração esta produção, PINTO propõe uma periodização que atenta às particularidades desta trajetória. Para o autor, a produção de Sodré pode ser pensada em dois momentos cronológicos distintos: o primeiro, de 1938 à 1945; e o segundo, de 1958 à 1964 (2011b, p. 152). Segundo o analista:

Os trabalhos publicados após 1964, na sua maioria, reafirmam conceitualmente as teses do segundo período. Inicialmente, pode-se afirmar que o substrato essencial do pensamento e da intervenção política do historiador carioca dá-se com a produção acontecida na conjuntura de 1958-1964, momento em que revisa e em parte abandona conceitualmente a sua produção anterior, quando se consagra como professor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Quase toda a produção desse período nasceu de trabalhos apresentados no ISEB (1956-1964) (Ibidem, p. 152-153).

O ano de 1958 é significativamente importante para pensarmos o nosso recorte analítico. Neste sentido, visualizamos 3 elementos que devem ser observados para justificá-lo.

Em relação à sua produção bibliográfica, NETTO demonstra que no período de 1945 à 1958 Sodré publicou somente 4 obras, todas de circulação restrita (1992, p. 22-23). Segundo o autor, este relativo silêncio de 13 anos pode ser entendido como um momento de reflexão, elaboração e reelaboração teórica que tem relação com a própria experiência política da sociedade brasileira na abertura democrática que se realiza após o fim do Estado Novo (Ibidem, p. 22). Ainda, registra uma inflexão em sua trajetória, pela proximidade que alcançou com os círculos intelectuais e movimentos sociais que compunham o ambiente carioca da década de 1950. Para NETTO:

É o período, em suma, em que o estudioso da história do Brasil pode reformular as bases e os objetivos da sua pesquisa: a construção de uma compreensão abrangente da história brasileira a partir de uma posição política fundada na perspectiva da revolução (Ibidem, p. 23).

Entretanto, é preciso constar que este relativo silêncio do período pode ser tensionado se observarmos que se trata de um momento em que verificamos uma série de eventos não menos importantes de sua trajetória: foi nomeado professor da disciplina História Militar na Escola de Estado-Maior no Rio de Janeiro, no ano de 1948 (CUNHA, 2013, p. 210); integrou a chapa nacionalista e vitoriosa nas eleições para o Clube Militar de 1950, ligada à campanha *O Petróleo é nosso* (Ibidem, p. 213); dirigiu, naquela instituição, entre 1950 e 1951, seu Departamento Cultural e, conseqüentemente, a então prestigiosa *Revista do Clube Militar* (Ibidem, p. 218).

Ainda, segundo a hipótese de CUNHA, foi no âmbito da docência na Escola de Estado-Maior que o historiador teve contato com a obra do marxista húngaro György Lukács (2011a, p. 243-245). Importante leitor e difusor da obra de Lukács no Brasil, KONDER sustentou, em seu ensaio sobre Sodré, que a utilização das teorias

do marxista húngaro na refundição da obra *História da literatura brasileira* em 1960 apontam para o pioneirismo do historiador em nossa tradição marxista (1991, p. 76). Tudo indica, portanto, que a semente deste pioneirismo reside neste período.

Assim, podemos compreender 1958 como uma espécie de reinauguração de sua produção e intervenção intelectual, momento inclusive em que volta a publicar em editoras de grande circulação (a obra *Introdução à revolução brasileira* foi publicada pela Editora José Olympio).

O segundo elemento a ser observado sobre o ano de 1958 reside na própria trajetória institucional do ISEB. Fundado em 14 de julho de 1955 pelo governo de João Café Filho, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros foi uma instituição pública de caráter universitário vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (PEREIRA, 2005, p. 253). Sua origem remonta às atividades do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), fundado em 1952, instituição oriunda dos encontros mensais de um conjunto de intelectuais paulistas e cariocas que viriam a ser conhecidos como o “Grupo de Itatiaia”, pois se encontravam no Parque Nacional do Itatiaia em espaço cedido através de negociações diretas de alguns de seus representantes com integrantes do segundo governo Vargas (1951-1954) (Ibidem, p. 254). Entre 1953 e 1956, o grupo foi responsável pela publicação da revista *Cadernos do Nosso Tempo*, responsável por alimentar um debate público sobre as formas de superação das condições de atraso econômico que diagnosticavam na realidade brasileira (Idem). Entre publicações, debates e cursos, a história do instituto é relativamente tranquila até a crise institucional ocorrida em 1958 decorrente de um embate entre dois de seus fundadores, Alberto Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe. A discordância de Guerreiro Ramos em relação às teses de Jaguaribe publicadas naquele ano no livro *O nacionalismo na atualidade brasileira*, em que este defendia o recurso ao capital estrangeiro e a privatização do setor petroquímico nacional como alternativas para o desenvolvimento brasileiro, gerou uma instabilidade que ultrapassou as paredes da instituição e causou uma ruptura em que ambos pediram demissão, levando consigo parte de seus adeptos (Ibidem, p. 257-258). Como documentou SODRÉ, nesta crise, saíram da instituição, além de Guerreiro Ramos e Jaguaribe: Roberto Campos, Anísio Teixeira, Hélio Cabal e Ewaldo Correia Lima (1986, p. 39). Com a saída de Jaguaribe, titular da cadeira de Ciência Política, o professor Cândido Antônio Mendes, então titular da cadeira de História, passou a lecionar na cadeira vaga e Sodré passou a ser o titular da cadeira de História (Idem).

Esta recomposição institucional ainda seria afetada por outras crises, mas PINTO destaca, por exemplo, que se em 1958 o nosso historiador lecionou 22 sessões de aulas e coordenou 3 seminários, no ano de 1959 o número passaria para 53 sessões de aula e 4 seminários (2011b, p. 157). Portanto, mais do que uma crise institucional, as consequências da ruptura de 1958 levaram também a um reposicionamento do historiador nos quadros da instituição.

O terceiro fator que gostaríamos de destacar diz respeito a outra inflexão, esta ocorrida no cerne da orientação política do PCB, que veio a afetar tanto o desenvolvimento de nossa tradição marxista quanto o cenário político-cultural dos anos que antecederam o golpe de 1964; nos referimos à *Declaração sobre a política do PCB* de março de 1958. De acordo com Antônio Albino Canelas RUBIM:

A crise aberta no PCB, no ano de 1956, em consequência da denúncia dos crimes de Stalin efetuada por Kruschew no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética e do desenvolvimento político-cultural da sociedade brasileira na década de 1950, permite uma ruptura do (quase) monopólio e o surgimento de inúmeros polos de irradiação do(s) marxismo(s), cada vez mais plural, no Brasil (2007, p. 374).

Nesta linha de argumentação e problematizando os reflexos da *Declaração*, Celso FREDERICO ressalta o fato de que esta marcou tanto o abandono de uma orientação política sectária quanto a saída de um isolamento, o que viabilizou a presença dos comunistas no âmbito da agitação político-cultural dos anos que se seguiram (2007, p. 338-340). Sob os auspícios desta reconfiguração da linha partidária, o partido lançou o semanário *Novos Rumos* e a revista *Estudos Sociais*, esta dirigida por Astrojildo Pereira (ARIAS, 2003, p. 49; SANTANA; SILVA, 2007, p. 124).

Intimamente próximo ao PCB desde os anos de 1943 e 1944 (CUNHA, 2011a, p. 209-210), Sodré não somente participou em edições da nova revista nas edições de número 14, 17 e 18,<sup>2</sup> como também inauguraria, ao lado de Jacob Gorender, no ano de 1963, o “Centro de Estudos Sociais” – inauguração anunciada em seu 15º número, em 1962:

---

<sup>2</sup> Para uma consulta integral aos números, índices e conteúdos da Revista *Estudos Sociais*, conferir: ARIAS, Santiane. **A revista *Estudos Sociais* e a experiência de um “marxismo criador”**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, p. 187, 2003.

Inicialmente o CES patrocinará, em janeiro de 1963, uma série de palestras de Jacob Gorender, sobre o tema: 'O marxismo como filosofia humanista de nosso tempo'. Em seguida, estão previstas outras séries de conferências entre as quais uma, de Nelson Werneck Sodré, sobre 'Evolu o histórica do Brasil'; o CES promover  também um curso introdutório, de quatro palestras para cada departamento. No próximo número desta Revista, daremos melhores informa es sobre estas e outras atividades do CES (ESTUDOS SOCIAIS, n. 15, 1962, p. 319).

Conforme ARIAS, o projeto do CES nunca se concretizou: "A presidência seria dada a Nelson Werneck Sodré. Mas o instituto acabou na primeira reunião, durante a defini o de sua linha política." (2003, p. 72). Conclusão extraída de uma série de entrevistas realizadas com Leandro Konder, Jorge Miglioli, Jacob Gorender e o próprio Sodré, a autora ainda identifica a ausência de men es ao CES após esta nota de 1962 (Idem). No entanto, ao consultar o acervo de Sodré na plataforma do Acervo Digital da Biblioteca Nacional, nos deparamos com uma entrevista do autor na data de 17/10/1963 para o jornal * ltima Hora* de São Paulo intitulada "Nelson Werneck Sodré fala sobre as origens do ISEB" onde consta a seguinte informa o:

O historiador Nelson Werneck Sodré, encontra-se em São Paulo, a convite do Centro de Estudos Sociais, para proferir, na Biblioteca Municipal, uma série de palestras a respeito de assuntos de sua especialidade: a revisão da forma o histórica nacional dentro de uma análise da Civiliza o Brasileira. Membro do ISEB, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, Werneck Sodré nos oferece uma análise das origens desse organismo, que desempenha hoje, um papel relevante na vida cultural do País (NELSON..., 17 out. 1963 – Anexo A).

Posterior ao ano de 1962, marco referido pela pesquisadora como desaparecimento tanto das men es como do próprio projeto do CES por conta de informa o prestada por Miglioli acerca de uma decisão partidária trazida por Gorender em reunião sobre o caráter do Centro (ARIAS, 2003, p. 72), a matéria não somente refere-se   uma atividade do CES no ano de 1963, mas traz ainda a percep o de Sodré, onde o autor refere-se   pertinência histórica e cultural do Centro. A cita o   longa, mas vale a leitura pela forma como expressa as lutas e debates do período:

"O Centro de Estudos Sociais   outro sintoma das transforma es políticas, sociais e culturais que atravessa o País. A existência do CES está justificada pela necessidade que as pessoas têm de se reunir, de pesquisar, de debater todos os problemas que o Brasil apresenta hoje. Essa necessidade decorre, não apenas das exigências da realidade, mas também do fato de que o aparelho institucional destinado às tarefas da cultura, que   o universitário, d  mostras de sua incapacidade para realizar essas tarefas. Surgem então

instituições do tipo do CES, que se propõe a realiza-las. Essa necessidade de iniciativas, que suprem a ausência de órgãos específicos, no caso a Universidade, é outro reflexo da vida brasileira, e ocorre também na vida política, no sentido partidário. Os partidos tornam-se incapazes de conduzir a luta política, ela é então conduzida por organizações não partidárias, como as estudantis, sindicais, as Forças Armadas, a Igreja, que hoje são muito mais importantes, na vida política, que os próprios partidos. O CES tende a desempenhar, na vida cultural, uma tarefa muito importante, especialmente pela sua ampla liberdade de investigação, pelo fato de que não depende de organizações hierárquicas, não tendo nenhum compromisso com o passado, para justamente poder se vincular às grandes lutas que o povo brasileiro está travando”. (NELSON..., 17 out. 1963).

Assim, o tema da revista *Estudos Sociais* e seu *Centro de Estudos Sociais* – como demonstrado, ainda pouco investigado, tendo em vista as informações encontradas – nos ajuda a ilustrar a posição e a participação do autor neste novo cenário político e cultural aberto pela reorientação do PCB diante das lutas do período; ainda, a percepção que Sodré imprimiu no trecho acima aponta para certas ambiguidades do autor em relação à vida partidária na política brasileira, mas também revela o campo de preocupações que esteve no fundamento de sua experiência intelectual do período: a chamada do artigo refere-se à revisão da formação histórica nacional e o trecho de sua autoria traz, entre outras, a questão do problema da Universidade e seus limites – ambos temas que trabalharemos dentro do recorte que propomos nesta pesquisa.

Outro dado relevante: se o ano de 1958 parece ter significado na trajetória e obra de Sodré o tempo de uma espécie de reinauguração de seu trabalho intelectual, o ano de 1962 parece representar uma intensificação deste processo. Como destacou Regina Hippolito, no final do ano de 1961, após conturbada negociação, o historiador conseguiu definitivamente efetivar sua transferência para a reserva, sendo reformado no posto de General de Brigada (HIPPOLITO, 2011, p. 207). A partir de 1962 sua dedicação ao trabalho intelectual e militante é exclusiva; ilustra estas coordenadas o fato de que já no ano de 1963 somou-se ao grupo de membros-fundadores do Comando de Trabalhadores Intelectuais (CTI) (CZAJKA, 2011, p. 63).

Considerando estes apontamentos biográficos e o levantamento destas possíveis questões procedemos à particularização do nosso objeto de pesquisa, compreendido dentro deste panorama: o caso da realização e publicação da *Coleção História Nova*, produzida entre os anos de 1963 e 1964 sob direção de Sodré, no âmbito das atividades do ISEB.

## 1.2 Particularização do caso do Projeto *História Nova*

A *Coleção História Nova* (CHN) foi uma obra polêmica tanto em seus objetivos, quanto em sua recepção e posterior interpretação por parte de diversos analistas, mas também por seus autores. Logo, cabe analisar algumas destas controvérsias, resumir questões de pesquisa e dar forma ao objeto específico sobre o qual nos debruçaremos em seguida.

Concebida no calor dos anos das Reformas de Base, em pleno governo de João Goulart, a *CHN* foi elaborada através de uma intersecção complexa entre as atividades realizadas por diversos intelectuais e instituições que permeavam o cenário político cultural de esquerda do pré-golpe. Enquanto projeto didático-editorial, foi produto de um esforço conjunto de integrantes quase simultâneos do ISEB, da FNFi, do PCB e do MEC. Sendo de Sodré o papel de diretor deste esforço, os membros que integraram o grupo foram: Joel Rufino dos Santos, Pedro Alcântara Figueira, Maurício Martins de Mello, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto e Rubem César Fernandes; representando a ponte entre estes e o MEC, Roberto Pontual, então diretor da Campanha de Assistência ao Estudante (CASES).

Denominada 30 anos depois por um de seus coautores como a “reforma de base no campo do ensino da História” (SANTOS, et. al. 1993, p. 16), a *CHN* teve como objetivo declarado a “tentativa já impostergável de reformular, na essência e nos métodos, o estudo e o ensino de nossa história” (Ibidem, p. 115). Organizada através de monografias redigidas coletivamente, a coleção teve três edições: a primeira, publicada em 1964, pelo convênio ISEB-CASES, ambos vinculados ao MEC; a segunda, publicada em 1965, pela Editora Brasiliense, do marxista paulista Caio Prado Júnior, através de intervenção de Sodré; e a terceira, publicada em 1993, reedição idealizada pelo editor Cláudio Giordano em virtude do seu trigésimo aniversário de lançamento, trazendo importantes depoimentos inéditos de seus autores. Cada edição apresentou projetos editoriais distintos e, inclusive, enquanto a primeira edição foi publicada sob o título *Coleção História Nova*, as duas últimas trouxeram o título *História Nova do Brasil* (CARDOSO, 2016, p. 133-142).

De acordo com os dados trazidos por FONSECA, os primeiros projetos apresentavam os seguintes planos:

Coleção História Nova (plano da Cases): 1) O descobrimento do Brasil; 2) A sociedade do açúcar; 3) As invasões holandesas; 4) A expansão territorial; 5) A decadência do regime colonial; 6) A Independência de 1822; 7) Da Independência à República (evolução da economia brasileira); 8) O sentido da Abolição; 9) O advento da República; 10) O significado do florianismo. História Nova do Brasil (plano da Brasiliense): 1. Volume 1 (publicado): 1) Descoberta do Brasil; 2) Sociedade do açúcar; 3) Invasões holandesas; 4) Expansão territorial. Volume 2 (não publicado): 1) Mineração; 2) Independência de 1822; 3) Crise da Regência. Volume 3 (não publicado): 1) Império. Volume 4 (publicado): 1) Abolição; 2) Advento da República; 3) Florianismo. Volume 5 (não publicado): 1) República oligárquica. Volume 6 (não publicado): 1) Revolução brasileira (2008, p. 196-197).

Da primeira edição, somente cinco volumes foram publicados (volumes 1, 3, 4, 6 e 7) e três estavam sendo redigidos quando a instalação da ditadura civil-militar no 1º de abril de 1964 suspendeu e depois extinguiu o ISEB, prendeu seus autores – inclusive o general reformado Sodré –, proibiu sua venda e circulação e em seguida instaurou inquéritos policial-militares, os IPMs, para investigar as ações subversivas representadas pelas atividades do ISEB e da *CHN* (CZAJKA, 2012). Suspensa a redação do projeto, apesar da tentativa de Sodré de publicá-lo através da editora de Caio Prado Júnior em 1965 (LOURENÇO, 2008, p. 396), nunca teve publicado integralmente nenhum de seus planos editoriais e residiu mais na memória de seus autores do que nas prateleiras das livrarias e das bibliotecas.

As divergências começam no ponto em que passamos a analisar a origem das inquietações traduzidas pela coleção. De um lado, temos uma leitura que localiza e privilegia sua origem no *Boletim de História* do Centro de Estudos de História da FNFi, publicado irregularmente entre 1958 e 1963 (PINTO, 2011a, p. 345;353-354); de outro lado, temos uma leitura que localiza o embrião deste projeto nas preocupações do jovem Sodré das décadas de 1930 e 1940 (CUNHA, 2011a, p. 83-88). Diante desta aparente controvérsia, julgamos plausíveis ambas as argumentações, no sentido de que uma hipótese não necessariamente invalida a outra. No entanto, parece ser necessário destacar que, na esteira da primeira leitura, verificamos que a posição de Sodré neste processo de concepção do projeto e da intervenção pode acabar sendo obliterada.

Alguns estudos tem se dedicado a analisar a *CHN* a partir da questão da história do ensino da história do Brasil. Com destaque, o trabalho pioneiro de Sueli Guadelupe de Lima Mendonça com o título *A experiência da história nova: uma tentativa de revisão crítica do ensino de história no Brasil nos anos 60* (MENDONÇA, 1990); em seguida, uma série de análises tem se pautado neste trabalho original para

aprofundar a compreensão desta dimensão do projeto, citamos por exemplo: GUIMARÃES e LEONZO (2003), LOURENÇO (2008) e CARDOSO (2013; 2016; 2019). Os trabalhos de PINTO, já citados, também seguem a mesma tendência, com ênfase significativa na abordagem histórica desta dimensão político-didática do projeto (2001; 2011a). Em trabalho recente, Guilherme Pontiere de Lima, no âmbito da educação, abordou o projeto a partir de perspectiva semelhante. Com o título *Eles ousaram! Projeto História Nova do Brasil: as reformas de base começaram pela educação*, de 2017, o pesquisador realizou uma leitura mais ampla, em que relacionou a realização do projeto com diversas dimensões da atmosfera política do pré-golpe (LIMA, 2017).

Os limites que encontramos nestas investigações referem-se à posição legada ao pensamento e mesmo à trajetória de Sodré na realização do projeto, com exceção do trabalho de MENDONÇA (1990) em que a autora realizou uma análise de conteúdo que tematizou as identificações analíticas entre os textos da coleção e a obra de Sodré (Ibidem, p. 47-53). Apesar de não negarem sua importância como elemento aglutinador dos jovens professores de história da FNFi, sua figura aparece como uma espécie de formalidade, pois necessariamente os documentos e depoimentos dos demais integrantes referem-se ao historiador. Quando não procedem desta forma, enfatizando o pensamento de Sodré, incorrem em outras simplificações, principalmente oriundas da não familiaridade com sua produção teórica e sua trajetória. Portanto, para os fins de uma pesquisa que procure expandir o estudo do caso particular da *CHN* parece ser necessário: aprofundar a compreensão sobre o pensamento e a trajetória de Sodré, tomando-o não só como elemento aglutinador e viabilizador do projeto, mas compreendendo neste os fatores de ordem intelectual que o propiciaram; reunir e tensionar os depoimentos e as memórias disponíveis, analisando-os tendo em vista a formação do grupo e as coordenadas de sua atuação; e inseri-los no cenário intelectual do pré-golpe – procedimentos que, ao nosso ver, ainda não foram realizados extensivamente. Para ilustrar este ponto de partida, tomamos exemplarmente dois trabalhos.

Abordando o projeto a partir do seu caráter inovador no ensino da história do Brasil, GUIMARÃES e LEONZO já iniciam o trabalho referindo-se a Sodré como “historiador oficial do Partido [PCB]” (2003, p. 236). Afirmção feita sem o devido aprofundamento, seguem narrando a trajetória da *CHN* e tomam sem mediações o depoimento de Joel Rufino dos Santos, em que afirma que o Centro de Estudos de

História da FNFi era controlado pelo PCB (Ibidem, p. 238). Em seguida, referindo-se à obra de Sodré, alega que sua interpretação marxista representava uma: “Estratégia etapista, diga-se de passagem, calcada numa aplicação mecânica do materialismo clássico.” (Ibidem, p. 242). Essas coordenadas levam então à seguinte proposição: “Seja como for, a proposta do Ministério da Educação de confiar ao ISEB, em particular a Nelson Werneck Sodré, a tarefa da elaboração da *História Nova* ajustava-se como uma luva aos propósitos do Partido.” (Idem). Seu trabalho prossegue então aproximando o conteúdo da *CHN*, que é brevemente analisado pelas autoras, como representação *ipsis litteris* da militância comunista, nos termos dos depoimentos e autocríticas realizados pelos autores por ocasião da reedição da coleção em 1993.

Em trabalho de outra natureza, apresentando um acesso vasto das fontes e dos documentos do período, a pesquisadora Vanessa Clemente Cardoso realizou uma análise sobre a *CHN* como trabalho didático, estabelecendo um paralelo entre o projeto e outras produções semelhantes presentes na tradição historiográfica do período. Em determinado ponto, a autora delimita que sua pesquisa analisa o conteúdo da coleção investigando a sua relação com o pensamento de intelectuais brasileiros que tiveram obras referenciadas nos volumes: Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Nelson Werneck Sodré (CARDOSO, 2019, p. 32). Nesta exposição, o pensamento de Sodré é tomado quase como externo ao projeto, como algo ao qual pode-se comparar, estabelecer paralelos, e não como um autor que está umbilicalmente ligado ao projeto. Através de uma importante análise histórica dos centros de produção historiográfica e do movimento estudantil do período de 1930 a 1960, a autora levanta a hipótese da presença, na coleção, de elementos da *Declaração da Bahia*, documento redigido em 1961 no âmbito da União Nacional dos Estudantes (UNE). Segundo a autora, a presença de temas como a “libertação do Brasil do imperialismo e do colonialismo por meio da sua independência econômica, social, política e cultural” na *CHN* remetem à influência do movimento estudantil no seu processo de produção (Ibidem, p. 78). Assim, localizando essas matrizes da escrita da *CHN*, os autores são tomados em suas trajetórias e depoimentos para o estudo da coleção em função da crítica aos compêndios didáticos do período.

Desde já, nosso trabalho busca propor uma angulação diferente das questões que se abrem a partir do estudo da *CHN*. Um trabalho que já propôs uma leitura semelhante foi o de Rodrigo Czajka, localizando a escrita do projeto no plano da organização das esquerdas culturais no final da década de 1950 e início da década

de 1960, o autor investigou as relações intelectuais que condicionaram a formação do grupo, as relações institucionais evidenciadas pelos depoimentos dos autores no “IPM da *História Nova*” e o estatuto da aproximação entre o projeto e a esfera de influência do PCB entre os intelectuais no período (CZAJKA, 2012). O passo que pretendemos dar neste trabalho parte destas considerações e busca avançar em uma das possíveis entradas que acreditamos profícua para o estudo da *CHN*: abordar as relações intelectuais que marcaram sua elaboração e realização localizando-as no cenário político-cultural do pré-golpe e, neste âmbito, observando-as em sua relação com o que Marcelo Ridenti conceituou, em sua interpretação sobre as relações entre artistas e intelectuais e a produção cultural do período, como a estrutura de sentimento romântico revolucionária denominada *brasilidade revolucionária* (RIDENTI, 2010; 2014).

Neste percurso, abordaremos: a literatura produzida sobre a *CHN*, buscando as informações e interpretações já realizadas sobre sua realização; os depoimentos dos autores disponibilizados pelos trabalhos que tiveram a oportunidade de entrevistá-los, assim como a memorialística de Sodré que traz uma série de informações intrigantes para pensarmos a formação do grupo e suas atividades; e os IPMs “da História Nova” e “dos Generais da Reserva”, gentilmente disponibilizado pelo Prof. Dr. Rodrigo Czajka.

Com este tipo de abordagem buscamos iluminar a dimensão intelectual da experiência da *CHN* no limite das relações que viabilizaram sua concretização, tangenciando elementos que nos ajudam a compreender a localização, o posicionamento e o destino de intelectuais e grupos de intelectuais que marcaram o cenário dos anos que antecederam o golpe de 1964, em especial desta intelectualidade que orbitava referências importantes das lutas do período como o ISEB e o PCB.

Compreendemos que a necessidade de pensar a *CHN* advém da constatação de que seu significado histórico e cultural ultrapassava os limites de uma experiência didática ou educacional inovadora, tratando-se de uma intervenção intelectual que precisa ser compreendida tanto como um episódio do cenário cultural radicalizado pelo clima das reformas durante o governo de João Goulart quanto como um episódio da trágica derrota política das frentes progressistas e da vaga democrática instalada pela Constituição de 1946 diante do golpe de 1º de abril: a coleção e seus autores não só foram alvos diretos da violência, da repressão e do “terrorismo cultural”

institucionalizado pelo golpe, mas foi elemento importante, junto do ISEB, da montagem golpista nos dias que antecederam o avanço das forças do General Olímpio Mourão Filho de Juiz de Fora para a cidade do Rio de Janeiro. Ambos, ISEB e *CHN* foram alvos privilegiados da ofensiva reacionária da imprensa contra o governo de Jango, como documentado em detalhes, manchete à manchete, por SODRÉ ainda no ano de 1965 no artigo “História da História Nova” publicado na quarta edição da *Revista Civilização Brasileira* (CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, n. 4, 1965, p. 71).<sup>3</sup>

Deste modo, sumarizados os pontos que dão forma ao nosso objeto de reflexão, se faz necessário discorrermos acerca dos aportes teórico-metodológicos que mobilizaremos para abordar um objeto sociológico desta natureza.

---

<sup>3</sup> O texto publicado em 1965 compôs uma coletânea de textos reunidos sob título homônimo e publicados em 1986 pela Editora Vozes. Ver: SODRÉ, Nelson Werneck. **História da História Nova**. Petrópolis: Vozes, 1986.

## 2. INTELLECTUAIS, PRODUÇÃO CULTURAL E ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA CULTURA: PENSAR A SOCIOLOGIA DOS INTELLECTUAIS

Uma série de dificuldades teórico-metodológicas se interpõem quando o fenômeno dos intelectuais é colocado como objeto de pesquisa. Pode-se levantar uma difusa – e às vezes confusa – variedade de perspectivas, conceitos, instrumentos metodológicos e ênfases que podem ser tanto quantitativas quanto qualitativas.

Desta vasta paisagem de abordagens distintas, o eixo de nossa leitura é a contribuição do crítico inglês Raymond Williams para este campo de estudos. Tomando-a de forma não exclusiva, buscamos cotejá-la com outras contribuições do campo para aferir possibilidades, alcances e limites. Se para Gérard LECLERC o campo da sociologia dos intelectuais “constitui antes um programa, um projeto, do que uma especialidade claramente definida” (2004, p. 10), o objetivo que buscamos com este debate é identificar como os aportes teóricos do materialismo cultural de Williams pode colaborar para uma possível definição deste programa de estudos.

Esta perspectiva está na esteira dos estudos já mencionados de Marcelo Ridenti e Rodrigo Czajka, pesquisadores que vem explorando as possibilidades da teoria marxista da cultura elaborada por Williams para analisar o cenário cultural, político e intelectual brasileiro do século XX – com ênfase nas décadas de 1950, 1960 e 1970. No entanto, esta exposição expressa a necessidade de uma tentativa de estabelecer seus contornos, identificar as questões que mobiliza e como a operação do crítico inglês contribui para visualizarmos uma possível direção para a pesquisa sociológica sobre os intelectuais.

De antemão, observamos que para WILLIAMS a sociologia dos intelectuais ocupa um espaço no interior da sociologia da cultura e, se esta preocupa-se com “os processos sociais de toda a produção cultural” (1992, p. 29), a abordagem do fenômeno dos intelectuais se dá como o estudo de um tipo especial de formação social cuja atividade está relacionada à organização social da cultura (Ibidem, p. 30-31). Segundo o autor, a sociologia da cultura opera através do que denominou como uma “moderna convergência”:

uma tentativa de reelaborar, a partir de determinado conjunto de interesses, aquelas ideias gerais, sociais e sociológicas, nas quais foi possível conceber a comunicação, a linguagem e a arte como processos sociais marginais e periféricos ou, quando muito, como secundários e derivados (1992, p. 10).

O que significa dizer que, ao tomar como objeto o fenômeno dos intelectuais, as supostas bem estabelecidas fronteiras disciplinares perdem seu vigor e ganha força a postura de se recorrer, sem prejuízo à análise, às contribuições de outros campos do saber.

A reflexão sobre o estatuto do intelectual, o significado desta figura social, do seu papel, de sua atividade e de suas relações, aponta questões importantes para pensarmos a perspectiva de Williams. Neste sentido, parte das dificuldades referidas acima residem no caráter vago e problemático do termo “intelectuais” e o recurso ao histórico do termo no Caso Dreyfus parece indicar também a origem destas dificuldades.

Conforme Leclerc, o surgimento do termo remonta ao polêmico Caso Dreyfus ocorrido no ano de 1894 na França, onde um oficial judeu, o capitão Alfred Dreyfus, foi condenado à deportação perpétua por alegadamente ter entregue documentos oficiais à embaixada da Alemanha. No ano de 1896, o novo comandante chefe do serviço de informações descobre que Dreyfus era inocente, porém o exército busca abafar o caso. Constituem-se assim dois campos, de um lado os defensores de Dreyfus, os “dreyfusistas”, republicanos, antimilitaristas, socialistas, reunidos na Liga dos Direitos do Homem; de outro lado, os “antidreyfusistas”, nacionalistas, anti-semitas e clericais reunidos na Liga da Pátria Francesa. Em janeiro de 1898 o ilustre escritor Émile Zola publicou a carta *J'accuse* onde toma a defesa de Dreyfus. Se no mesmo mês Georges Clemenceau referiu-se ao grupo de personalidades que subscreveu a carta de Zola como o “manifesto dos intelectuais”, foi Maurice Barrès, antidreyfusista, que, utilizando o termo como um insulto, assegurou seu significado histórico (LECLERC, 2004, p. 53-55):

Os “intelectuais” são esses professores de universidade, esses membros do instituto, esses normalistas, esses escritores mais ou menos obscuros, republicanos, de esquerda, socialistas, que, para obter a revisão de um processo e reabilitar um indivíduo cuja culpabilidade é indiscutível aos olhos de Barrès, estão dispostos a pôr em risco as instituições e os pilares da sociedade. (...) Mas, embora se transforme de início em emblema de um partido no seio de um conflito/debate ideológico e político, o termo rapidamente adquire um sentido mais neutro, quase sociológico, e designa em seguida uma categoria social nova. A partir desse momento, ele entra no vocabulário das ideias, da cultura e da política (Ibidem, p. 54-55).

Em nossa leitura, esta concepção “dreyfusista” dos intelectuais como “homens da negação” (Idem) traz consigo evidentes limitações para a pesquisa sociológica. A primeira reside no fato de que a generalização de um conceito desta natureza perde de vista as especificidades nacionais das histórias intelectuais (CHARTIER, 2002, p. 29-30). É possível ilustrar esta dificuldade através do problema da universidade. Segundo LECLERC, “o intelectual é, de um ponto de vista histórico fatural, em primeiro lugar um *universitário*” (2004, p. 42); a argumentação do autor acompanha o histórico do Caso Dreyfus para demonstrar como o nascimento dos intelectuais está ligado ao da universidade moderna, mais especificamente ao caso da Sorbonne, fundada em 1900 (Idem). Ora, se acompanharmos ainda que superficialmente as especificidades da história intelectual brasileira no século XX, visualizaremos que um grande número de indivíduos e grupos que poderíamos denominar como “intelectuais” – ainda com Leclerc, no sentido de uma categoria que possui uma relação conflituosa com a classe política e a classe econômica e que se coloca a tarefa de “pensar publicamente” (Ibidem, p. 56) – sequer passou pelas cadeiras da universidade (mesmo em um momento histórico em que já se encontravam proeminentes e consolidadas duas grandes universidades como a Universidade de São Paulo (1934) e a Universidade do Brasil (1920)). É o caso do próprio Sodré, cuja formação intelectual foi mediada pela imprensa e pela caserna – como já nos referimos.

Além desta dificuldade, podemos identificar outra que reside na forma como esta abordagem do fenômeno dos intelectuais como uma categoria social identificada por uma espécie de atividade – Leclerc diria “profissional” (Ibidem, p. 61) – tipicamente crítica, de viés progressista, potencialmente restringe o objeto deste campo de estudos a somente um lado do espectro político. Desta forma, indivíduos e grupos sociais que representam discursiva e publicamente os interesses das classes dominantes não concorreriam no circuito do pensamento social, do cenário intelectual e das diversas formas de embates e disputas que envolvem este “pensar publicamente”? Se assim fosse, além da necessidade de utilizarmos outra denominação, surgiria a necessidade da constituição de outro campo de estudos, voltado exclusivamente para a análise dos representantes do pensamento conservador. Não nos parece justificada esta operação – o que implica não só em outra leitura do estatuto do intelectual, mas também na observação de alguns trabalhos deste campo que beiram esta postura restritiva.

A obra *A evolução política de Lukács: 1909-1929* de Michael Löwy, cujo título original era *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários: a evolução política de Lukács, 1909-1929*, ocupa um espaço importante das reflexões marxistas sobre o fenômeno dos intelectuais. O próprio trabalho já citado de Paulo Ribeiro da Cunha, sobre a trajetória de Sodré, parte fundamentalmente das considerações metodológicas formuladas nesta obra.

Acompanhando a reflexão de Löwy, nos deparamos com a seguinte definição: “os intelectuais são uma categoria social definida por seu papel ideológico: eles são os *produtores diretos* da esfera ideológica, os *criadores de produtos ideológico-culturais*” (LÖWY, 1998, p. 25). Em sua perspectiva, há uma “cumplicidade sociologicamente explicável” entre esta categoria social e uma classe social específica, a pequena burguesia (Ibidem, p. 26) e, no trabalho de identificar estas nuances, o autor acerta as contas com a ideia de *intelligentsia* “livremente flutuante” de Karl Mannheim e Alfred Weber (Idem). Operando com o conceito marxiano de “superestrutura ideológica” (Ibidem, p. 25), o autor procura compreender a radicalização anticapitalista dos intelectuais a partir da ideia de “mediações ético-culturais e político-morais” (Ibidem, p. 29), como uma forma de compreender as relações que esta categoria social trava com a transformação capitalista do universo de valores qualitativos que historicamente estivera relacionada, por sua extração social pequeno-burguesa (Ibidem, p. 29-31). Atendendo as especificidades de seu objeto – a trajetória não só de Lukács, mas de toda uma intelectualidade da Alemanha e da Hungria que, vivendo o “traumatismo ético-cultural” da Primeira Guerra Mundial, passa por uma radicalização anticapitalista que aproxima diversos grupos do marxismo enquanto sistema teórico e, após a Revolução Russa de 1917, ao Partido Comunista (Ibidem, p. 31-32) –, o trabalho de Löwy traz importantes considerações para compreendermos as intrigantes afinidades sociológicas entre intelectuais e anticapitalismo. No entanto, nos parece que o autor, ao enfatizar a relação entre a *intelligentsia* e a pequena burguesia, insiste numa espécie de aproximação que busca entender esta categoria social nos termos de uma tendência ao anticapitalismo, de forma que, mesmo que com mais nuances, o estatuto do intelectual se transforma no estatuto de um tipo de intelectual generalizado para os demais.

O trabalho de Edward Said intitulado *Representações do Intelectual: as Conferências Reith de 1993* também retrata as dificuldades de se trabalhar com esta (in)definição. Inicialmente o autor descreve o intelectual como “um indivíduo dotado

de uma vocação para representar, dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para (e também por) um público” (SAID, 2005, p. 25) para, em seguida, referir-se da seguinte forma:

No fundo, o intelectual, no sentido que dou à palavra, não é nem um pacificador nem um criador de consensos, mas alguém que empenha todo o seu ser no senso crítico, na recusa em aceitar fórmulas fáceis ou clichês prontos, ou confirmações afáveis, sempre tão conciliadoras sobre o que os poderosos ou convencionais têm a dizer e sobre o que fazem. Não apenas relutando de modo passivo, mas desejando ativamente dizer isso em público (Ibidem, p. 35-36).

Atento às especificidades nacionais, o autor reitera ao longo de seu trabalho esta leitura do intelectual como representante do “sofrimento coletivo do seu próprio povo” (Ibidem, p. 53) e, beirando uma compreensão mannheimiana, preconiza que a figura ideal do intelectual é a do intelectual que vive a “condição do exilado” (Ibidem, p. 60-61), no sentido de um estado permanente de desassossego e suspeição em relação às “armadilhas da acomodação e do bem-estar nacional” (Idem). Em trecho que evidencia os limites da definição proposta pelo autor, sustenta:

Um intelectual é como um náufrago que, de certo modo, aprende a viver com a terra, não nela; ou seja, não como Robinson Crusóé, cujo objetivo é colonizar sua pequena ilha, mas como Marco Polo, cujo sentido do maravilhoso nunca o abandona e que é um eterno viajante, um hóspede temporário, não um parasita, conquistador ou invasor (Ibidem, p. 67).

Em outro âmbito de produção acadêmica, as pesquisadoras Elide Rugai Bastos e Walquiria Leão Rego no artigo *A moralidade do compromisso* – trabalho que também norteou as reflexões de Paulo Ribeiro da Cunha em seu estudo sobre a trajetória de Sodré – propuseram uma concepção de “orientação normativa” (BASTOS; REGO, 1999, p. 9) que busca analisar o estatuto dos intelectuais como “sujeitos morais”, concentrando-se, portanto, na análise dos “imperativos éticos que norteiam a atividade intelectual” (Ibidem, p. 10). No entanto, se as autoras destacaram o dilema intelectual da “distância crítica e envolvimento com a sociedade em que vive” (Ibidem, p. 8) também findam por circunscrever a atividade intelectual à tarefa da crítica: “Sua postura básica em relação às estruturas de poder deve pautar-se pela utilização da “razão vigilante e desconfiada” das *razões do poder*.” (Ibidem, p. 10). Assim, o intelectual emerge como uma figura social moderna cujo papel é o “perene inconformismo e luta incessante para transcender o existente” (Ibidem, p. 11) e

novamente as tentativas de se compreender o estatuto do intelectual, sua atividade, seu papel, suas relações, dão origem a um plano de estudo em que seu objeto se restringe a um típico intelectual crítico.

Aparentemente esta preocupação parece não ser movida pelo nosso objeto de estudo, entretanto, compreendemos que estes limites apontam para questões fundamentais dos debates sobre este importante campo de estudos; referindo-se ao nosso problema metodológico, consideramos que o recurso ao trabalho de Williams pode nos ajudar a equacionar estas questões de formas distintas.

## **2.1 Intelectuais como produtores culturais: a contribuição de Raymond Williams**

Num esforço de sistematização, consideramos – de forma não exaustiva – que a questão dos intelectuais na obra de Williams emerge em três entradas: a da sua atividade em relação à organização social da cultura; a dos grupos culturais; e a das práticas culturais, na forma em que aparecem no seu conceito de “estrutura de sentimento”. Separadas analiticamente para o nosso propósito, é necessário lembrar que estas entradas devem sempre ser pensadas de forma articulada, não representando noções sem relação entre si.

A primeira entrada que identificamos nos possibilita verificar a forma como Williams compreende a própria noção de intelectual e as dificuldades oriundas das concepções de Antonio Gramsci e Karl Mannheim. Partindo de uma noção de cultura como “*sistema de significações realizado*” (WILLIAMS, 1992, p. 206), o autor sustenta que o estudo dos processos culturais deve estar atento ao caráter ativo de sua realização, ou seja, que é preciso trabalhar com um sentido de cultura que permita o estudo das práticas significativas que produzem, reproduzem e relacionam as diversas instituições, formações, práticas e obras que lhe são pertinentes (Ibidem, p. 206-208). Neste roteiro teórico, o autor se depara com o problema de uma abordagem empírica que marca os estudos sobre a organização social da cultura: a questão do *status* social e da formação social dos intelectuais (Ibidem, p. 212-213).

Segundo Williams, o maior problema que esta abordagem sociológica enfrenta é o da definição do termo, que é ilustrada desta forma:

A um exame mais cuidadoso, esta acaba sendo, em primeiro lugar, uma enganosa especialização de um conjunto mais geral de produtores culturais e, em segundo lugar, uma enganosa ampliação de um tipo de formação

cultural para uma categoria social geral. Pois a categoria “intelectuais”, centrada tipicamente em certos tipos de escritores, filósofos e pensadores sociais, mantendo relações importantes mas ambíguas com a ordem social e suas classes, é, de fato, uma formação histórica muito específica, que não pode ser tomada como exclusivamente representativa da organização social dos produtores culturais (Ibidem, p. 213).

Assim, o autor amplia os termos de referência sociológica, permitindo-nos abordar esta figura social como um tipo de produtor cultural que é marcado, como os demais, por uma dupla especialização: como determinado tipo de trabalho cultural e como relações específicas dentro de um sistema social organizado (Ibidem, p. 216). Se a procura por uma “função” dos intelectuais se depara com o manuseio especializado de ideias, na perspectiva williamsiana – que deve muito à leitura do exercício da “função intelectual” de Gramsci – encontramos a “inteligência” envolvida em todas as atividades sociais e produtivas:

(...) porque “ideias” e “conceitos” – as preocupações especializadas dos “intelectuais” no sentido moderno – são tanto produzidos quanto reproduzidos dentro da estrutura social e cultura global, por vezes diretamente como ideias e conceitos, mas também, de modo mais amplo, na forma de instituições modeladoras, relações sociais expressas, ocasiões religiosas e culturais, modalidades de trabalho e desempenho: na verdade, no sistema de significações como um todo e no sistema que ele exprime (Ibidem, p. 215).

Ainda, a particularidade desta atividade de produção cultural precisa ser compreendida dentro das relações de subordinação e dominação que marcam os sistemas sociais organizados enfatizando, no caso das sociedades contemporâneas, tanto o grau de *distância relativa* ou *autonomia relativa* quanto os tipos de integração destes produtores com os processos mais gerais de produção e reprodução social (Ibidem, p. 216-219). A análise da segunda entrada que propomos pode tornar mais palpáveis estas considerações.

No trabalho *O Círculo de Bloomsbury*, o autor traz importantes considerações metodológicas sobre a análise de grupos culturais e, em nossa leitura, estas considerações atendem diretamente as questões da sociologia dos intelectuais. A despeito da marginalidade de seu estudo no campo da sociologia, WILLIAMS refere-se à importância destes grupos como fundamental para a compreensão da história da cultura moderna (2011, p. 202). Esta importância reside em dois pontos: “no que eles realizaram e no que seus modos de realização podem nos contar sobre as sociedades mais amplas com as quais eles mantêm relações incertas.” (Idem).

Investigando a formação do Círculo, o autor lança possíveis diretrizes para o estudo de grupos culturais que partem, inicialmente, da problematização da percepção que um dos integrantes do grupo, Leonard Woolf, expressou ao referir-se ao grupo como um simples “grupo de amigos” (Ibidem, p. 202-203). Desta percepção, que compreendemos no termo de uma autorrepresentação, o autor atenta para a necessidade de: analisar os *elementos aglutinadores* que contribuíram para a formação e distinção do grupo; e identificar se haviam elementos na maneira como os integrantes se tornaram amigos que apontam para *fatores sociais e culturais mais amplos* (Ibidem, p. 203). O ponto central deste tipo de análise é “investigar não apenas as ideias e atividades manifestas, mas também as posições e ideias que estão implícitas e mesmo tomadas como certas” (Idem), o que significa dizer que é um procedimento que busca evidenciar o que ultrapassa as autorrepresentações formuladas por seus integrantes e pelo grupo. Neste mesmo sentido, PASSIANI destaca que parte fundamental da sociologia dos intelectuais reside neste papel de questionar as “representações que os intelectuais constroem a respeito de si mesmos” de forma que a tarefa de entender *o que é e quem é* o intelectual implica necessariamente na investigação desta autorrepresentação (2018, p. 36).

Além desta questão fundamental, Williams destaca ao longo de sua análise a necessidade da investigação sobre “o caráter das contribuições culturais, intelectuais e artísticas de Bloomsbury dentro do contexto de sua formação sociológica específica e de seu significado histórico” (WILLIAMS, 2011, p. 222). Desta forma, através de uma análise comparativa e histórica do contexto em que ocorreu a experiência intelectual do grupo, o autor combinou o estudo da origem e formação do grupo – inclusive operacionalizando o conceito de “fração de classe” para compreender as relações entre o grupo e as classes sociais (Ibidem, p. 213) – com a análise do impacto de sua produção cultural na formação social inglesa.

A reflexão levada a cabo neste trabalho de Williams toca em outro ponto importante de sua teoria da cultura, o tema das “formações culturais”, na forma em que foi proposta em sua obra de título *Cultura*, já utilizada aqui para abordar a questão da organização social da cultura. Com esta categoria, o autor busca apontar a necessidade de lidarmos “não só com instituições gerais e suas relações típicas, mas também com formas de organização e de auto-organização que parecem muito mais próximas da produção cultural” (WILLIAMS, 1992, p. 57). Assim, mesmo que atento

às relações entre os âmbitos institucionais e formacionais (Ibidem, p. 35), o autor alerta para o fato de que:

(...) se deduzirmos vinculações culturais significativas apenas do estudo das instituições, correremos o risco de deixar escapar alguns casos importantes em que a organização cultural não tiver sido, em qualquer de seus sentidos comuns, institucional. De modo particular, poderemos deixar escapar o fenômeno muito surpreendente do “movimento” cultural, que tem sido tão importante no período moderno (...) (Idem).

De acordo com esta interpretação, é na análise das relações internas de cada formação singular e das relações externas entre as formações e a ordem social global que podemos nos aproximar de uma adequada compreensão das relações materiais de produção cultural enquanto prática significativa (Ibidem, p. 85). O que significa, em nossa leitura, que para uma abordagem williamsiana do fenômeno dos intelectuais como produtores culturais, é necessário atentarmos tanto para as relações de produção cultural inscritas nestas duas dimensões (institucional e formacional) quanto para a definição da experiência intelectual como uma experiência registrada na dinâmica coletiva, dos grupos culturais. Logo, o estatuto intelectual remete necessariamente à dimensão social de sua atividade, de seu papel, de sua intervenção. Como observou LECLERC: “O intelectual isolado não existe. Ser um intelectual é pertencer conscientemente e de alguma maneira à coletividade dos pares: é ler os jornais, é estar a par dos debates, é fazer ouvir sua voz no “pequeno mundo” dos intelectuais (...)” (2004, p. 73).

Tematizando os pormenores internos e externos que informam a constituição e a atuação destes grupos, o autor aponta que é preciso analisar o caráter dinâmico do conjunto de interesses e relações sociais que historicamente participam dos processos de produção e organização da cultura; identificando as formas dinâmicas que a produção cultural pode tomar, o autor distingue-as como “o *residual*, o *dominante* e o *emergente*” (WILLIAMS, 1992, p. 201). Neste ponto, o autor auxilia a compreensão das formas culturais dentro da dinâmica das mudanças sociais e culturais pelas quais atravessam as sociedades. Se essas expressões podem referir-se à práticas culturais (Ibidem, p. 202), elas também iluminam o campo de tensões que se imprime nas tarefas de produção e reprodução cultural dentro de uma organização social específica (Idem).

Cabe ainda notar que, abordando os limites do estudo das formações, o autor observa que o seu estudo não pode prescindir da extensão de sua análise para a história geral, “onde a ordem social como um todo e todas as suas classes e formações podem ser adequadamente tomadas em consideração.” (Ibidem, p. 85). O estudo das formações proporciona o levantamento de questões sociológicas e históricas que podem ser levantadas para “sugerir novas áreas para pesquisa pormenorizada” (Idem).

Como nos referimos, a última entrada de questões possíveis para se ler o fenômeno dos intelectuais na perspectiva de Williams é através do seu conceito de “estrutura de sentimento”. Segundo Maria Elisa Cevasco, o crítico inglês cunhou este conceito no intuito de “descrever a relação dinâmica entre experiência, consciência e linguagem, como formalizada e formante na arte, nas instituições e tradições” (CEVASCO, 2001, p. 151). Relação dinâmica que é investigada através da inserção da tensão entre passado e presente na experiência histórica da produção cultural (WILLIAMS, 1979, p. 130-131). Portanto, propõe um tipo de enquadramento da experiência social das práticas culturais que compreende-as na expressão vivida de um processo de transformação:

O termo é difícil, mas “sentimento” é escolhido para ressaltar uma distinção dos conceitos mais formais de “visão de mundo” ou “ideologia”. Não que tenhamos apenas de ultrapassar crenças mantidas de maneira formal e sistemática, embora tenhamos sempre de leva-las em conta, mas que estamos interessados em significados e valores tal como são vividos e sentidos ativamente, e as relações entre eles e as crenças formais ou sistemáticas são, na prática, variáveis (inclusive historicamente variáveis) (...) (Ibidem, p. 134).

Nesta elaboração, encontra-se uma tentativa de “descrever como nossas práticas sociais e hábitos mentais se coordenam com as formas de produção e de organização socioeconômica que as estruturam em termos do sentido que consignamos à experiência do vivido” (CEVASCO, 2001, p. 97), portanto, rastreando estas práticas, o autor refere-se a:

(...) elementos característicos do impulso, contenção e tom; elementos especificamente afetivos da consciência e das relações, e não de sentimento em contraposição ao pensamento, mas de pensamento tal como sentido e de sentimento tal como pensado: a consciência prática de um tipo de presente, numa continuidade viva e inter-relacionada (WILLIAMS, 1979, p. 134).

Desta forma, segundo CEVASCO, a operacionalização do conceito objetiva:

descrever a presença de elementos comuns em várias obras de arte do mesmo período histórico que não podem ser descritos apenas formalmente, ou parafraseados como afirmativas sobre o mundo: a estrutura de sentimento é a articulação de uma resposta a mudanças determinadas na organização social (2001, p. 153).

Assim, ainda que os produtores culturais vivam a experiência da produção de forma idiossincrática, é numa fase posterior que os elementos que compõem essa estrutura de sentimento podem ser identificados e examinados (WILLIAMS, 1979, p. 134).

Conjugados, estes três pontos de emergência do tema dos intelectuais na obra de Williams, apontam para uma compreensão que, como buscamos demonstrar, avança sobre os limites e dificuldades das definições estreitas do conceito de intelectuais e aponta para a inserção do debate sobre o fenômeno dos intelectuais no âmbito mais amplo das relações de produção material da cultura como sistema de significações realizado. Com este procedimento, podemos tomar esta formação social não mais em seu suposto isolamento, mas nas especificidades de sua atividade cultural e na forma como colaboram ativamente para a produção e reprodução cultural no âmbito de uma ordem social e historicamente determinada. Ainda, podemos ajustar as lentes para pensar o aspecto coletivo e social de seu estatuto, examinando suas produções e intervenções no plano da experiência social e histórica vivida e expressada nos elementos que enformam suas práticas significativas. Tomando estas práticas significativas a partir da tensão entre representação e autorrepresentação nelas inscritas, a análise cultural dos grupos culturais pode colaborar na tarefa de evidenciar o significado histórico e sociológico de sua atividade.

Procurando contemplar essas disposições teórico-metodológicas, nossa intenção com o recurso ao termo “relações intelectuais” neste trabalho aponta para o estudo de uma dimensão das práticas dos produtores culturais, dimensão esta que refere-se: às relações entre os produtores em si; à participação destes em formações e instituições; às formas de interação entre estes grupos e instituições; às aproximações e distanciamentos entre si, que revelam intenções e interesses permeados de contradições, ambiguidades e conflitos; entre outros elementos e questões que podem ser identificados com este tipo de abordagem que poderia ser denominada como “externalista” (PONTES, 1997, p. 4).

Assim, procederemos à análise de uma aplicação concreta de parte deste cabedal metodológico na forma como foi operacionalizada por Marcelo Ridenti; referimo-nos ao conceito de *brasilidade revolucionária* como uma estrutura de sentimento presente na formação social brasileira das décadas de 1950 e 1960. Esta abordagem nos permitirá posteriormente analisar e tensionar os aspectos da constituição do grupo de intelectuais que produziu a *CHN* com a hipótese proposta por Ridenti.

## **2.2 O cenário político-cultural das décadas de 1950 e 1960 como desafio interpretativo: a formação de uma *brasilidade revolucionária***

Como já nos referimos, o quadro histórico e social em que insere-se o objeto de nossa pesquisa é o período identificado como a vaga democrática aberta pela Constituição Federal de 1946 até o golpe civil-militar de 1964. São muitos os episódios e as transformações pelas quais o país passou nesse período, deixando marcas profundas em nossa história cultural e política. Assim como este período é repleto de fenômenos de complexa compreensão, as interpretações sobre tais fenômenos trazem consigo tais dificuldades – e, ao seu tempo e no período posterior, já sob o julgo dos militares, expressam as nuances e refluxos pelos quais passaram seus intérpretes.

Período de grande efervescência cultural e política, como já notado extensamente por vasta produção bibliográfica,<sup>4</sup> as experiências singulares e os grupos sociais que compuseram este cenário demandam contínuo trabalho investigativo devido tanto à sua riqueza – sempre recolocada pela quantidade de informações e documentos novos que são identificados pelo incessante trabalho de pesquisa – quanto à diversidade de perspectivas a que podem ser submetidas.

O cenário intelectual do período imediatamente posterior ao golpe assistiu, não calado, à montagem de uma interpretação que, oriunda de debates realizados ainda nas décadas de 50 e 60, ganhou vigor e amplitude nos meios intelectuais universitários de meados da década de 60 em diante. Tratava-se da tese do

---

<sup>4</sup> Não cabe aqui listar a amplitude e diversidade desses estudos, mas para ilustrar, em parte, essa afirmação, consulte-se os ricos trabalhos e debates apresentados no segundo volume da coleção *As Esquerdas no Brasil* organizada por Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As Esquerdas no Brasil; v.2).

“populismo” no Brasil, designação que recaiu sobre a experiência política anterior ao golpe que, para um de seus autores, indicaria o seu *colapso*.

Como sustenta Jorge FERREIRA, o fracasso da experiência política do interregno de 1945 à 1964 e o impacto do golpe sobre a intelectualidade podem ser fatores que explicam a emergência, em forma acadêmica, da categoria explicativa do “populismo” (2010a, p. 9). Se na década de 50 havia uma breve formulação teórica circulando – por parte tanto de integrantes do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), especialmente Hélio Jaguaribe e Alberto Guerreiro Ramos, quanto pelos trabalhos de Azis Simão e Florestan Fernandes em São Paulo –, é na década de 60 que ela emergirá com as dimensões que serão desenvolvidas ao longo da década de 70 (FERREIRA, 2010b, p. 70-74; GOMES, 2010, p. 27). Assim, Angela de Castro GOMES sustenta que neste período o fenômeno do populismo passa a integrar a nova agenda de investigações que visa compreender as razões do golpe de 1964 (Idem). Além disso, recebe também uma periodização: “Ela [a experiência populista] tem início em 1930, quando eclode o movimento militar liderado por Vargas, e se conclui em 1964, quando do movimento militar que depõe João Goulart. Desta forma, tanto o tema quanto o período se transformam num imperativo de pesquisa na área das ciências sociais.” (Ibidem, p. 27-28).

Milton LAHUERTA observa que neste período consolida-se, na “cultura uspiana”, uma leitura crítica da cultura política nacional-popular das tradições das esquerdas do pré-golpe e,

Ao longo dos anos setenta, tal interpretação difunde-se e ganha solidez entre aqueles intelectuais que, por permanecerem concentrados na vida acadêmica, mantinham-se distantes da atividade política direta. São exatamente esses intelectuais, que não têm uma participação política direta, que levam às últimas consequências, do ponto de vista intelectual, a crítica ao nacionalismo e o questionamento do populismo (2001, p. 86-86).

Assim, no seio dos meios universitários, mais precisamente da USP, o recenseamento crítico realizado através do conceito de “populismo” constituiu uma agenda de produções acadêmico-intelectuais e esteve nas bases do campo de investigação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), fundado em 1969 e, posteriormente, do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), fundado em 1975 (Ibidem, p. 91-92; SWAKO, ARAUJO, 2019, p.475).

Observando o “tom combativo dos textos”, Gomes verifica que a montagem desta reflexão se deu em um momento de crise no pensamento das ciências sociais onde, além de uma revisão das interpretações até então compartilhadas, procede-se a uma ênfase privilegiada nos atores políticos do pré-golpe (GOMES, 2010, p. 31). Bernardo SORJ identifica no período o desfecho da polêmica que girava em torno da USP e do ISEB e que pode ser pensado como um episódio decisivo do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil (2001, p. 26). Analisando a década de 70, LAHUERTA sustenta que, nesta renovação temática e teórico-metodológica (2001, p. 63), podemos verificar que o grupo que se articulou no entorno de Florestan Fernandes e da “Escola de Sociologia da USP” nas décadas de 50 e 60 desdobrou-se no grupo que formou o CEBRAP e que em seguida delineou as formas de atuação política nos anos 80 (lembrando que, CEBRAP e CEDEC, foram os centros de aglutinação política e intelectual de onde partiram boa parte das linhas de força que enformaram a fundação, respectivamente, do Partido da Social Democracia Brasileira e do Partido dos Trabalhadores, principais partidos do cenário político nacional desde a redemocratização) (Ibidem, p. 91-92).

Em nossa leitura, o tom combativo, crítico e por vezes pejorativo das interpretações baseadas na tese do “populismo” em relação às experiências do pré-golpe carregam consigo os sintomas da configuração de um novo cenário intelectual, já predominantemente universitário, e expressa o clima das disputas que se gestaram no interior das esquerdas ao longo da ditadura.

Portanto, interessa sugerir que, para além dos eventuais méritos que esta agenda interpretativa de fato tenha alcançado em termos de pesquisa, é possível expandir e até mesmo compreender o significado histórico e cultural da experiência do pré-golpe partindo não só de outras matrizes teóricas, mas também da própria análise crítica destes trabalhos, tomando não somente seu conteúdo, mas os limites evidentes que a ênfase na tese do “populismo” demonstrou possuir.

Exemplificando estes limites, o trabalho de Miliandre GARCIA (2004) sobre o Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) nos ajuda a ilustrar este percurso. Abordando o tema da produção artístico-cultural do CPC da UNE, a autora atenta para o fato de que parte das pesquisas que tomaram este tema como objeto estiveram na esteira da reflexão de Ianni e Weffort sobre a relação entre populismo e nacionalismo e endossaram uma leitura monolítica da produção do CPC como ramificação destes fenômenos (Ibidem, p. 128). Tocando na origem da

montagem destas leituras, portanto, das preocupações ligadas às análises dos autores citados, a autora sustenta:

Portanto, qualquer atitude interpretada por esses autores como resquício de uma suposta inércia do PCB em particular e da esquerda em geral, diante das mudanças estruturais da sociedade, foi questionada. E as revisões, sobretudo as dos anos 80, pautaram-se por essa necessidade de revisar o passado político da história recente do Brasil. Foi quando o CPC, vinculado ideologicamente ao PCB e ao Instituto de Estudos Superiores - ISEB, passou a ser alvo — no campo da cultura e da política — de inúmeras críticas relacionadas à opção adotada por seus ativistas. E é nesse processo de transformação pelo qual passou a sociedade brasileira que os debates, as divergências e as contradições internas do CPC foram desconsiderados (Idem).

Para compreender a produção cultural cepecista, Garcia tensiona estas leituras a partir da problematização das relações entre o “manifesto do CPC”, escrito por Carlos Estevam Martins em 1962, e a produção artística do período – relação esta que é generalizada unilateralmente pelas perspectivas analisadas criticamente pela autora. Nesta operação, observa:

O “manifesto do CPC”, comumente analisado como síntese da produção artístico-cultural da época, é entendido como uma espécie de ponto de referência e não como projeto cultural e que foi reproduzido, assimilado e, sobretudo, contestado pelos principais artistas e intelectuais que se dispuseram a pensar, pressupondo sua prática, políticas culturais para o CPC (Ibidem, p. 154).

Atentando para estas premissas, foram várias as nuances analisadas pela autora como: o rompimento de Oduvaldo Vianna Filho, um dos fundadores do CPC, com o Teatro de Arena (Ibidem, p. 132); os pormenores da organização interna do CPC e as mudanças pelas quais essa organização passou de sua fundação em 1961 até sua extinção em 1964 (Ibidem, p. 133); as dissidências no interior da UNE e seus efeitos sobre os CPCs (Ibidem, p. 135); entre outras. Rompendo com a trama teórica do “populismo”, GARCIA pôde observar que “o “produto” artístico gerado nos anos 60 – entendido como resultado da interação entre produção (artista, tema e tecnologia), divulgação (mecanismos mercadológicos) e recepção (público) — não pode ser analisado tão somente como reflexo das formulações teóricas acerca das definições de “cultura” e “arte popular” empreendidas pelos artistas e intelectuais do CPC.” (Ibidem, p. 152-153). De certa forma, esta operação criticada pela autora se repete

nos trabalhos sobre as demais experiências político-culturais do período inspirados nesta matriz teórico-metodológica.

Colocando em questão diretamente os elementos trazidos pelo nosso objeto, nos parece que a reflexão sobre o ISEB é tão central quanto necessária no que tange à urgência de trabalhos que lancem outro viés interpretativo sobre a experiência isebiana. Cabe, portanto, analisar e identificar alguns dos limites encontrados nos trabalhos clássicos sobre a trajetória da instituição e de seus intelectuais para observarmos a pertinência teórico-metodológica do trabalho de Ridenti e quais os debates que estão sendo realizados através de sua proposta interpretativa.

São três os trabalhos que abordaremos conjuntamente neste ponto, selecionados pela notoriedade e destaque que alcançaram entre os trabalhos sobre os meios intelectuais brasileiros e as experiências do pré-golpe. São eles: *ISEB: fábrica de ideologias* de Caio Navarro de Toledo, apresentado como tese de doutorado na Faculdade de Assis em 1974 e publicado em 1977; *Ideologia da cultura brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica* de Carlos Guilherme Mota, tese de livre-docência apresentada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo no ano de 1975 e publicada em 1977; e *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação* do sociólogo francês Daniel Pécaut, publicado em 1990 – pode-se sustentar, certamente, uma série de advertências sobre a disparidade entre esse último trabalho e os dois primeiros, no entanto, acreditamos que, por conta do constante recurso à essa interpretação por parte dos pesquisadores da intelectualidade brasileira, faz-se obrigatório analisá-lo no que diz respeito ao nosso recorte. Desde já, tematizaremos as obras citadas tendo em vista o caso particular de nosso trabalho e argumentação, portanto, não abordaremos extensamente os comentadores e “críticos da crítica” que já sustentaram valiosos debates e argumentos diante de tais interpretações.<sup>5</sup>

O trabalho de Caio Navarro de Toledo toma o Instituto a partir de sua produção intelectual, tendo analisado o “pensamento isebiano” nas formulações teóricas dos “isebianos históricos” Hélio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, Cândido Mendes e Nelson Werneck Sodré, mais precisamente na dimensão do que o autor identificou como a “ideologia do desenvolvimento” (TOLEDO, 1977, p. 32). De acordo com o autor, tendo a ideologia como “apanágio da Instituição” (Ibidem, p. 17),

---

<sup>5</sup> Para tanto, consulte-se os trabalhos de BARIANI JUNIOR (2005), de MOTTA (2000), de PEREIRA (1998) e de OLIVEIRA FILHO (2000).

o ISEB se propôs “a constituir ou lançar as bases de um “pensamento brasileiro” (autêntico ou não-alienado) através de um projeto teórico-ideológico de natureza totalizante onde confluíam disciplinas e ciências diversas” (Idem). Esta “ideologia-síntese” (Idem), enquanto uma proposta de fato concretizada, seria uma amostra exemplar da “*ideologização* da produção teórica” (Ibidem, p. 18).

Concentrando sua análise no que denominou como segunda fase da vida do ISEB, a “encampação” juscelinista” (Ibidem, p. 186), o autor introduz seu trabalho deixando claro que o exame da conjuntura política, econômica, social e ideológica das décadas de 50 e 60 não estão no horizonte de sua pesquisa (Ibidem, p. 18) e que as publicações do campo da economia editadas pelo ISEB não foram levadas em conta (Ibidem, p. 19). É preciso notar que, tomando como suposto – o termo é do autor (Ibidem, p. 18) – o quadro conjuntural, TOLEDO prontamente refere-se aos obrigatórios trabalhos de Fernando Henrique Cardoso, Francisco de Oliveira, Octávio Ianni, Francisco Correa Weffort, Paul Singer, entre outros, para citar as análises críticas do período (Ibidem, p. 25).

Em uma leitura característica das análises sobre a intelectualidade do período, o autor enfoca o tema da relação entre o Instituto e o Estado, mais precisamente na forma do Governo de Juscelino Kubitschek, procurando demonstrar a subordinação do primeiro diante do segundo através da “perspectiva oficial” (Ibidem, p. 31-34). A tarefa de se compreender criticamente a realidade brasileira, inscrita no regulamento da Instituição (Ibidem, p. 32), se transforma em “fazer do ISEB um núcleo que assessore, apoie e sustente a política econômica definida no Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek” (Ibidem, p. 33) e as suspeições em torno do termo “ideologia” passam pela “relativa autonomia” da Instituição, a “permissividade ideológica” (Ibidem, p. 34) do Estado Desenvolvimentista. Segundo o autor, nesta fase teria surgido a necessidade de “*forjar* uma ideologia que promova e incentive o desenvolvimento” (Ibidem, p. 35), em cuja tarefa Sodré não teria participado (Idem) e os economistas estariam fora do horizonte, sendo que estes teriam supostamente realizado “trabalhos solitários” (Ibidem, p. 19). Existem algumas dificuldades na sustentação do autor sobre a existência de um “pensamento isebiano” onde, ainda que exceptuando-se elementos importantes de seus quadros intelectuais, o autor identifica uma série de divergências tanto na forma como os “restantes” compreendem esta tarefa político-ideológica apresentada pelo autor quanto como diagnosticam a realidade brasileira e seus desafios no período juscelinista. Ainda assim, é peça

fundamental de sua argumentação a existência deste “pensamento isebiano” com feições monolíticas e unilineares.

Em léxico semelhante, Carlos Guilherme Mota em sua “história das ideologias” (1977, p. 18) toma a formação do cenário intelectual da década de 1950 como a consolidação de um sistema ideológico nacionalista – em que um dos marcos referenciais é a “produção do ISEB” (Ibidem, p. 156) – “onde as ideias de “consciência nacional”, “aspirações nacionais”, “cultura brasileira” e “cultura nacional” constituíram os fulcros de linhas de pensamento suficientemente fortes para mascarar *quase* todos os diagnósticos sobre a realidade brasileira” (Ibidem, p. 156-157). No caso do ISEB, o autor toma como amostragem o pensamento de dois de seus “ideólogos”, expressões deste “caldo ideológico” (Ibidem, p. 164): Hélio Jaguaribe e Roland Corbisier. Legado do ISEB, Corbisier e outros isebianos teriam nutrido de ideologia “as ciências sociais entre nós, ao ponto de, em determinada fase, não se saber onde terminava uma, onde começava outra” (Ibidem, p. 169).

Sodré, que foi tão atacado nesta obra ao ponto de dirigi-lo uma resposta tão contundente quanto o ataque (SODRÉ, 1985), mereceu neste capítulo da obra uma nota dedicada à sua participação no ISEB enquanto representante da “vertente marxista-populista: um ideólogo marcado *antes* pela ideologia da “consciência nacional” que pelas teorias sobre as classes e sobre a consciência de classe” (MOTA, 1977, p. 166). As mesmas vênias não foram dedicadas aos demais autores abordados do mesmo período, radicais *assépticos* responsáveis pela desintegração deste “caldo ideológico mistificador”: Antonio Candido, Raymundo Faoro e Florestan Fernandes. É interessante notar que, se Corbisier é tomado como ideólogo (e os demais adjetivos que o autor lhe imputa) por sua forma de pensar a “cultura brasileira” em termos de alienação através da aproximação com o tema do colonialismo com clara inspiração existencialista, Faoro é condecorado com o mérito de “escapar” do “equivoco nacionalista” *apesar* de sua interpretação sobre a frustração do aparecimento de uma “genuína cultura brasileira” (Ibidem p. 179-181). O trecho a seguir sintetiza parte de sua compreensão sobre a intelectualidade *séptica* do período:

Mesmo as propostas do mecanismo werneckeano, que laboravam no equivoco nacionalista, carreavam, com a ideologia genérica (não com a teoria lastreada com pesquisas específicas) das lutas de classes, a falsa consciência de se compor a Nação; com o auxílio da ideologia reformista desse marxismo ortodoxo nacionalista, a esquerda se desviava das questões

essenciais de sua luta concreta, atrelando-se à ideologia do Estado Nacional e do desenvolvimento (Ibidem, p. 180).

Inclusive, TOLEDO, ao identificar as características que fazem esse pensamento tipicamente “isebiano”, assim as descreve: o escamoteamento “por completo” da existência de outras ideologias que não a do “projeto da Nação” (1977, p. 50); o elitismo populista de seus ideólogos, como o caso de Vieira Pinto, “comprometido existencialmente” com as massas trabalhadoras” (Ibidem, p. 50-51); a ausência do conceito de luta de classes (Ibidem, p. 51); a “falta da teoria rigorosa” (Ibidem, p. 170); o endosso do “pensamento da classe hegemônica” (Idem); suas “feições autoritárias” (Ibidem, p. 158); seu “obscurecimento” da consciência de classe das camadas dominadas” (Ibidem, p. 175). Justiça se faça às observações do autor: “não cabe inculpar ou imputar ao ISEB a exclusiva responsabilidade por tais “desvios” e descaminhos políticos” (Idem). Tão “responsáveis” quanto o Instituto, as “*esquerdas e proletários*” também participaram ativamente do consumo e disseminação dos estandartes do nacionalismo e do populismo.

Enfatizando igualmente as relações entre intelectuais e o Estado, a interpretação de Daniel PÉCAUT encontra no getulismo o *mito fundador* de uma vida política assentada no nacionalismo (1990, p. 99-100). Além disso, tempos de desenvolvimentismo e de “nacional-populismo” (Ibidem, p. 102). No lado do “campo nacionalista e popular”, seus intelectuais realizavam uma leitura da realidade onde “figuras imaginárias e/ou ideológicas parecem substituir os protagonistas reais” (Ibidem, p. 103). Acreditando ser hegemônica, a intelectualidade de esquerda reivindicava a vocação para dirigir as mudanças políticas e, mais do que seus “predecessores de direita de 1930 (...) inclinam-se decididamente para o “povo” e não duvidam dos poderes da “ideologia”.” (Idem). É o caso do ISEB, segundo o autor:

Tudo o que pretendiam os “pensadores” do ISEB era formular o “sentimento das massas”. (...) Esses mesmos intelectuais estavam decididos a ser plenamente “ideólogos”. Com o termo “ideologia”, que então conhece uma voga excepcional, não pretendiam referir-se a uma representação deformada do real mas sim a uma força que possibilitasse a sua transformação. Os pensadores do ISEB assumiram explicitamente a tarefa de inventar a ideologia que iria presidir a “revolução brasileira”. (...) Entre o Estado e eles mantinham-se muitas conivências, não só em razão das posições que o Estado lhes oferecia e da legitimidade que, em troca, eles conferiam ao Estado, mas também em virtude do efeito de ressonância produzido pelas invocações populistas que lhes eram comuns e pelas pretensões comuns a revelar o próprio movimento do real (Ibidem, p. 104-105).

Apesar das consonâncias entre as três análises, é interessante observar que, se para Toledo é possível deixar de lado os “trabalhos solitários” dos economistas do ISEB em sua análise por “praticamente” não haver motivos para incluí-los no “pensamento isebiano”, em PÉCAUT o ISEB trata-se de “um núcleo de intelectuais dispendo de um estatuto oficial e convidados pelo próprio poder senão para intervir diretamente na gestão da política econômica, pelo menos para participar da construção da nova legitimidade” (Ibidem, p. 110). O autor chega a sustentar que a articulação entre o desenvolvimentismo e a ideologia no caso isebiano expressa uma aproximação maior com a economia do que com a política, chegando a referir-se à uma supressão da política (Ibidem, p. 137).

O autor considera que a intelectualidade isebiana manifestava um “sentimento de onipotência” em suas intervenções, considerando o Instituto como uma “condensação da opinião pública” onde “não se pode discutir sua contribuição à “proliferação das ideias”: na verdade, foi a “ideologia” que seus membros pretenderam reabilitar” (Ibidem, p. 114). Por fim, nas palavras de TOLEDO:

Valendo-se de conceitos herdeiros do discurso antropológico, tal como a alienação (assumindo no interior daquelas análises uma significação ideológica e não a de conceito teórico explicativo), não conseguiu a maioria dos autores do ISEB dar conta rigorosamente da situação concreta do subdesenvolvimento capitalista brasileiro. Por outro lado, presos a ideologias de cunho humanista, *nada mais fizeram do que reproduzir uma certa euforia desenvolvimentista* que contagia ponderável parcela da intelectualidade latino-americana – em particular, muitos cientistas sociais – durante a década de 50 (1977, p. 182).

Populista, ideólogo, nacional-populista, nacional-marxista, nacional-desenvolvimentista, pós-desenvolvimentista, reformista, entre outros termos, todos de fato refletem um esforço interpretativo e classificatório voltado para as experiências político-culturais do pré-golpe. No entanto, o que podemos ver com esta exposição é um constante fechamento das possibilidades interpretativas, demasiado circulares e unidimensionais, que enfatizaram especialmente a relação entre a intelectualidade e o Estado – seja na forma juscelinista, seja na forma janguista, comumente não se referindo ao período janista – e, por estes evidentes limites, demandam do trabalho dos pesquisadores uma postura se não mais generosa para com o período, mais reflexiva para pensar outros percursos, outras entradas.

Parafraseando Garcia, no raciocínio já exposto sobre o CPC, a organização social da cultura e a produção cultural gerada nos anos 50 e 60 – entendidos no

sentido williamsiano já exposto — não podem ser analisadas tão somente como reflexo das relações entre produtores e Estado, enfatizando a capitulação daqueles por este; ou reflexo das formulações teóricas acerca das definições de “ideologia”, “realidade nacional” e “desenvolvimento” formuladas pelos núcleos intelectuais do período; ou como derivação quase necessária dos supostos erros políticos das esquerdas. Como alternativa a tais narrativas, acreditamos que o ISEB pode ser visto como uma instituição cultural oriunda de um processo de integração e articulação entre intelectuais do Rio de Janeiro e de São Paulo – portanto pertencentes a agrupamentos intelectuais e extrações sociais distintas – cuja equação que operava como fator aglutinador era a preocupação teórica e política com os “problemas brasileiros” na forma que se apresentavam em seu momento histórico. Em sua fase pré-institucional, foi notadamente uma formação cultural no sentido williamsiano, fruto da auto-organização de um grupo de intelectuais que, para além das reuniões no Parque Nacional de Itatiaia, produziu uma intervenção pública simbolizada pela edição dos *Cadernos do Nosso Tempo*.

Além do importante estudo de seus horizontes intelectuais na forma de sua produção teórica, nos parece que se faz necessário abordar a produção do período tendo em vista sua realização, seus modos de realização, o alcance de suas atuações, na especificidade de suas formações e instituições culturais, no campo de tensões que se constitui no seu interior, na dinâmica das mudanças sociais e culturais investigadas em seus fatores sociais mais amplos; tomando, portanto, a produção cultural do período como um campo fundamental para se entender as análises e disputas sobre o Brasil contemporâneo.

É neste quadro de preocupações que surge nosso recurso ao conceito de *brasilidade revolucionária* forjado por Marcelo Ridenti. Tendo sido definido na obra *Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política*, publicada no ano de 2010, o conceito acompanha o fio condutor das interpretações anteriores do autor sobre a produção cultural das décadas de 50 e 60, precisamente através do conceito de *romantismo revolucionário*, derivado da obra de Michael LÖWY e Robert SAYRE (2015).

Nesta leitura, o autor observa que a formação de uma *brasilidade*, de um imaginário da nacionalidade própria do Brasil (RIDENTI, 2010, p. 9), pode ser encontrada em elementos do século XIX, mas se desenvolveu no pensamento social brasileiro a partir dos anos 1930 “de formas distintas e variadas à direita, à esquerda,

conservadoras, progressistas, ideológicas ou utópicas” (Idem). Toma em seu trabalho a experiência da vertente identificada com ideias, partidos e movimentos de esquerda (Ibidem, p. 10), portanto *revolucionária*, na medida em que trata-se de uma vertente que aposta na possibilidade de uma “revolução brasileira, nacional-democrática ou socialista” (Idem):

Essa brasilidade revolucionária, como criação coletiva, viria a definir-se com mais clareza a partir dos final dos anos 1950, ganhando esplendor na década seguinte, seguido de seu declínio. Ela envolveria o compartilhamento de ideias e sentimentos de que estava em andamento uma revolução, em cujo devir artistas e intelectuais teriam um papel expressivo, pela necessidade de conhecer o Brasil e de aproximar-se de seu povo (Idem).

Inserindo-a num processo de longa duração, o autor compreende-a como resultado de uma construção coletiva realizada por uma diversidade de agentes sociais ao longo do processo de modernização da sociedade brasileira (Idem). Esta construção, entretanto, é vista a partir do conceito williamsiano de *estrutura de sentimento*, ou seja, só pode ser visualizada *a posteriori*, identificada e examinada historicamente através de seu estudo como uma “articulação de uma resposta a mudanças determinadas na organização social” (CEVASCO, 2001, p. 153). De acordo com RIDENTI:

O caráter de experiência viva que o conceito de estrutura de sentimento tenta apreender faz com que essa estrutura nem sempre seja perceptível para os artistas no momento em que a constituem. Torna-se clara, no entanto, com a passagem do tempo que a consolida – e também ultrapassa, transforma e supera (2010, p. 86).

A mobilização deste conceito por Ridenti busca compreender a formação de um imaginário crítico nos meios culturais da década de 1960, assim como seus desdobramentos ao longo das décadas seguintes (Ibidem, p. 85). A riqueza desta hipótese cultural reside na capacidade de identificar e problematizar o compartilhamento de ideias e sentimentos por artistas e intelectuais como expressado em suas intervenções, na relação entre essa “consciência prática de um tipo de presente” (WILLIAMS, 1979, p. 134) com os fatores mais amplos de nossa organização social e na possibilidade de revelar e tensionar analiticamente as relações entre produtores culturais dentro de um marco social.

Assim, se os termos *brasilidade* e *revolução* se conjugam, é para dar sentido ao engajamento experimentado por estes produtores dentro do que acreditavam

assinalar-se como a anunciação de uma “revolução brasileira” (RIDENTI, 2010, p. 87). Porém, a análise do autor também remete à outra dimensão importante desta conjugação, o *romantismo revolucionário* presente em suas expressões. Recorrendo à leitura de Löwy e Sayre, o autor pôde referir-se à forma como estas construíram sua visão crítica da realidade brasileira *também* através da recuperação do passado e na contramão da modernidade (Ibidem, p. 88):

Valorizava-se acima de tudo a vontade de transformação, a ação para mudar a História e para construir o *homem novo*, como propunha Che Guevara, recuperando o jovem Marx. Mas o modelo para esse *homem novo* estava, paradoxalmente, no passado, na idealização de um autêntico homem do povo, com raízes culturais, do interior, do “coração do Brasil”, supostamente não contaminado pela modernidade urbana capitalista (Idem).

Recuperar o passado e romper com o subdesenvolvimento, entretanto, não significaria a construção de utopias passadistas, mas sim progressistas: “(...) implicava o paradoxo de buscar no passado (nas raízes populares nacionais) as bases para construir o futuro de uma revolução nacional modernizante que, ao final do processo, poderia romper as fronteiras do capitalismo” (Ibidem, p. 88-89). Assim, esta *estrutura de sentimento da brasilidade romântico revolucionária* procura dar conta, metodologicamente, do desafio interpretativo colocado aos pesquisadores pelas experiências de construção de uma identidade nacional política e cultural nas décadas de 1950 e 1960; ainda, tal recurso teórico-metodológico, ao nosso ver, também reflete a urgência, sentida por uma nova geração de pesquisadores brasileiros, de se criar interpretações alternativas às leituras críticas realizadas sobre o período nas décadas de 1970 e 1980, já referidas acima.<sup>6</sup>

Acompanhando esta argumentação, o autor demonstra que, além da identificação daqueles elementos comuns compartilhados no âmbito da produção cultural, o conceito de *estrutura de sentimento* nos auxilia a pensar as relações sociais que a realizam. No caso, se esquivando das leituras que enfatizam linearmente as relações entre intelectuais e Estado, o autor detecta que os produtores culturais do pré-golpe tinham relações ambíguas com a ordem estabelecida, principalmente com o Governo de João Goulart (Ibidem, p. 89). Esta operação compreende não só a necessidade de se investigar as manifestações artísticas e intelectuais do período

---

<sup>6</sup> Acreditamos que parte das intenções deste esforço interpretativo estão inscritas e sintetizadas no artigo *Cultura e política brasileira: enterrar os anos 60?* (RIDENTI, 2003, p. 197-212).

para além da esfera estatal ou da influência das orientações do PCB ou do ISEB, mas também de refletirmos sobre estas ambiguidades, estas relações complexas e incertas que se estabelecem no campo da produção cultural, especialmente mais ricas do que leituras que circunscrevam-nas à mero epifenômeno de relações estruturais pressupostas.

É o caso, por exemplo, da leitura que Ridenti realiza sobre as relações entre artistas e intelectuais com o PCB buscando uma alternativa às leituras limitantes que tomam ou a militância dos primeiros como “parte de um desejo de transformar seu saber em poder” (Ibidem, p. 57) ou a relação entre estes e os dirigentes comunistas como mera manipulação dos primeiros pelos últimos (Idem). Se com RUBIM podemos visualizar que a “organização do campo cultural e, em especial, dos intelectuais pode ser considerada uma das mais permanentes e nítidas iniciativas dos comunistas” (2007, p. 427), a perspectiva de RIDENTI permite-nos compreender – nas vicissitudes da história do PCB desde 1947, quando foi colocado novamente na ilegalidade, até o golpe de 1964 – que a relação entre estes produtores culturais e o partido não eram de mão única (2010, p. 61):

Mais importante ainda, cabe realçar outro lado da questão: para além da condição “ornamental” a que eram submetidos, havia contrapartidas que mantinham intelectuais e artistas na órbita partidária, apesar de tudo. Em suma, não se deve caricaturar a ação cultural do partido nos anos 1950, significativa em áreas como o teatro, o cinema, as artes plásticas, a arquitetura, a imprensa, a literatura, o ensaísmo, a educação popular etc. As mudanças no PCB dos anos 1960 – que contribuíram para o florescimento cultural e político brasileiro na época – vinham sendo lentamente maturadas no período em que ainda prevalecia o stalinismo (Idem).

Portanto, como tais relações ambíguas e de “mão dupla” se estabelecem nestes diversos cenários de produção cultural, é o estudo de cada caso particular que permite-nos visualizar seus modos de realização e seus significados – e, conseguinte, como estes podem nos ajudar a compreender as organizações sociais mais amplas com as quais estabeleceram relações, para utilizar o léxico williamsiano.

Ainda, mais do que uma resposta à circunstâncias sociais exclusivamente nacionais, a emergência deste imaginário relacionava-se com o impacto de fenômenos de ordem internacional que demonstram o tom das lutas políticas do período:

No plano internacional, foram vitoriosas ou estavam em curso revoluções de libertação nacional, algumas marcadas pelo ideário socialista e pelo papel destacado dos trabalhadores do campo, por exemplo, a revolução cubana de 1959, a independência da Argélia em 1962 e outras, além da guerra anti-imperialista em curso no Vietnã, lutas coloniais na África etc. O êxito militar dessas revoluções é essencial para entender as lutas políticas e o imaginário contestador nos anos 1960: havia exemplos vivos de povos subdesenvolvidos que se rebelavam contra as potências mundiais, construindo pela ação as circunstâncias históricas das quais deveria brotar o *homem novo* (RIDENTI, 2014, p. 17).

A presença destes elementos na atmosfera dos anos 60 também comporta um caráter diferencial, possuindo formas diversas e até mesmo opostas de expressão. Sumariando alguns de seus representantes, o autor aponta para as realizações do *Cinema Novo*, do *Teatro de Arena*, da canção engajada de Carlos Lyra e Sérgio Ricardo e a atuação do CPC da UNE (RIDENTI, 2010, p. 90). Sinteticamente:

Os artistas engajados das classes médias urbanas identificavam-se com os deserdados da terra, ainda no campo ou migrantes nas cidades, como principal personificação do caráter do povo brasileiro, a quem seria preciso ensinar a lutar politicamente. Propunha-se uma arte que colaborasse com a desalienação das consciências. Recusava-se a ordem social instituída por latifundiários, imperialistas e – no limite, em alguns casos – pelo capitalismo. Compartilhava-se certo mal-estar pela suposta perda da humanidade, acompanhado da nostalgia melancólica de uma comunidade mítica já não existente, mas esse sentimento não se dissociava da empolgação com a busca do que estava perdido, por intermédio da revolução brasileira. Pode-se mesmo dizer que predominava a empolgação com o “novo”, com a possibilidade de construir naquele momento o “país do futuro”, mesmo remetendo a tradições do passado (Ibidem, p. 91).

Além do clima de “terceiro-mundismo” (Ibidem, p. 93), o autor ainda levanta outra hipótese importante para a constituição de sua perspectiva: através da interpretação sobre o modernismo e a modernidade proposta por Perry Anderson no ensaio *Modernidade e revolução* (ANDERSON, 1986), Ridenti compreende que o florescimento cultural e político dos anos 1960 emergiu nas coordenadas históricas das sociedades que “ingressam em definitivo na modernidade urbana capitalista” (RIDENTI, 2010, p. 102). No argumento de Anderson, o modernismo caracteriza-se:

1) pela resistência ao academicismo nas artes, intimamente ligado a aspectos pré-capitalistas na cultura e na política, nas quais as classes aristocráticas e latifundiárias dariam o tom; 2) pelas invenções industriais de impacto na vida cotidiana, geradoras de esperanças libertárias no avanço tecnológico; e 3) pela “proximidade imaginativa da revolução social”, fosse ela mais “genuína e radicalmente capitalista” ou socialista (Ibidem, p. 103).

Em seguida, Ridenti apresenta o quadro destas coordenadas na atmosfera político-cultural do final da década de 1950 até o final da década de 1960:

(...) era significativa a luta contra o poder remanescente das oligarquias rurais e suas manifestações políticas e culturais; havia um otimismo modernizador com o salto na industrialização a partir do governo Kubitschek, sem contar o imaginário da revolução brasileira – fosse ela democrático-burguesa (de libertação nacional) ou socialista –, impulsionado pelos movimentos sociais de então (Idem).

Logo, pode-se perceber que na construção do conceito de *brasilidade revolucionária* cooperam recursos teóricos distintos, todos apontando para uma leitura que Ridenti realizou instaurando uma nova via de compreensão das experiências político-culturais das décadas de 1950 e 1960. Se nesta proposta o autor foi capaz de constituir um importante e abrangente panorama destas experiências, a análise dos quadros particulares a partir destas referências pode nos permitir compreender, num típico exercício sociológico, o particular dentro do geral, os grupos e instituições culturais em suas relações com a organização social, identificando as práticas culturais dentro desta experiência vivida, cuja análise é proporcionada pela abordagem williamsiana. É observando este roteiro que procuramos analisar a realização da *Coleção História Nova* e o que esta pode revelar através da abordagem das relações intelectuais que viabilizaram-na, tanto das relações e dos modos de produção cultural que colaboraram para a construção desta *brasilidade revolucionária* quanto dos sentidos, das marcas de ritmo e intenção que se inscreveram na atuação e na formação heterogênea da esquerdas no pré-golpe.

### 3. O GENERAL, A JUVENTUDE E A HISTÓRIA: A REALIZAÇÃO DA COLEÇÃO HISTÓRIA NOVA

*“Os livros didáticos de História são comprovadamente inadequados, pois neles o passado nada tem a ver com o presente, o Brasil pouquíssimas vezes tem a ver com o mundo, o enfoque meramente político impede o arrolamento de camadas e ações decisivas de nosso povo.” (SANTOS, et al., 1964, p. 3)*

Trabalhamos até esta etapa do trabalho com uma caracterização voltada para preparar uma leitura da realização da *Coleção História Nova* que colocasse-a em perspectiva distinta das já trabalhadas e demonstradas em nosso primeiro capítulo. Parte importante de nosso roteiro analítico é a dimensão do significado de sua realização na conjuntura do pré-golpe. Analisaremos este plano neste momento para, em seguida, abordar os aspectos da formação do grupo e como sua atividade pode revelar elementos mais amplos repercutidos no cenário intelectual do período. As fontes principais deste último capítulo serão os depoimentos dados por seus autores em determinadas ocasiões e os documentos presentes em IPMs (especificamente da História Nova e dos Generais da Reserva), fontes essenciais, mas certamente não exaustivas, para examinarmos suas relações intelectuais.

Importante relembrar a exposição que realizamos no início deste trabalho, de que a *CHN* foi um projeto realizado através de uma trama institucional entre o ISEB, a FNFi, o MEC e o PCB. Identificamos estes pontos de contato ao visualizar os vínculos de suas personagens: Nelson Werneck Sodré, então professor e chefe do Departamento de História do ISEB; Roberto Pontual, diretor da CASES (Campanha de Assistência ao Estudante), órgão ligado ao MEC, na época chefiado pelo Ministro Paulo de Tarso Santos; os estudantes do curso de História da FNFi, Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Mello e Rubem César Fernandes, e os professores recém-formados pela mesma instituição e diretores do seu *Boletim de História*, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto e Pedro de Alcântara Figueira; da parte do PCB a literatura sobre a *CHN* considera sua influência através da forma como imantava as lutas do movimento estudantil e na sua importância como fator integrador na formação do grupo.

Ao dispor seus suportes institucionais desta forma, podemos partir para uma leitura que tensione as ambiguidades que marcam as relações entre produtores

culturais e os âmbitos institucionais e formacionais em que participam dos processos de produção e reprodução cultural, constituindo o espaço da organização social da cultura. Tendo em mente estas ambiguidades, colocamos em questão o caráter das práticas culturais refletindo sobre os fatores de integração, mas também de *distância relativa* que se revela na atividade dos produtores culturais. É crucial ressaltar ainda que o conceito de *estrutura de sentimento* refere-se mais ao conteúdo das práticas culturais do que às relações que às constituem, como já nos referimos. Portanto, cientes destas dificuldades, nossa orientação metodológica insiste na possibilidade de explorarmos questões de natureza relacional a partir da leitura de Ridenti do conceito williamsiano.

Mesmo não tocando diretamente nos aspectos do conteúdo inscrito na coleção, a ênfase dada pelo conceito de *estrutura de sentimento* às experiências sociais das práticas culturais para além das crenças mantidas de maneira formal e sistemática – as ideologias e as visões de mundo – nos permite analisar e descrever estas práticas no campo de tensões das relações variáveis que se articulam na experiência vivida de elaborar uma resposta às mudanças da organização social através da produção cultural. Em suma, tal direção nos auxilia, por exemplo, a não simplificar as relações e os sentidos que envolvem a produção da *CHN* ou considerar estas dimensões como supostas por seus vínculos institucionais. Abordaremos ao longo desta etapa a forma como algumas leituras sobre sua realização acentuaram estes vínculos, descrevendo-os de forma linear e contígua às determinações mais gerais e sistemáticas que marcam estas instituições, apesar de determinadas referências alertarem para estas ambiguidades, como demonstraremos.

Ainda, uma leitura que parte da dimensão de suas relações intelectuais nos possibilita dar importância para determinados aspectos dos depoimentos e documentos sobre a *CHN* que apontam para fatores que ultrapassam seu projeto e informam-nos sobre aspectos da trajetória de Sodré e dos demais autores, iluminando nuances da articulação e rearticulação das esquerdas nos cenários do pré-golpe e do pós-golpe. A riqueza do episódio da coleção pode ser então analisada de forma que descubram-se novos apontamentos para pesquisas pormenorizadas.

### **3.1 A *CHN* em suas coordenadas institucionais: lacunas e impasses para se caracterizar suas relações intelectuais**

Como já sustentamos no primeiro capítulo, parte significativa da literatura sobre a *CHN* aborda-a a partir de sua dimensão educacional. Tais leituras acompanham, de forma mais próxima ou mais distante, a caracterização realizada pela pesquisadora e professora Sueli Guadalupe de Lima Mendonça em sua dissertação *A experiência da história nova: uma tentativa de revisão crítica do ensino de história no Brasil nos anos 60*, publicada em 1990. Importante trabalho sobre o assunto, além de resgatar factualmente a realização do projeto a autora também teve a oportunidade de entrevistar parte de seus autores. Sintetizando sua leitura, MENDONÇA enfatiza a dimensão militante da realização da *CHN*, acompanhando sua idealização e realização em consonância política às reformas de base (1990, p. 34). São muitos os méritos deste plano de trabalho, tendo constatado uma série de informações relevantes sobre a constituição do grupo e sua atuação.

De acordo com a autora, ao analisar a dimensão institucional da viabilização do projeto da *CHN* através do MEC, as metas da pasta do ministro Paulo de Tarso Santos (que desempenhou sua função de 18 de junho de 1963 até 21 de outubro do mesmo ano) foram: a alfabetização de adultos; a expansão dos ginásios profissionalizantes; a elaboração de um projeto de criar uma “Universidade do Trabalho” no ABC paulista; e o combate às revistas em quadrinhos, que na época eram em sua grande maioria norte-americanas (Ibidem, p. 19-20). Mesmo entendendo a educação como um dos fatores para o desenvolvimento nacional, cuja responsabilidade social passava inclusive pela formação de quadros voltados para as demais reformas (Ibidem, p. 21), o ministro não teve envolvimento com o projeto da *CHN*:

Apesar da não participação direta do Ministro nesse convênio e também de não ter feito a leitura dos volumes da HISTÓRIA NOVA, ele afirma que tal projeto se enquadrava perfeitamente bem dentro do espírito da equipe dirigente do MEC. Pontual levou à frente o projeto porque o clima de mudança e a influência jovem dos estudantes dominavam o Ministério, favorecendo experiências dessa natureza (Ibidem, p. 22).

Entrevistando Cesar Guimarães, que fora assessor de Roberto Pontual, a pesquisadora obteve a seguinte resposta:

Roberto Pontual veio assumir a Divisão de Educação Extra-Escolar, com muita afinidade com o MEC, com o novo Ministro desse período do Governo Goulart, Paulo de Tarso. Ele se manteve nessa Divisão e uma das diretrizes do Ministério era apoiar as atividades de natureza cultural e atividades do

movimento estudantil. Basicamente o MEC tinha interesse em continuar aquela política, que financiaria a coleção HISTÓRIA NOVA inteira e coisa similar, que viessem a ser propostas (Idem).

É interessante observar que Helena Bomeny compreende a agenda educacional do governo João Goulart em três pontos: “a discussão apaixonada com relação à escola pública; os programas de alfabetização de adultos pelos movimentos sociais; e a questão dos “excedentes” – o grande problema do ingresso ao ensino superior.” (BOMENY, 2015). Ainda, outra pesquisadora da área da história da educação, Márcia Helena Amâncio, abordando a realização do I Plano Nacional de Educação (1963-1970) através da trajetória do educador Anísio Teixeira, demonstrou que no âmbito do planejamento educacional, as preocupações passavam pelo acesso à educação, ou seja, pela ampliação do número de vagas, desde o ensino primário até o superior (AMÂNCIO, 2017, p. 160-165). Dessa forma, a elaboração do Plano esteve muito voltada à situação demográfica e social do Brasil e ao programa econômico do Governo Goulart (Ibidem, p. 160). Ainda, a garantia do direito à educação pública que o planejamento buscava assegurar teve como expressivo exemplo a luta pela alfabetização através da atuação de Paulo Freire (Ibidem, p. 179-180).

Estas leituras podem indicar, em nossa compreensão, para um outro modo de entender esta relação institucional com o MEC. Se as preocupações ministeriais estavam voltadas mais diretamente para esses outros planos mencionados e não tanto para a formação de professores ou para a reforma do ensino na forma de uma renovação dos compêndios didáticos – como pode se entrever em alguns dos aspectos da *CHN* –, nos parece que a viabilização deste projeto estava muito mais relacionado à influência dos estudantes no interior do MEC, elemento apontado em outra circunstância por MENDONÇA (2011, p. 332). A própria CASES era ligada à Divisão de Educação Extra-Escolar (DEEE) e, em suas atribuições, financiava as atividades da UNE e do ISEB (Ibidem, p. 340). A participação da juventude nesses órgãos acompanhou a intensificação da participação política marcada pelas Reformas de Base e pode ser exemplificada pela própria trajetória de Roberto Pontual, que então, diretor da CASES, era ainda um estudante do 2º ano do curso de Direito (INQUÉRITO Policial Militar nº 481, 1966a, p. 28-29 – Anexo C). Portanto, talvez fosse mais o caso de uma ressonância política marcada pelo compartilhamento destes valores na experiência social destas práticas – em termos, de uma ressonância

inscrita numa *estrutura de sentimento*, mais precisamente, da *brasilidade revolucionária* – do que a subsunção da *CHN* ao plano das reformas do governo de Goulart.

Esta ressonância política pode ser observada no período do pré-golpe através da emergência de novos atores e projetos na cena política e cultural do país (CZAJKA, 2009, p. 119). A politização decorrente destes processos se fazia notar nas intenções de se constituir um projeto de transformação carregado pelas noções de “nacional”, “popular”, “autenticidade” (Idem), entre outras, que compõem, na linguagem, os valores e sentimentos desta estrutura de sentimento, desta *brasilidade revolucionária*. Em documento que consta no IPM da História Nova, assinado por Roberto Pontual e dirigido ao Ministro Júlio Furquim Sambaqui (de 21 de outubro de 1963 até 31 de março de 1964), que assumiu a pasta de Paulo de Tarso após seu pedido de demissão, nota-se a expressa utilização desta terminologia para afirmar a pertinência da *CHN* no plano institucional do MEC:

No momento em que todo o País começa a despertar para os seus problemas de caráter realmente estrutural e quando amplas camadas de nosso povo se organizam para remover os entraves que obstaculizam o seu pleno desenvolvimento, torna-se de fundamental importância o conhecimento autêntico de como o processo histórico brasileiro veio se desenrolando, do Descobrimento até os nossos dias.” (INQUÉRITO Policial Militar nº 481, 1966b, p. 1192 – Anexo G)

MENDONÇA apontou os elementos do programa de reformas de Jango:

(...) o primeiro programa de governo de Goulart, aprovado pelo Congresso Nacional, baseou-se nas reformas sociais e no desenvolvimento industrial: reforma agrária, reajuste salarial, regularização da remessa de lucros para o exterior, legislação antitruste, desenvolvimento industrial, reforma bancária, fiscal e monetária para melhorar os níveis educacionais e de analfabetismo. (MENDONÇA, 2011, p. 328-329).

A própria leitura da autora observa a ausência de uma política educacional clara no período e que uma instabilidade política afetou gravemente o Ministério: durante o governo Goulart o MEC teve seis ministros (Ibidem, p. 331). Ainda assim:

A História Nova foi mais militante do que acadêmica, mais política do que pedagógica. Atendeu ao clamor das reformas de base do governo Goulart e vislumbrou, por intermédio das monografias – distribuídas por correio a todos os professores de História do Brasil –, o início de uma concretização de reforma educacional, uma das muitas reivindicadas pelos movimentos sociais. (Ibidem, p. 341)

Nos parece plausível relativizar este nexos entre a *CHN* e as reformas, visando também compreender suas intenções, seu ritmo e suas inquietações a partir de outros aportes. Como observado pela leitura de outras pesquisadoras sobre o conteúdo das reformas de base no campo da educação, estas estavam muito mais ligadas às pautas do Plano Nacional de Alfabetização, iniciativa em que ficou marcada a intervenção do trabalho do educador Paulo Freire na história da educação brasileira, ou à questão dos “excedentes”, ponto sensível da pauta da Reforma Universitária. A dimensão militante e política da coleção talvez se relacionasse muito mais à articulação de seu projeto com os processos de organização cultural que marcaram a produção cultural do período do que direta e imediatamente com o “clamor das reformas”.

A pesquisadora lê a “ameaça” representada pela *CHN* diante da oposição reacionária, tanto na campanha da imprensa quanto na forma como se expressou na proibição de sua circulação e na perseguição de seus autores, como a “concretização de uma reforma educacional na área de história” (MENDONÇA, 1990, p. 35): “Esse fato tem um significado político muito importante, pois se o governo possui condições de realizar uma reforma – e o faz – na educação, o mesmo poderia ocorrer nas demais reformas de base.” (Idem). A dimensão militante da *CHN* é também entendida nas atividades realizadas nos sindicatos, grêmios estudantis e associações de bairros (Ibidem, p. 35).

A comparação realizada pela autora entre a *CHN* e os compêndios didáticos a leva a considerar suas diferenças nos seguintes termos: relacionar a história do Brasil à história internacional; romper com a história política que enfatiza somente a ação de heróis isolados; e estabelecer a relação entre presente e passado, apontando a necessidade de se buscar soluções para os problemas contemporâneos (Ibidem, p. 63-64). Neste último ponto é importante acrescentar: esta última preocupação não se trata somente do resultado da ruptura com a historiografia oficial; a busca dessas soluções não é uma busca genérica ou abstrata, é uma busca mediada pelas lutas políticas do período e por seu cenário político-intelectual de forma mais ampla. A última sentença do volume 7 da coleção expõe esta mediação, referindo-se ao quadro da abolição da escravidão:

Estes e outros problemas foram adiados para os nossos dias, quando se colocam soluções como as reformas de base. A luta que se travava pela emancipação nacional, pela emancipação do trabalho, era feita

desordenadamente, contando apenas com alguns defensores isolados. Ainda não nos libertamos do subdesenvolvimento, do analfabetismo, da miséria, porque ainda permanecem as mesmas causas: o latifúndio e a exploração do país pelo capital estrangeiro. Há, entretanto, no momento atual, uma diferença fundamental que é a luta das forças mais representativas do povo brasileiro pelas reformas de base e contra a situação de submissão ao capital estrangeiro. Esta é a grande diferença e só ela faz crer que as forças do progresso sairão vencedoras (SANTOS, et al., 1964, p. 72-73).

Analisando a bibliografia sobre a *CHN*, é possível argumentar que as leituras já realizadas acabam por tratar a dimensão intelectual da realização da *CHN* como pressuposta, não tendo esta recebido o aprofundamento que poderia resultar em outras possibilidades interpretativas ou até mesmo no encontro de informações importantes sobre como a formação do grupo e de seu projeto se relacionam com fatores diversos da organização social na qual surgiu. O trabalho de CARDOSO teve como objeto abordar o seu conteúdo em relação aos compêndios didáticos do período e ao pensamento de Sodré, Caio Prado Júnior e Celso Furtado (2019). Entrevistando um de seus autores, Rubem César Fernandes, identificou-se, por exemplo, a importância que teve a historiografia francesa para os participantes do *Boletim de História* (CARDOSO, 2019, p. 334) – como já referido, publicação organizada pelo Centro de História da Faculdade Nacional de Filosofia. Inclusive, elemento que já havia sido identificado por João Alberto da Costa PINTO (2011a, p. 352) como influência da perspectiva historiográfica da *Escola dos Annales*. Tendo ambos os trabalhos estabelecidos uma importância muito grande do *Boletim* para a *CHN*, nenhum deles procurou tensionar as possíveis contradições entre esta aludida influência da historiografia francesa e os contornos marxistas da coleção reconhecidos por outros, como Joel Rufino dos Santos (SANTOS, et. al., 1993, p. 20). Segundo PINTO, a questão da renovação historiográfica era um elemento caro à atuação do *Boletim*:

No *Boletim de História*, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto publicou um artigo – “Perspectivas atuais para uma historiografia brasileira autêntica” – que sintetizava muito bem as demandas político-intelectuais dos estudantes naquele momento. Nesse texto, o ainda estudante da FNFi afirmava a seguinte tese: “no contexto social presente, muito há de nosso passado, recente ou longínquo. Pode-se, portanto, mergulhar nos problemas brasileiros atuais e daí extrair premissas que possibilitem o começo do trabalho histórico”. (...) Com tais termos, o autor sumariava os principais temas que mobilizavam a intervenção do grupo de estudantes em torno do *Boletim de História* e indicava também o sentido organizador apresentado posteriormente no Projeto História Nova, isto é, propunha-se ao estudo da história uma problematização do futuro possível, nas contradições e lutas do presente, uma história efetivamente militante.” (2011a, p. 349).

O autor destaca ainda que estas inquietações estavam também impressas no movimento estudantil e na plataforma pedagógica de suas preocupações.

Exemplo de significativa importância, de explicitação política de tais demandas, foi a realização, na cidade do Rio de Janeiro, do Primeiro Congresso de Professores de Ensino Médio Oficial do Estado da Guanabara (julho de 1960). E, ainda no mês de julho, em São Paulo, realizou-se o Primeiro Congresso Brasileiro de Universitários de História. Nesse contexto de luta por um ensino renovado é que se gestou e se organizou a necessidade estrutural de um projeto de reformas como as que haveriam de sugerir o projeto da História Nova.” (Ibidem, p. 348)

A análise de PINTO constata que neste período o curso de História da FNFi foi palco de severos embates entre os estudantes e parte de seus professores, assim como entre os próprios professores. Embates que acompanhavam as tensões políticas da conjuntura mais ampla, como, por exemplo, a atuação do catedrático Eremildo Vianna que, entre outras, perseguia a oposição estudantil e, no contexto do golpe, veio a participar junto do *Comando de Caça aos Comunistas*, com o apoio de Carlos Lacerda, da ocupação da Rádio MEC, então dirigida pela professora Maria Yedda Linhares (Ibidem, p. 351-352). Outra demonstração destes embates é o parecer negativo emitido pelo professor Américo Jacobina Lacombe sobre os volumes da *CHN* já no contexto do pós-golpe, publicado na *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, que foi utilizado como documento comprobatório da “subversão” de seus realizadores nos IPMs do ISEB e da História Nova e utilizado para sustentar juridicamente a prisão de seus autores (Ibidem, p. 351; no Anexo C deste trabalho, encontra-se o relatório do IPM da História Nova, onde pode-se encontrar a referência do encarregado do IPM a este professor e aos demais que assinaram tal parecer).

Refletindo sobre a questão do movimento estudantil, PINTO observa um elemento importante das origens universitárias da *CHN*:

A questão do livro didático era um dos grandes problemas do movimento estudantil brasileiro, e a FNFi era a instituição de ensino no Brasil que melhor centralizou o sentido e as demandas políticas para a solução dele. Além disso, também ali estavam alguns dos professores autores de livros didáticos, de cunho positivista, livros que provocavam a ira estudantil pelas reformas (Ibidem, p. 350).

No entanto, mesmo reconhecendo a centralidade destes embates, no entorno da renovação historiográfica ou do ensino da história através da renovação dos

compêndios didáticos (Idem), resta uma lacuna sobre aquelas possíveis relações ou tensões entre a influência da historiografia francesa e a influência de um pensamento de cariz marxista via Sodré ou via PCB.

Segundo MENDONÇA, “a notícia de que Nelson Werneck Sodré estava precisando de assistentes para um trabalho no Ministério da Educação chegou à Faculdade Nacional de Filosofia via Partido Comunista, que influenciava consideravelmente a base estudantil universitária.” (1990, p. 30). Em depoimento, Joel Rufino dos Santos também suscitou a presença do partido nesta mediação:

É preciso dizer, também, que procurando os responsáveis pela HISTÓRIA NOVA – vimos que já temos três – teve ainda um outro que foi a nossa militância no Partido Comunista. Nós éramos estudantes de história e – não me lembro se todos – pelo menos eu era membro do Partido Comunista. Havia também no partido nessa época, uma preocupação muito grande em compreender a história do Brasil de um ponto de vista marxista. Havia uma preocupação geral dessa natureza e nós estávamos, talvez, melhor preparados do que outros para trabalhar numa obra destinada ao professor secundário (Ibidem, p. 32).

Em outra circunstância, Joel Rufino dos Santos ao ressaltar as nuances da interpretação marxista de Sodré comentou sobre a sua influência no cenário estudantil do pré-golpe:

Conheci Sodré em 1962, quando era estudante de história da Faculdade Nacional de Filosofia da antiga Universidade do Brasil, hoje UFRJ. Sua influência era sensível – e motivo de ciúme, naturalmente, dos professores acadêmicos – sobre o conjunto dos alunos de ciências sociais. Muito do que líamos era porque “o Sodré recomendava” (SANTOS, 2011, p. 284).

Ainda, neste depoimento encontramos uma informação interessante para ser trabalhada em outras oportunidades. Citando as preferências literárias de Sodré, o autor que conviveu intensamente com o historiador entre 1962 e 1965, apontou uma curiosidade que assinala sua influência na constituição do próprio mercado de literatura latino-americana no Brasil na década de 1960:

Dentre os latino-americanos, preferia o cubano Alejo Carpentier, uma espécie de guru dos que se seguiram, Garcia Marquez, Vargas Llosa, Carlos Fuentes... A obra desses autores começou a ser publicada no Brasil na década de 1960 e creio que Werneck Sodré, com influência sobre o editor Ênio Silveira (Civilização Brasileira), tenha a ver com isso (Ibidem, p. 285).

Ainda sobre a presença comunista na FNFi, no documento *Relatório do General Manoel Mendes de Almeida*, Anexo C deste trabalho, em suas páginas vinte e um e vinte e três, encontramos que, neste IPM o encarregado utilizou o “Anexo 13” do IPM da FNFi, depoimento de Joel Rufino dos Santos, para enquadrar todos os jovens autores como “comunistas militantes” na forma de sua atuação no que está denominado como “Organização de Base” da FNFi (INQUÉRITO..., 1966a). Por certo que não podemos tomar imediatamente estas informações como fidedignas, pois atravessada tanto pelo anticomunismo quanto pela montagem da peça persecutória e incriminadora dos IPMs.

Em entrevista à Vanessa Clemente Cardoso, Maurício Martins de Mello comentou sua participação e dos demais no movimento estudantil: “Era a época da UNE, União Nacional dos Estudantes. Lá no Flamengo, tinha o Centro Popular de Cultura, que produzia muita, muita cultura. Teve a Campanha de Alfabetização que nós participamos.” (CARDOSO, 2019, p. 318). Questionado sobre a existência da ideia de escrever a *História Nova* mesmo antes da entrada no ISEB, informação que tensiona as leituras que identificam sua origem no *Boletim* da FNFi, o autor respondeu:

Não, não! Nós tínhamos uma crítica muito grande em relação à perspectiva de História que era dominante no curso. Tínhamos professores muitos tradicionais, Eremildo Viana, em suma, era muito tradicional, e nós víamos que não correspondia com a realidade, e a nossa formação era marxista. Então, era natural que nós lançássemos a nossa atenção para as questões sociais (Ibidem, p. 319).

Ainda neste depoimento, a viagem de Maurício, Pedro Celso e Rubem César para o exterior após o golpe teria sido viabilizada através da rede de relações internacionais do PCB (Ibidem, p. 323). Rubem César em seu depoimento aponta ainda que a origem do nome do grupo, “Alegria de Estudar”, remonta às tensões entre as correntes no interior do movimento comunista. Referindo-se à “linha chinesa”:

Eles achavam um absurdo que diante de um momento revolucionário, que nós nos trancássemos para estudar e escrever. Então, a nossa corrente, do movimento estudantil, digamos, de esquerda, na época, nós, os italianos, a nossa turminha, que acabou na época na *História Nova*, havia mais gente mas... por exemplo, Élio Gaspari, que era jornalista, era dessa turma italiana, mas nós que fomos trabalhar com o Sodré, nós criamos inclusive um pequeno movimento chamado “Alegria de Estudar”, “Alegria de Estudar Pede Passagem”, para sacanear os chineses. Então, era assim, a ideia de que a ideia de estudar fosse fora de hora no ambiente revolucionário, havia essa queixa do pessoal da esquerda.” (Ibidem, p. 336);

Referindo-se ao ritmo de estudo dos integrantes do grupo e à origem do nome “Alegria de Estudar”, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto comentou na ocasião da reedição da *CHN* em 1993: “O “Alegria de Estudar” era definido pelos maoístas então de moda como grupo revisionista e pequeno-burguês. A dois de nós foi afirmado, pessoalmente, que seríamos todos fuzilados após a revolução (deles) como traidores. Estas coisas também faziam parte dos tempos...” (CAVALCANTI NETO, 1993, p. 58). O autor ainda comenta a formação que tiveram no curso de História da FNF*i* e ressalta a importância que a obra de Sodré, Caio Prado Júnior e Celso Furtado teve na formação destes jovens estudantes de esquerda como “os nossos clássicos” (Ibidem, p. 54):

Como estudantes da FNF*i* tivemos uma precaríssima formação acadêmica, especialmente no que concerne ao aprendizado da História de nosso país. A cadeira de História do Brasil era dirigida por um medíocre professor que nos obrigava a memorizar para os exames os fatos mais irrelevantes, mas que compunham a “sua” História do Brasil. Seu curso, de dois anos, era somente seu livro: um catatau de *événementiel* sem importância. Hélio Viana, este o seu nome, era uma pessoa correta, distinta mesmo, e monarquista. Sempre senti vontade de gritar “Viva a República!” em uma de suas aulas, que começavam e terminavam pontualmente, sem que por um instante sequer ele interrompesse sua peroração. Em suma, um pequeno mártir... A provocação mais prazerosa que fiz foi sentar-me na primeira fila no dia em que Gagarin subiu no espaço, com o jornal escancaradamente aberto. Deleitei-me com sua aparente irritação (Ibidem, p. 53).

Refletindo a intensa mobilização estudantil do período e evidenciando os nexos entre esta e o campo de intenções da *CHN*, o autor lembrou que: “Promovíamos intensa vida cultural e fomos pioneiros em organizar congressos nacionais de Centros de Estudos de História, que começaram a proliferar por todas as Universidades do Brasil. (...) À guisa de curiosidade histórica, posso dizer ser esta a origem dos encontros nacionais de nossos dias. A iniciativa veio “de baixo”.” (Ibidem, p. 55). Desta intensa atividade cultural desempenhada pelos estudantes, o autor destaca que o fator geracional teve relevância no despertar da ira dos professores catedráticos e na perseguição dos autores da *CHN*:

Afinal de contas, como é que “pirralhos”, alguns deles ainda não diplomados, ousavam afrontar o *establishment* universitário? Esta “inveja” de nossas múltiplas atividades precede a *História Nova*. E não era somente causada por nós, apesar de termos sido, nós do Curso de História, mais ativos culturalmente. Era o clima reinante em toda a FNF*i*, o espírito do estudantado de toda uma geração (Ibidem, p. 56).

Joel Rufino dos Santos também ressalta este aspecto da produção cultural e mobilização política do período numa passagem anedótica:

A gestão de Paulo de Tarso no Ministério da Educação e Cultura era *jovem* – aplicávamos em nós próprios o título de uma peça em cartaz, *Vitor, ou as crianças no poder*. Havia o PNA (Plano Nacional de Alfabetização), a CASES (Campanha de Assistência ao Estudante), dirigida por Roberto Pontual e, às vésperas do golpe, o CPC (Centro Popular de Cultura), os *Cadernos do Povo Brasileiro* e a *História Nova*, de sucesso surpreendente naquele março de 1964. Essas ações foram concebidas, coordenadas e lideradas, quase sem exceção, por pessoas de menos de trinta anos (SANTOS, 2005, p. 48-49).

Se, conforme o depoimento de Joel Rufino dos Santos sobre a atmosfera da produção cultural do período relembrando frase do dramaturgo Nelson Rodrigues, “é pecado não ser jovem no Brasil” (Ibidem, p. 49), Sodré ao relatar o andamento do IPM do ISEB evidenciou que, após o golpe, “ser jovem” se tornava crime capital:

Em primeiro lugar, destacava-se o ódio ao operário: o crime inexprimível do ISEB era o de ter ensinado a operários, ter feito conferências em sindicatos. Outro crime abominado: ter ensinado a estudantes; o estudante era qualificado como arruaceiro; os professores do ISEB, por extensão, como preparadores de arruaceiros. Terceiro crime: ser jovem. Carga pesadíssima recaía sobre os meus assistentes: eram jovens e, pela idade, não podiam – salvo por “subversão” – lecionar em instituto de pós-graduação e ainda menos a ser autores de livros que o Ministério da Educação e Cultura apreciava e até pagava. Roberto Pontual não deveria ter sido nomeado para o cargo que exercera por ser jovem (Ibidem, p. 68).

Cumprido notar também que, neste período, o ISEB dirigido pelo professor Álvaro Vieira Pinto – que também era professor na FNFi –, enfrentou diversas dificuldades:

Em primeiro lugar, estavam em evidência as dificuldades financeiras, pois o Instituto ficou sem sua dotação orçamentária para o ano de 1961. Ele conseguiu, junto ao ministro da Educação, recursos suficientes para fazer frente ao pagamento dos salários dos funcionários. Além desses recursos, teve que administrar uma instituição à míngua, o que acarretou, de imediato, a suspensão do Curso Regular naquele ano. Em segundo lugar, as vitórias eleitorais de Jânio Quadros e de Carlos Lacerda colocavam, na chefia dos executivos federal e estadual, opositores do ISEB. Na campanha para a presidência da República, os intelectuais do Instituto haviam manifestado sua adesão ao Marechal Teixeira Lott, que foi derrotado. Por ter firmado posição política explícita na campanha, os intelectuais colocaram sua instituição numa situação delicada em virtude da derrota do candidato por eles apoiado. Essa derrota, também, era deles, pois colocava em risco a continuidade das atividades do Instituto num contexto em que vinha sofrendo campanha na imprensa contra a orientação imprimida a ele por seus intelectuais constituintes. O momento político, portanto, era bastante desfavorável à

continuidade das atividades do ISEB, o que gerava preocupações (...) (PEREIRA, 2002, p. 200-201).

Para contornar este quadro crítico, a instituição recorreu à intensificação de seus cursos extraordinários, dos seminários e das conferências avulsas, dentro e fora da mansão da Rua das Palmeiras no bairro do Botafogo no Rio de Janeiro. O relato de Pedro Celso sobre o estado em que se encontrava o Instituto na época da redação da *CHN* é importante:

Após a posse de Jânio, o ISEB entrou em crise financeira, da qual nunca se recuperou, mesmo no período de Jango. Preparava-se um apoio das estatais, quando ocorreu o golpe de 1964. Toda a vasta bibliografia isebiana foi publicada antes dos anos 60. O único livro que viu a luz posteriormente, os dois volumes de Álvaro Vieira Pinto, intitulados *Consciência e Realidade Nacional*, foram financiados pela Editora Civilização Brasileira, assim se comentava então. Como consequência da ausência de recursos, o número de professores, pesquisadores e funcionários era mínimo. Quase todos os departamentos estavam parados (CAVALCANTI NETO, 1993, p. 51).

Além do recurso aos cursos extraordinários e às atividades fora da Instituição, duas estratégias – que às vezes se confundem – foram mobilizadas por seus integrantes, especialmente identificadas na atuação de dois dos “isebianos históricos”, Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré, que permaneceram até sua extinção em 1964: os convênios com editoras, como o caso da Civilização Brasileira (CZAJKA, 2009, p. 113), para contornar a redução drástica, por motivos financeiros, das atividades do Serviço de Publicação do ISEB (PEREIRA, 2002, p. 200); e a formação de grupos de jovens estudantes e professores para dar conta das atividades do Instituto no cenário de isolamento político que a campanha da imprensa lhe impingia (Idem; MENDONÇA, 2011, p. 336).

Ilustrando a primeira estratégia, a já citada coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, oriunda de um convênio entre o ISEB e a editora Civilização Brasileira, publicada entre 1962 e 1964, evidencia também a congregação das esquerdas na conjuntura do pré-golpe e carregava, no projeto editorial, um formato voltado para sua popularização, “de bolso”: “Os títulos e temas dos Cadernos revelam a expectativa dos diretores dessa coleção: que as publicações fossem instrumentos para a elevação da consciência popular, fornecendo subsídios para intervenção prática e teórica no cenário político nacional.” (LOVATTO, 2011, p. 314-315).

Compõem a coleção *Cadernos do Povo Brasileiro* os seguintes títulos: *Que são as Ligas Camponesas?* (Francisco Julião), *Quem é o povo no Brasil?* (Nelson

Werneck Sodré), *Quem faz as leis no Brasil?* (Osny Duarte Pereira), *Porque os ricos não fazem greve?* (Álvaro Vieira Pinto), *Quem dará o golpe no Brasil?* (Wanderley Guilherme), *Quais são os inimigos do povo?* (Theotônio Junior), *Quem pode fazer a revolução no Brasil?* (Bolivar Costa), *Como seria o Brasil socialista?*, (Nestor de Holanda), *O que é a revolução brasileira?* (Franklin de Oliveira), *O que é a reforma agrária?* (Paulo R. Schilling), *Vamos nacionalizar a indústria farmacêutica?* (Maria Augusta Tibiriça Miranda), *Como atua o imperialismo iaque?* (Sylvio Monteiro), *Como são feitas as greves no Brasil?* (Jorge Miglioli), *Como planejar nosso desenvolvimento?* (Helena Hoffman), *A Igreja está com o povo?* (Padre Aloísio Guerra), *De que morre nosso povo?* (Aguinaldo N. Marques), *Que É Imperialismo?* (Edward Bailby), *Porque existem analfabetos no Brasil?* (Sérgio Guerra Duarte), *Salário é causa de inflação?* (João Pinheiro Neto), *Como agem os grupos de pressão?* (Plínio de Abreu Ramos), *Qual a política externa conveniente ao Brasil?* (Vamireh Chacon), *Que foi o Tenentismo?* (Virgínio Santa Rosa), *Que é a Constituição?* (Osny Duarte Pereira); *Desde quando somos nacionalistas?* (Barbosa Lima Sobrinho), *Revolução e contra-revolução no Brasil* (Franklin de Oliveira) (Idem).

Tomando a observação de CZAJKA, observamos que este convênio ainda revela aspectos da experiência social destas práticas culturais, apontando o compartilhamento de valores e sentimentos que informam a *brasilidade revolucionária* do período:

As edições tinham claro objetivo de servir de veículo para a proposição de projetos e de debate de ideias (entre intelectuais) que pudesse ser acompanhada pela sociedade em geral; pois, como descreviam algumas de suas contracapas “os grandes problemas do País são estudados nesta série com clareza e sem qualquer sectarismo; seu objetivo principal é o de informar. *Somente quando bem informado é que o povo consegue emancipar-se*”. (2009, p. 117).

Parece ser também este o caso da *CHN*, cujo projeto editorial foi elaborado em convênio com a *CASES* em edições de treze por dezenove centímetros em que, além de serem distribuídas para os professores cadastrados no MEC, dentre os vinte e quatro mil exemplares de sua primeira impressão, três mil e quatrocentos e vinte e cinco livros foram destinados à comercialização em livrarias do Rio de Janeiro (CARDOSO, 2019, p. 113):

O pedido de envio de novas remessas, em curto espaço de tempo, revela o grande consumo das obras e aceitação do público leitor. Os documentos apreendidos no IPM do ISEB evidenciam além da recepção da obra, o valor de venda de cada volume, comercializados a Cr\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros). O inquérito também mostra que os valores conseguidos com a venda dos volumes seriam destinados à Campanha de Assistência ao Estudante. Além disso, ao contrário do que achávamos até o presente momento, além da entrega gratuita a professores de História, os documentos apresentam dados de que os volumes também foram comercializados e entregues aos professores de Geografia (Ibidem, p. 114).

Jorge Miglioli, que foi assistente de Álvaro Vieira Pinto, também contribui com seu relato para entendermos estas estratégias:

O novo ISEB demorou um tempo para se reestruturar. Nesse processo, Vieira Pinto decidiu recorrer a gente mais jovem: contratou cinco estudantes recém-graduados pela Faculdade Nacional de Filosofia, seus ex-alunos. Esse grupo não constituía uma equipe, porque cada um estava envolvido com atividade ou pesquisa própria. Daí resultaram alguns livros em 1963: de Wanderley Guilherme dos Santos (*Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil e Quem dará o golpe no Brasil?*), Helga Hoffmann (*Como planejar nosso desenvolvimento?*) e Jorge Miglioli (*Como são feitas as greves no Brasil?*); o primeiro foi publicado pelo ISEB e os outros pela Editora Civilização Brasileira na série *Cadernos do Povo Brasileiro*, dirigida por Vieira Pinto e Ênio Silveira (MIGLIOLI, 2005, p. 71).

No caso, constituindo ou não uma equipe no sentido de conceber um projeto em comum – dado que só poderia ser precisamente analisado em pesquisa concentrada neste grupo e nestas trajetórias – nos parece que o recurso a estes jovens estudantes, vinculando-os aos seus respectivos departamentos, foi parte importante das atividades da instituição no período. No entanto, isso não nos leva a concordar com a leitura de Toledo de que a direção do “último ISEB” passaria para a mão desta juventude (TOLEDO, 1977, p. 190); nesse caso, o argumento do autor de que o trabalho do jovem Wanderley Guilherme dos Santos significaria uma “viragem teórica” (Ibidem, p. 154) no interior da instituição, parece ser mais sinal das dificuldades teórico-metodológicas que o autor enfrentou em sua intenção de definir uma “ideologia isebiana”. Seria mesmo o caso de colocar, diante deste quadro heterogêneo e dinâmico da trajetória do Instituto, se seria possível definir e (re)construir suas percepções, formulações e proposições político-culturais através do recurso ao conceito de ideologia ou de uma narrativa que investigue a formação monolítica e retilínea de um “pensamento isebiano”. O panorama cultural da *brasilidade revolucionária*, neste caso, ao apontar o compartilhamento de percepções, visões, reabilitações diversas e ambíguas produzidas por artistas e intelectuais em

sintonia com as lutas políticas do período, pode indicar outro roteiro a ser percorrido para compreender a formação dos processos de produção cultural concebidas no interior do Instituto. O caso da formação da *CHN* em suas relações intelectuais pode nos auxiliar a rastrear parte destes processos, localizados, certamente, nesta última fase da vida da instituição.

Ainda, o relato de Pedro Celso assinala o contato com Sodré e a formação do grupo no âmbito destas atividades externas da instituição:

No período de férias universitárias de julho de 1963, um curso intensivo foi solicitado a N. W. Sodré para um grupo de uns doze estudantes do curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia (FNF), da Universidade do Brasil, hoje UFRJ. Desse grupo saiu a equipe que veio a realizar a *História Nova do Brasil* (em pouco tempo ficou evidente que a equipe era pequena, insuficiente para responder a todas as solicitações para cursos e palestras em faculdades e sindicatos, além das obrigações com os já múltiplos encargos cotidianos) (CAVALCANTI NETO, 1993, p. 52).

Tendo diante do nosso enquadramento, tais circunstâncias, seguimos para o último ponto de nosso trabalho, indicando como a investigação sobre as relações intelectuais inscritas na realização da *CHN* pode nos auxiliar a perceber aspectos dos processos culturais concebidos no interior da *brasilidade revolucionária* e das trajetórias de seus produtores, privilegiando, no caso, a de Sodré em primeiro plano e a dos demais autores em segundo.

### **3.2 A constituição do Grupo “Alegria de Estudar”: uma *formação cultural* e o sentido da *urgência***

*“Julgam, assim, que esta é a História de que a sociedade brasileira necessita, hoje, como um dos elementos indispensáveis ao seu avanço. Esperam a crítica de todos os que se interessem pela História, valorizam tal crítica, acatam-na, não importando a discordância de opinião. Se todos os homens pensassem igual, não haveria necessidade de ciência, nem de arte, nem de debate, nem de liberdade, e as criaturas seriam como os pregos, feitas em série, aos milhões, ou conservadas iguais sob pressão, como os pregos ainda, sob a percussão do martelo. De tais críticas, em resultado final, surgirá a História Nova do Brasil, em suas verdadeiras dimensões.” (SANTOS, et al., 1993, p. 119).*

A leitura que então propomos da constituição do grupo “Alegria de Estudar” e da realização da CHN parte da noção de *formação cultural* de Raymond Williams. Pode ser arriscado referir-se a este grupo com esta terminologia por conta de sua filiação institucional ao ISEB, mas enfatizando seus aspectos formacionais podemos encontrar elementos que endossam nossa perspectiva.

Como já nos referimos, o conceito de *formação cultural* remete à necessidade de lidarmos “não só com instituições gerais e suas relações típicas, mas também com formas de organização e de auto-organização que parecem muito mais próximas da produção cultural” (WILLIAMS, 1992, p. 57). Pressupor diretamente a prática do grupo “Alegria de Estudar” em suas formas institucionais seria subsumi-las a um plano sistematizado de produção e reprodução cultural, onde seus fatores de integração e aglutinação passariam necessariamente por trâmites institucionais, o que não parece ser o caso. Assim, o objetivo desta leitura do grupo como *formação cultural* busca investigar – observando as direções de Williams ao abordar o *Círculo de Bloomsbury* – sua formação, suas formas de distinção, seus fatores de integração, seus modos de realização e como estes aspectos indicam fatores sociais mais amplos (WILLIAMS, 2011, p. 203). Entendido dessa forma, a análise de suas relações internas e das relações externas que estabelecem com a ordem social global pode nos aproximar de suas relações materiais de produção cultural (WILLIAMS, 1992, p. 85); ainda, a constituição e atuação destes grupos pode revelar o caráter dinâmico do conjunto de interesses e relações sociais que participam dos processos de organização da cultura (Ibidem, p. 201).

Uma primeira semelhança já se destaca no aspecto formacional do grupo, tanto na relação entre os estudantes quanto na relação destes com Sodré, com quem possuíam uma distância de cerca de trinta anos de idade e por quem nutriam uma admiração que passava pela envergadura de sua figura intelectual no período: os laços de amizade, assim como no caso de *Bloomsbury*, foram essenciais para sua constituição, tendo, entre os estudantes da FNFi, a figura de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto um papel importante na transformação desses laços em um grupo de trabalho cultural.

Maurício e Pedro de Alcântara reconheceram, em entrevista à CARDOSO, a importância da figura de Pedro Celso como figura de influência e ponte entre o grupo de estudantes e o ISEB, através de sua relação com Sodré (2019, p. 318; p. 327). Sodré, acompanhando a formação do grupo em suas memórias, ressaltou:

Por esse tempo, começava a circular o *Boletim de História*, do Centro de História da Faculdade de Filosofia da UB, publicação pioneira, assinalando a profunda mudança no estudo da História que vinha sendo empreendida pelo corpo discente daquela Faculdade, sob o estímulo de alguns de seus professores. À frente do Centro e do *Boletim de História* estava Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Neto que, concluindo o seu curso na Faculdade, decidira-se a tirar o curso regular do ISEB. Foi o primeiro e excelente auxiliar que o Departamento de História do ISEB encontrou, ainda em 1962. No ano seguinte, por indicação do professor Pedro Celso, foram incorporados ao ISEB outros elementos, oriundos do curso de História do Brasil da mesma Faculdade: Pedro de Alcântara Figueira, já titulado, Maurício Martins de Mello, Rubem César Fernandes e Joel Rufino dos Santos. Com esse grupo, o Departamento de História do ISEB planejou e executou as tarefas do ano de 1963. Elas excederam, naturalmente, os limites do curso regular (SODRÉ, 1986, p. 119-120).

Entretanto, se a reunião de seus membros em 1963 após o contato inicial de Sodré com Pedro Celso no ano de 1962 aponta para a existência de um projeto em comum, outros dados revelam que Sodré já vinha travando contato com a juventude da FNFi.

No IPM dos Gerais da Reserva, Sodré referiu-se à palestra realizada na FNFi, provavelmente no ano de 1963:

Perguntado se era Professor no // Instituto Superior de Estudos Brasileiros e na Faculdade Nacional de Filosofia? Respondeu que foi professor do I.S.E.B. da fundação à extinção, não tendo sido jamais professor da Faculdade Nacional de Filosofia, ali tendo feito apenas uma conferência há muitos meses (INQUÉRITO Policial Militar nº 164, 1970 – Anexo F).

Rubem César Fernandes, em depoimento à CARDOSO, revelou que este contato ainda teria sido anterior, remontando ao pré-vestibular:

Nós éramos colegas, tinham alguns que eram mais velhos do que eu. O Sodré nos conheceu no pré-vestibular, porque nós tínhamos uma atividade já de bastante qualidade. Entrar na faculdade era difícil, então, tínhamos os cursinhos pré-vestibulares (2019, p. 333-334).

Ainda, rastrear a formação do grupo somente através da elaboração da *CHN* parece reduzir seus integrantes às referências nominais de seus autores na impressão de seus números. O trabalho investigativo de João Alberto da Costa PINTO revelou, através de indicação de Pedro Celso em seu depoimento na reedição de 1993 (CAVALCANTI NETO, 1993, p. 53), a participação do professor Francisco José Calazans Falcon no grupo e na redação de um dos números da *CHN*:

Francisco Falcon confirma o fato de realmente ter escrito o primeiro volume para a série História Nova. Também ele foi aluno da FNFi no curso de História, só que em um período anterior, de 1952 a 1955. Em 1956 tornou-se auxiliar da professora Maria Yedda Linhares, na cadeira de História Moderna e Contemporânea da FNFi. A aproximação com o grupo da História Nova deu-se em 1963, creio que por causa de sua amizade com Cavalcanti Neto (logo após o golpe de 31 de março, em virtude da repressão, Falcon abrigou em sua residência, em Niterói, Cavalcanti Neto por muitos dias) (PINTO, 2011a, p. 354-355).

Ainda, em entrevista à CARDOSO, Rubem César comentou a participação da esposa de Pedro de Alcântara Figueira, o próprio Francisco Falcon e um terceiro nome, Luiz Sérgio, não identificado pela autora: “A Fani, o Luiz Sérgio e o Falcon participaram. Se não me engano, até na parte do Descobrimento do Brasil, nós trazíamos um pouco de professores e colegas para participar de alguma História.” (2019, p. 338).

Na relação que Pedro Celso estabeleceu com Sodré, este último traz uma carta do primeiro do ano de 1964, direto do exílio, referindo-se à postura de Sodré e à equipe, “dos cinco e de outros”, que desenvolveram tais atividades:

“Surpreendentemente, se tomarmos os outros intelectuais de esquerda consagrados como média, o senhor exibiu para nós toda uma série de virtudes que não se encontra com facilidade. (...) Para isto, ocorreu a sua modéstia, que não é fingida e sim fruto da consciência do que falta saber, a sua ternura para conosco e o seu desejo de nos ajudar a crescer, ajudando-nos a criticar inclusive o senhor. Na verdade, o senhor assumiu certo tipo de liderança, não porque era mais velho e um renomado intelectual, mas porque era o que sabia mais e tinha mais experiência na equipe. E isto era o verdadeiramente fundamental: formamos uma equipe. Esta equipe teria se formado, no processo histórico. Sempre foi o desejo dos cinco e de outros que, por diversas circunstâncias, não ficaram conosco. (...) O senhor nos deu autoridade, confiança, além de ter transmitido, diariamente, ensinamentos a nós cinco.” (SODRÉ, 1994, p. 61).

A relação com Sodré é caracterizada em quase todos os depoimentos como marcada por este “*democratismo acadêmico*”, nas palavras de Joel Rufino dos Santos:

No *último ISEB*, particularmente na cadeira regida por Sodré, praticava-se a produção coletiva de ideias – professores, assistentes e, muitas vezes, alunos discutiam programas de curso e de pesquisas, seus conteúdos e bibliografias. (...) Esse *democratismo acadêmico* foi também sinal da agitação daqueles anos.” (SANTOS, 2005, p. 53-54).

Em depoimento à MENDONÇA, Pedro Celso relatou que, no âmbito da realização das monografias, na dinâmica do trabalho coletivo, Sodré teria dito ao grupo “eu não quero que vocês sejam papel carbono meu” (1990, p. 37); ainda assim, referiu-se ao professor como “o ‘papa’ da história marxista no Brasil” (Idem). O *democratismo acadêmico* fica novamente destacado neste depoimento:

Eu estava elogiando Sodré, dizendo do papel dele não só como intelectual, mas também, seu aspecto democrático, que fica até consubstanciado na própria publicação dos livros. Os nomes dos autores estão em ordem alfabética, o nome do Sodré não está em primeiro lugar; obviamente Sodré deveria estar em primeiro lugar, ou, se quiser, Nelson Werneck Sodré com a colaboração de... aí seríamos nós. Não, ele colocou o nome dele em ordem alfabética conosco (Ibidem, p. 37-38).

Maurício, questionado sobre a relação com Sodré segue no mesmo sentido:

Mais um orientador, mais um orientador, um formador, foi ele quem praticamente nos formou, abriu uma perspectiva, “o caminho é esse, muito estudo muita pesquisa muito trabalho” e para nós era um exemplo espetacular, só o fato dele (o grande espetacular) ter colocado a coleção por ordem alfabética, te dá a dimensão do quão democrático e intelectual ele era (CARDOSO, 2019, p. 322).

O depoimento de Joel Rufino dos Santos aponta para outro fator, comum também nos depoimentos de Rubem, Maurício e Pedro de Alcântara (Ibidem, p. 337; p. 319; p. 328), sobre a mediação do PCB nestas relações:

Eu não me considerava “bom aluno”, embora estudasse História do Brasil com afinco – e esse contrassenso era, aliás, um traço da época. (...) Havia, porém, no meu pequeno currículo um fato “notável”: eu era membro da base universitária do Partido Comunista. O convite para assistente de Werneck Sodré foi prontamente aceito por mim, mas teve de ser referendado pela base do Partido. Era um posto de privilégio pessoal, mas, sobretudo, de importância política e eu deveria ocupa-lo como *quadro intelectual*. Nunca, que me lembre, fui cobrado por qualquer instância do partido, mas o compromisso era inelutável. (...) O que levou, ademais da militância, um conhecido e renomado historiador a me confiar aquele cargo? Provavelmente, uma combinação de fatores: a necessidade de escapar ao isolamento político e institucional a que o Instituto, sob fogo cerrado da imprensa golpista, fora levado pela “radicalização e sectarização” da sua base de apoio; a falta de recursos, que impedia a contratação de estudiosos mais experientes; e, enfim, a estratégia, quase um impulso irrefreável, comum nessas circunstâncias, de “acelerar na curva” (SANTOS, 2005, p. 44-45).

Estas declarações são interessantes e acompanham, de certa forma, a trajetória do partido após a reorientação política realizada em 1958. De acordo com Ridenti, a participação nos círculos intelectuais do partido representava uma série de

oportunidades e possibilidades, tanto no plano nacional quanto no plano internacional, e constituía um dos principais meios de expressão dos novos círculos intelectuais que se ampliavam com o aumento da escolarização da população urbana (RIDENTI, 2010, p. 79). Segundo o autor, a maior dinamização dessa relação entre o partido e o ISEB remonta a esse período:

Mas o meio intelectual começara a mudar rapidamente, em especial a partir da segunda metade dos anos 1950, processo que se aceleraria na década seguinte, com o crescimento e o amadurecimento das universidades, sem esquecer o surgimento de iniciativas acadêmicas ligadas ao governo, como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Sentindo perder espaço, e tentando dialogar com a produção crescente nas ciências humanas fora do partido e do marxismo, o PCB viria a criar a revista *Estudos Sociais* e buscou inserir-se mais expressivamente no ISEB e na universidade, a partir do fim dos anos 1950 e início dos 1960 (Idem).

Assim, sem tratar esta relação como uma “comunização” do ISEB ou como uma forma de controlar e direcionar suas atividades a partir da atuação de seus membros, a influência e penetração do partido nos meios intelectuais parece ter permitido-lhe utilizar estas plataformas institucionais abertas pela atmosfera política radicalizada que lançava-os na mesma trincheira das lutas do período. É a época da criação da Frente de Mobilização Popular, por Leonel Brizola, congregando boa parte das esquerdas na campanha de pressão pela realização das reformas de base pelo governo de Goulart (FERREIRA, 2013, p. 119):

Participavam da frente o CGT, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), o Pacto de Unidade (PUA) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec); a UNE e a Ubes; o Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI), os subalternos das Forças Armadas, como sargentos, marinheiros e fuzileiros navais por meio de suas associações; facções das Ligas Camponesas; grupos de esquerda revolucionária como a AP, o POR-T, os nacional-revolucionários que seguiam a liderança de Leonel Brizola e segmentos de extrema-esquerda do PCB; a Frente Parlamentar Nacionalista; parlamentares do Grupo Compacto do PTB, do PSB e do Partido Social Progressista (PSP). Miguel Arraes e seu grupo político também integravam a frente, embora mantivessem posições de independência em relação a Brizola (Idem).

É interessante observar que esta atmosfera política parece ter imposto um ritmo próprio aos trabalhos do grupo no ISEB. Pedro Celso refere-se com otimismo ao clima em que atuaram na redação da *CHN*:

A história caminhava a favor das forças progressistas: “nacionalistas e democráticas”, como as denominávamos na época. Desde o suicídio de

Getúlio, em 1954, ao contra-golpe chefiado pelo marechal Lott. Da vitória e posse de Juscelino e Jango ao fácil isolamento de duas tentativas militares golpistas, e ao rompimento com o FMI em defesa da Petrobrás em 1958. Depois da curta interrupção provocada pela vitória eleitoral de Jânio contra Lott, em 1960, a espiral ascendente do “processo histórico” foi retomada após sua renúncia, em 1961: houve a extraordinária mobilização popular em defesa da legalidade democrática e a coragem histórica de Leonel Brizola, provocando a derrota dos militares subversivos. Com o plebiscito que devolveu os poderes presidencialistas a João Goulart, após uma fugaz experiência parlamentarista de ocasião, o avanço das forças progressistas parecia não ter limites... (CAVALCANTI NETO, 1993, p. 50).

Diria Joel Rufino dos Santos que a própria concepção do projeto acompanhou propositivamente o clima de agitação: “Aquele era o *clima*, aqueles eram os *cenários*, aqueles éramos nós, os *juvens isebianos*, aquela era a *nossa ação*.” (SANTOS, 2005, p. 43-44). Em nossa leitura, este clima e a posição privilegiada ocupada por Sodré no cenário intelectual, num momento de sua trajetória já marcado pela dedicação exclusiva à sua vocação intelectual e com presença expressiva nos círculos intelectuais de esquerda, refletiu no ritmo e nos interesses que ficaram marcados na atuação do grupo. Em depoimento de Ênio Silveira, dono da editora Civilização Brasileira, podemos constatar esta localização de Sodré no cenário:

Lembro-me de que diversos intelectuais de esquerda, de várias denominações ideológicas e partidárias, sempre se reuniam em meu escritório para discutir a crise que estava no ar; chegamos, inclusive, a conversar com João Goulart para preveni-lo de que o golpe iria acontecer a qualquer momento. Nelson Werneck Sodré, homem admirável, grande brasileiro, grande intelectual, militar de carreira, organizou com mais alguns companheiros uma lista de todos os militares que estavam comprometidos com o golpe (SILVEIRA, 2014, p. 185).

O historiador Dênis de Moraes, abordando um conjunto de declarações e documentos datados do segundo semestre do ano de 1963 até a véspera do golpe, sustentou e demonstrou que diversos representantes do campo progressista alertavam sobre a preparação de um golpe de Estado (MORAES, 2011, p. 187-189).

No comício da Central, [Brizola] voltou ao assunto: “Hoje, até as liberdades democráticas estão ameaçadas. Vimos em Belo Horizonte, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, onde um governo reacionário está queimando ranchos de camponeses”. Em 23 de março de 1964: “O que estamos assistindo é a clara preparação golpista daqueles que, além de defender seus velhos privilégios, estão ansiosos por empolgar o poder”. E na véspera do golpe militar: “Entraram em colapso as liberdades democráticas. O golpe está em preparo – em preparo despuadorado e sem rebuços. (...) A violência está nas ruas, já nos ronda a porta” (Ibidem, p. 188).

Entrevistando Sodré, MORAES pode constatar a posição do ISEB neste cenário, já apresentada acima, e a forma como o historiador percebeu sua atuação no contexto do pré-golpe:

O Iseb se tornou homogêneo depois da crise e participou de toda a luta ideológica, especialmente a partir de 1963. Agora, na realidade, essa homogeneização resultou em quê? Inserindo-se no conjunto das forças progressistas daquele momento, o Iseb também se esquerdizou. Ele pecou por excessos, se sectarizou por posições demasiado esquerdistas. (...) O Iseb foi-se tornando cada vez mais débil, pelo isolamento. A esquerdização leva ao isolamento. A sua capacidade científica e a sua influência política reduziram-se. O prestígio diminuiu. O Iseb, até então, tinha notoriedade; sua sigla tinha ressonância. Repare: não era a força do Iseb, mas a ofensiva do inimigo que fazia o Iseb uma coisa espantosamente poderosa, capaz de influir no governo, controla-lo, traçar rumos para o país. Isso era uma balela propagada com muita arte e engenhosidade pelas forças que estavam se articulando para dar o golpe (Cf. *Ibidem*, p. 302).

Ao ser questionado se o ISEB possuía informações sobre a marcha golpista, o autor respondeu:

O Iseb tinha informações, até porque um dos nossos professores, Osvaldo Gusmão, era subchefe da Casa Civil do presidente Goulart. Nós tínhamos informações também da Casa Militar. Mas havia, em muitas áreas, a ilusão de que nós éramos fortes. Alguns diziam que, se a reação colocasse a cabeça para fora, seria batida. Evidentemente, era uma ilusão que dominou muitas áreas – o Iseb não ficou isento também. Refiro-me à instituição como um todo, porque eu, pessoalmente, não tinha ilusões (Cf. *Ibidem*, p. 303).

Este cenário foi destacado também em sua memória do período, escrita em 1972 e publicada em 1994 sob o título *A fúria de Calibã: memórias do golpe de 64*, estranhamente não abordado pelos pesquisadores que trataram da *CHN*. Comentando sua aproximação com San Tiago Dantas, que fora ministro da Fazenda do governo de João Goulart, refere-se à percepção da eminência do golpe e a questão dos radicalismos:

Mas só nos aproximamos, realmente, quando a luta política começou a crescer desmedidamente em agitação, no governo João Goulart. Eu sentia, como ele sentia e alertava, que era preciso unir todas as forças para defender a débil democracia brasileira, que alguns visionários e alguns poucos provocadores queriam fazer avançar, aos trancos, para uma espécie de confuso radicalismo de que apenas conheciam os *slogans*. Recordo-me bem que San Tiago Dantas, na última vez que conversamos, frisou a necessidade de aceitar a radicalização possível e o perigo de pretender fazer política sem considerar as condições objetivas (SODRÉ, 1994, p. 53-54).

Objeto de grandes distensões no interior das esquerdas no período, acreditamos que o cenário de radicalização, mesmo que alvo de preocupação e contenção por parte de Sodré, tenha se inscrito no ritmo dos trabalhos do grupo. Observe-se que em algumas ocasiões o autor destacou que concebia seus projetos de forma lenta, ao longo prazo. Referindo-se ao livro *História da Burguesia Brasileira*, publicado no ano de 1964, o autor escreveu: “Eu depositava muitas esperanças nesse livro, escrito devagar e calcado em demoradas pesquisas e reflexões.” (Ibidem, p. 39). Em entrevista no ano de 1965 sobre a publicação de duas obras simultaneamente, *Ofício de Escritor* e *O Naturalismo no Brasil*, questionado sobre esta simultaneidade o autor respondeu:

Por coincidência. São matérias acumuladas ao longo de uma vida de escritor. Escrevo muita coisa que vou guardando, quando tenho uma fase de pausa, ordeno, costuro, acrescento o que falta. Aconteceu assim com o “Ofício” e o “Naturalismo”. A coincidência é apenas de edição (O AUTOR... 1965 – Anexo D).

No entanto, as circunstâncias do ano de 1963 parecem ter dinamizado radicalmente essa escrita vagarosa. O depoimento dos integrantes do grupo “Alegria de Estudar” refletem este ritmo, esta urgência. Pedro Celso comentou este ritmo na realização, por parte do mesmo grupo, da redação do livro *Quem matou Kennedy?*:

Durante todo esse período (segundo semestre de 1963 até o golpe de 1964), somente uma vez o trabalho da *História Nova* foi interrompido. Deu-se isso quando do assassinato de Kennedy, em novembro de 1963. Numa semana resolvemos publicar um volume sobre *Quem matou Kennedy?* Cada um de nós preparou um capítulo, com notas, recortes, bibliografia, enfim, material que discutíamos entre nós e depois levávamos à mesa de Nelson. Ele, filtrando o nosso trabalho, acrescentando o seu próprio, com aquela facilidade incrível de escrever, fez que, quinze dias depois do assassinato, estivesse nas livrarias um volume que veio a esgotar-se em menos de um mês, apesar da grande tiragem. Lembro-me que, pelo menos no Rio, a prontidão da resposta ao fato histórico causou repercussão. (Julgo que foi nesta época do *Quem matou Kennedy?* que Sodré, chegando sempre pontualmente cedo no ISEB, teve a surpresa de nos ver já trabalhando e exclamou: “É uma forja!”) (CAVALCANTI NETO, 1993, p. 60).

Questionado sobre os métodos de trabalho coletivo do grupo, Rubem César também referiu-se ao ritmo desta “forja” em que se tornaram no segundo semestre do ano de 1963, agora como “linha de produção”:

Eu era o assistente, nós fazíamos o seguinte, o Sodré dirigia, e era para produzir livros, pequenos manuais para professores de História do Brasil, e

tinha que produzir muito rapidamente para serem impressos e distribuídos para professores do Brasil inteiro. Então era uma coisa urgente, rápida! O Sodré montou a turma e fez uma linha de produção. Ele reunia conosco, era tudo muito discutido, muito conversado, o Sodré tinha uma cabeça muito aberta. Nós dividíamos por temas. Eu, por exemplo, fiquei com dois temas, peguei a independência de 1822, que era o tema, o título da independência de 1822 até Floriano Peixoto, e outros colegas pegaram outros momentos da História, outros capítulos. Nós trabalhávamos naqueles temas, redigíamos a primeira versão nossa e passava a primeira redação, o primeiro rascunho, notas, observações e o Sodré juntava aquele material em uma velocidade assustadora e redigia tudo. Sodré era uma máquina de escrever! Naquele tempo era na máquina de escrever, não existia computador. (...) Mas havia uma certa metodologia de trabalho que era bem acelerada, por esse motivo nós conseguimos produzir em poucos meses, em mais ou menos seis meses, a coleção que acabou de virar a *História Nova* e foi distribuída, chegou a ser distribuída pelo Ministério da Educação (CARDOSO, 2019, p. 337-338).

O depoimento de Joel Rufino dos Santos aponta ainda nesta urgência e postura uma característica da própria atuação do ISEB em sua última fase:

Eu e meus jovens colegas trouxemos para o Instituto a possibilidade de ações extramuros, como foram, por exemplo, aquele curso no Sindicato dos Metalúrgicos, a publicação em sete dias de um best-seller de *história imediata* (*Quem matou Kennedy*, redigido por Sodré sobre uma pesquisa dos assistentes) e a *História Nova do Brasil*. Quando leigos nos perguntavam o que era *História Nova*, poupávamos tempo: “É a Reforma de Base no ensino da História”. Suponho, assim, que a tentativa de concretizar as possibilidades sugeridas por essas ações foi a principal característica do *último ISEB* (SANTOS, 2005, p. 47).

Observando as memórias de Sodré, esta postura do grupo, depois considerada “subversiva” no IPM do ISEB, demonstra talvez a tentativa de romper com o isolamento a que a instituição vinha sendo submetida:

Jamais nos encastelamos e isolamos, jamais recusamos levar o nosso ensino onde fosse solicitado. Isso, que pareceu a alguns até mesmo quebra de alta dignidade da cátedra pós-universitária, e a encarregados de IPM parecendo mesmo uma tarefa conspirativa, uma atividade subversiva, era o deliberado rompimento com o timbre, o traço, a atitude e a atividade aristocrática que a Universidade conserva ainda no Brasil e que tanto contribui para distanciá-la da realidade (SODRÉ, 1986, p. 120).

Ainda, na sequência destes comentários, Sodré refere-se à importância da mediação de Roberto Pontual na relação com o MEC, este que na época era também estagiário do ISEB, frequentando o curso regular de 1963 (CARDOSO, 2019, p. 210):

É aqui lugar para destacar não só a lucidez da iniciativa de Roberto Pontual, a sua capacidade realizadora e renovadora, como a tenacidade com que conseguiu obter dos elementos do Departamento de História do ISEB, por tão

pouco dinheiro, um trabalho tão penoso. Realizamos esse trabalho apenas pela compreensão do nosso dever para com as gerações mais novas, para ajudar uma gestão fecunda, que vinha renovar velha repartição burocrática, carunchada de rotina (SODRÉ, 1986, p. 121).

O sentido de renovação e de urgência impressos neste projeto são também atestados na narrativa de Joel Rufino dos Santos sobre a origem do nome que deram ao título da coleção. Em uma referência exemplar do compartilhamento de valores e sentimentos no interior da *brasilidade revolucionária* e também da ativa participação desta formação cultural na construção destas práticas culturais, são essas as palavras do autor:

*A turma do ISEB (Pedro de Alcântara, Maurício, Rubem César, Pedro Celso e eu) inventou a História Nova na Praia do Leblon. Não havia o cinema novo e a bossa nova? Vendo cair a tarde, imaginamos fazer a mesma coisa no front da História do Brasil (SANTOS, et. al., 1993, p. 16).*

Ainda, a abordagem destes aspectos, identificados e tensionados por conta da leitura que realizamos da formação do grupo, aponta para dois elementos finais que não foram abordados em nenhum dos trabalhos anteriores sobre o grupo ou sobre a realização da *CHN*. Seu modo de realização, de forma coletiva, pode apontar para aqueles elementos românticos identificados por RIDENTI (2014, p. 11) – de resistência à fragmentação dos indivíduos e sentimento de pertença à comunidade – e o ritmo impresso pela atmosfera política alerta para uma prática cultural sintonizada com a intensa mobilização das esquerdas em torno dos rápidos processos de mudança de nossa organização social (RIDENTI, 2010, p. 95). O ângulo a que submetemos as informações que reunimos nos permitiu identificar novas questões: a intenção de parte de seus autores em dar continuidade às atividades do grupo, independente do ISEB – o que, em nossa leitura, reforça seu caráter formacional; e, na realização de trabalhos que ultrapassavam a *CHN*, uma atividade cultural que revela a tentativa de estabelecer relações intelectuais mais amplas do que aquelas circunscritas à atuação na FNFi ou ao ISEB.

Vimos que, além da *CHN* ter sido distribuída pelo MEC, acompanhando as preocupações da CASES (descritas no Anexo G deste trabalho), a publicação também foi comercializada, o que pode indicar que o conjunto de interesses que mobilizava a atuação do grupo não estava circunscrito ao plano meramente pedagógico ou educacional. Ainda, o lançamento da coleção foi realizada em evento no Sindicato dos

Metalúrgicos, como noticiado na edição de janeiro de 1964 no *A voz dos metalúrgicos* (Anexo B), que trazia texto de Sodré em léxico típico da *brasilidade revolucionária*:

No nosso encontro só vamos discutir o que interessa. Não temos tempo a perder, nenhum trabalhador tem tempo a perder. Como as coisas tem sempre dois lados opostos, discutiremos: O domínio estrangeiro e a luta contra o domínio estrangeiro; a propriedade territorial e as restrições à propriedade, o problema dos poucos que tem terras e dos muitos que não tem; a luta pela industrialização do Brasil e a defesa da estagnação industrial; a luta pela democratização da sociedade brasileira e a defesa dos privilégios de classe; as novas forças, que estão realizando a Revolução Brasileira e as velhas forças que querem impedir o inevitável (METALÚRGICOS, 1964 – Anexo B).

Como lembrou Joel Rufino dos Santos, esta não seria a primeira vez que os jovens estudantes e historiadores, na companhia de Sodré, estariam no Sindicato dos Metalúrgicos. No ano de 1963: “O professor Werneck Sodré (ele preferia não ser chamado de general) abriu e fechou o curso (seis aulas-conferências), deixando as aulas intermediárias para seus jovens assistentes.” (SANTOS, 2005, p. 43).

Ainda, demonstrando outra atividade desempenhada pelo grupo, além da publicação da obra *Quem matou Kennedy?*, Pedro Celso constou que:

Além da própria *História Nova*, vários outros trabalhos de nossa equipe estavam em preparação, ou mesmo na gráfica. Lembro-me especialmente de histórias em quadrinho, com enormes tiragens já para a primeira edição. Vêm-me a mente dois títulos: *Tiradentes* e *Os Bandeirantes* (CAVALCANTI NETO, 1993, p. 64).

Esta informação, cruzada com as informações coletadas por MENDONÇA em entrevista com Paulo de Tarso sobre os planos de sua pasta no MEC, dentre elas a “nacionalização” das revistas em quadrinhos (1990, p. 19-20), podem indicar ainda a presença de um diálogo maior entre o grupo e o ministério, extrapolando a iniciativa conduzida por Pontual.

Nas memórias de Sodré, encontramos informações em cartas com Pedro Celso e Maurício do período do pós-golpe sobre as intenções de dar continuidade ao grupo e às atividades que desempenhavam. Com Pedro Celso, observou:

Pedro Celso comentava a nossa ideia de organizar um Centro de História, que nos permitisse, aqui e sob as novas condições, continuar o trabalho do grupo. Estava entusiasmado com a ideia. Ia ao extremo: “Se as condições não possibilitarem, sugiro que o grupo tome o rumo do exterior, para um local que preencha aquelas condições”. Era otimista, no entanto: os que haviam permanecido no Brasil retomariam o trabalho em grupo; os que se haviam exilado regressariam, para participar daquele trabalho. Não aconteceu uma

coisa, nem a outra, conforme veremos. A reação inutilizou todas as tentativas nesse sentido: Pedro Celso pena o exílio até agora, já faz 12 anos; Joel, que regressou ao Brasil, e os que aqui permaneceram, conheceram a prisão e os espancamentos. Mas esta é uma outra história, evidentemente. Importa anotar que embalávamos algumas ilusões: a de que a ditadura nos permitiria realizar algum trabalho intelectual, por exemplo (SODRÉ, 1994, p. 38).

Na sequência, a particularidade das atividades que foram desenvolvidas entre 1963 e 1964 são descritas como uma perspectiva de História com repercussão no plano historiográfico e didático. O trecho da carta de Pedro Celso revela inclusive a intenção de reuni-las em outro projeto editorial, ainda ligado à *CHN*:

Era como se o nosso grupo de trabalho continuasse a existir e a funcionar, com a particularidade de ter dois elementos no exterior. Apresentava, naquela carta, interessante proposta: “Agradeceria se o senhor pudesse ser intermediário junto aos outros de uma nova ideia minha. Esta, como as outras da H. Nova, não é para jogar mais trabalho nas costas de vocês. Trata-se de colocar dentro da coleção nossa perspectiva de História e suas consequências na elaboração historiográfica e inclusive uma metodologia didática. Como o senhor sabe, fomos elaborando, no decorrer do trabalho da H. Nova, nas aulas em sindicatos, ou conferências no ISEB, uma série de ideias próprias à perspectiva de uma historiografia oriunda de países dominados ou periféricos, como dizia o Vieira Pinto. Estas ideias, tinha proposto o senhor que fossem arrumadas em um livro. Eu tinha ficado encarregado, no plano geral, que elaboramos antes das férias, de redigir a matéria bruta dessa obra. Creio que agora não é o momento indicado para fazer pesquisas sobre a evolução do pensamento historiográfico, etc... Mas não podemos deixar passar a oportunidade de colocar para o nosso povo e os intelectuais, aquelas ideias. E nenhum veículo me parece melhor para isto do que a própria coleção H. Nova, centro que foi de nosso trabalho. (...) De qualquer forma, o importante é que nossas ideias ganhem o domínio público e me parece, sem dúvida, que elas serão muito mais lidas e conhecidas se saírem dentro da coleção História Nova, de muito mais difusão popular que num livro específico sobre o assunto, livro cujo momento de elaborar não é este.” (Ibidem, p. 58).

A avaliação e resposta de Sodré ao professor exilado passava pela compreensão destas intenções como uma visão otimista que subestimava a conjuntura política interna, muito devido à distância dos acontecimentos (Ibidem, p. 59). O historiador comenta estas novas condições impostas às atividades culturais no cenário do golpe:

Eu estava começando a compreender, entretanto – e os dias futuros confirmariam isso –, que o Brasil ia atravessar etapa mais ou menos prolongada de obscurantismo e que, em consequência, formas de trabalho intelectual como aquela que havíamos vivido, no ISEB, no Departamento de História, seriam impossíveis nesse período. Havia necessidade de imaginar outras formas (Ibidem, p. 62).

No cenário do golpe, além da rearticulação das esquerdas no entorno do objetivo do restabelecimento do processo democrático (CZAJKA, 2014, p. 103-104), temos também, conforme Ridenti, o início do declínio da estrutura de sentimento da *brasilidade revolucionária*. De 1964 a 1968, o quadro se transformaria e com ele as coordenadas do modernismo presentes no período anterior:

Com isso, desapareciam na sociedade brasileira as coordenadas históricas apontadas por Anderson: afastava-se a proximidade imaginativa da revolução, enquanto a sociedade se modernizava e urbanizava, permitindo constatar que a industrialização e as novas tecnologias não levaram à libertação, mas, ao contrário, conviviam bem com uma ditadura. Assim, dissolviam-se as bases históricas que deram vida ao florescimento cultural e político animado pela brasilidade revolucionária (RIDENTI, 2010, p. 103).

No entanto, apesar desta conjuntura e revelando a ambiguidade da resposta “pessimista” ao “otimismo” de Pedro Celso, o legado e o projeto da *CHN* ainda se fariam presentes na trajetória de Sodré. Comentando os pareceres emitidos contra a *CHN*, em particular o publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, volume 263, referente a abril-junho de 1964, assinado por Américo Jacobina Lacombe, Wanderley Pinto, Marcos Carneiro de Mendonça e Herbert Canabarro Reichardt:

Os autores da *História Nova* sabiam, ao escrevê-la, que seriam combatidos pela historiografia oficial e particularmente pela cátedra universitária, esse bizantinismo que está corroendo a educação brasileira e que só privilégios, esses sim verdadeiros, antigos e enormes mantém. Esqueceram apenas uma coisa: chocar-se-iam também com o negócio do livro didático, uma das mais antigas, articuladas e superadas organizações existentes no país. Pisamos, realmente, em calos demais, e estamos pagando por isso. Mas há uma coisa que os Lacombe e seus sócios assistirão ainda – porque ignorância conserva – e isso os fulminará mais do que o consagrador e extraordinário sucesso da *História Nova* entre os que não pensam como eles, particularmente os que estudam: na historiografia brasileira, daqui por diante, há duas fases: antes da *História Nova* e depois dela (SODRÉ, 1986, p. 146).

Observando o tom combativo que o autor reserva para a realização da *CHN*, permitimo-nos levantar a hipótese, que já expusemos ao longo deste capítulo, de que a *CHN* é um episódio de maior importância e alcance do que sua dimensão pedagógica e didática. Novamente a referência ao projeto toca no tema da historiografia brasileira e retrata uma sintonia com um movimento observado na própria trajetória de Sodré: além de seus trabalhos sobre nossa formação histórica, sobre a história militar, da imprensa e da burguesia brasileira datarem todos deste

período, é também no início do anos 1960 que reformula quase integralmente o texto da *História da literatura brasileira* publicado inicialmente em 1938. O peso dado pelo autor à importância da *CHN* pode também indicar aspectos da continuidade deste conjunto de interesses veiculados em seu projeto.

Ainda, Sodré recebeu um bilhete de Maurício Martins de Mello direto do cárcere que também expressava o desejo de continuar trabalhando com o grupo “Alegria de Estudar”, como revela:

“Batalhão de Guarda, junho de 1965: Professor. Um dia é da caça, outro do caçador. O batismo policial é inevitável, em nossa situação. Minhas convicções estão intactas. Cresci muito em experiência e no conhecimento de mim e dos homens, o que vai dar lugar a prolongadas conversas. Estou ansioso por encontrar o grupo ‘alegria de estudar’ reunido novamente.”. (SODRÉ, 1994, p. 133).

É na correspondência com Maurício que surge uma informação importante, tratando da reedição da *CHN* pela Editora Brasiliense, do historiador comunista Caio Prado Júnior, em 1965. Tendo Maurício intermediado os contatos de Sodré com Caio Graco Prado, filho de Caio Prado e então editor na Brasiliense, os contatos sobre os resultados da reedição da *CHN* também demonstram outras intenções: a publicação de uma coleção especializada sobre a História do Brasil, em forma semelhante à *CHN* – seria parte daquele material redigido por Pedro Celso, comentado nas correspondências citadas anteriormente? – e reviver a *Revista Brasiliense*, cujas atividades haviam sido suspensas desde o golpe.

Tratava-se da edição de coleção especializada, que seria constituída de pequenos volumes, de documentários: cada volume reuniria os documentos fundamentais sobre determinado episódio (Conjuração Mineira, Revolução de 1817, etc.) precedida de introdução e arejada por notas. Caio Graco não aceitou essa proposta. E não aceitou também a outra: nós nos encarregaríamos de editar a *Revista Brasiliense*, de circulação suspensa desde o golpe de 1964: a empresa estipularia um orçamento e se encarregaria da parte financeira, como da distribuição. Naquela carta, de 21 de abril, Maurício dava conta das propostas. E informava, sobre a *História Nova*: “Diz o Caio que está vendendo 60 exemplares por dia, na livraria de São Paulo. Por aqui (LER, Civilização, Feira do Livro) a venda está indo bem; a nosso ver, alguém das possibilidades”. O próprio Caio Graco me escrevia, a 23 de abril, sobre a recusa àquelas propostas, explicando que “comercialmente, não tem a possibilidade de que necessitaríamos, para edições grandes e baratas” (Ibidem, p. 112).

Informações ainda não analisadas em nenhuma pesquisa sobre a trajetória de Sodré, poderiam indicar um deslocamento deste intelectual no interior do cenário

intelectual brasileiro. Não só pela sede da editora, em São Paulo, apontando para outros públicos, mas pela própria “filiação” da *Revista Brasiliense* à figura de Caio Prado Júnior, notoriamente conhecido por suas tensões com a direção do PCB. Assim, entrecruzadas, as intenções do grupo não passam somente pela reedição da *CHN*, mas possivelmente também pelo alargamento dos debates, do seu alcance, de sua eficácia política ou até mesmo de sua participação em círculos intelectuais distintos daqueles do Rio de Janeiro. Tratam-se de hipóteses levantadas pela constatação destas relações intelectuais, mas parecem plausíveis ao menos para colocar questões iniciais para pesquisas futuras que busquem trabalhar com a trajetória de Sodré nestes anos ou com o cenário intelectual brasileiro no pós-golpe.

O historiador ainda revela outras iniciativas envolvendo a *CHN*: em dois momentos refere-se à tratativas com um contato da Tchecoslováquia, evidenciando o interesse de publicar não somente as obras de sua própria autoria, mas também a própria produção do grupo (Ibidem, p. 63; p. 80). Em uma das passagens, o contato estrangeiro é quem demonstra interesse pela *CHN*, ilustrando o alcance que esta teve nos meios intelectuais:

O amigo distante, professor Zdenek Kampl, me escrevia, de Praga, nos primeiros dias de março. Esse servidor da cultura brasileira em seu país – que, até hoje, não recebeu a mínima consideração pelo muito que por ela tem feito, das autoridades competentes – estava decepcionado: seus esforços para editar algum livro meu na Checoslováquia haviam resultado inúteis: “Quando à *Formação*, seu pressentimento deu certo. A editora achou, apesar de ter a minha calorosa recomendação, que o livro é difícil demais para ser compreendido pelo público geral”. Suas atenções voltavam-se para a *História Nova*, que só conhecia por referências; seu temor estava, agora, na extensão da obra: haviam dito que compreendia quatro volumes (Ibidem, p. 80).

Encontramos ainda um documento importante no acervo de Sodré presente na Fundação Biblioteca Nacional, onde encontra-se todo o seu acervo doado ainda em vida pelo autor. Dentre os documentos que referem-se à *CHN* encontram-se principalmente as cartas sobre sua reedição em 1993, são documentos que já foram digitalizados e podem ser consultados pelo Acervo Digital da Fundação. Além destas, deparamo-nos, em seu acervo físico, com programas de um “curso História Nova do Brasil” datado de 1981. O programa de sua primeira aula e a devida referência do documento em seu acervo para pesquisas futuras encontram-se na lista de anexos deste trabalho (Anexo E). Em nossas leituras das memórias do autor e dos trabalhos sobre a *CHN* não encontramos nenhuma referência à realização de tal curso. Ainda,

os documentos possuem data, mas não indicam o local de sua realização. Outro fator importante obstaculiza a compreensão de seu significado: em nossas pesquisas não encontramos até o momento nenhum trabalho que tematize o período da década de 60 em diante da trajetória do historiador, portanto, não podemos no momento levantar hipóteses sobre a realização deste curso, tendo em vista a impossibilidade sequer de identificarmos onde o autor se localizava no período, quais eram os meios intelectuais em que circulava, entre outros fatores que poderiam nos permitir encontrar mais pistas. Entretanto, minimamente podemos verificar com este documento mais uma indicação de que o legado da *CHN* ainda se fez presente em seu pensamento e trajetória, para além das atividades do ISEB e para além das tentativas de reagrupamento da formação cultural que constituiu com os jovens historiadores da FNFi; a recorrência destes elementos da *CHN* em sua trajetória indicam ainda que o significado de sua realização para o autor foi muito mais amplo do que, por exemplo, o atendimento de uma demanda ministerial ou uma preocupação restrita à má qualidade dos compêndios didáticos.

Por fim, a leitura que buscamos realizar sobre a realização da *CHN* não só extrapolou a dimensão educacional do projeto, enfatizada de forma unânime pelas pesquisas realizadas até então sobre a coleção, mas, investigando sua dimensão intelectual, seus modos de realização, as relações sociais e de produção cultural em que foi concebida, identificou uma série de informações ignoradas até então que podem alargar o campo de pesquisas sobre a atuação e a trajetória das esquerdas ao longo da década de 1960.

## CONCLUSÃO

Ao longo de nosso trabalho, discorreremos sobre um extenso campo de preocupações que marcaram as etapas de pesquisa e coleta de informações para sua realização.

De início, procuramos elaborar uma leitura panorâmica de aspectos da trajetória de Nelson Werneck Sodré, resgatando iniciativas pioneiras que trataram de sua obra e itinerário e dispendo sobre tópicos que compunham nosso recorte. Apontando a pertinência do seu estudo, dirigimos nossas preocupações para o caso particular da realização da *Coleção História Nova*, visando compreendê-la a partir de outros fundamentos teórico-metodológicos.

Em seguida, a abordagem procurou trilhar pontos relevantes de nosso campo de pesquisa, a Sociologia dos Intelectuais, tomando dimensões mais conceituais que, em seguida, buscamos remeter à processualidade dos debates sobre as experiências culturais e políticas do Brasil nas décadas de 1950 e 1960. Neste plano, nossas inquietações, como buscamos demonstrar, passavam necessariamente pelo enfrentamento dos desafios e impasses teórico-metodológicos encontrados no estado da arte dos estudos sobre o tema. Ademais, explorando os limites das interpretações realizadas no interior da montagem do debate sobre o “populismo” no Brasil, procuramos uma interpretação alternativa, coerente com nossa leitura que Raymond Williams ao analisar o fenômeno social dos intelectuais. Esta interpretação alternativa foi encontrada na obra de Marcelo Ridenti, que expusemos especificamente no âmbito de seu debate sobre o florescimento cultural das décadas de 1950 e 1960 na forma da elaboração analítica realizada através do conceito de estrutura de sentimento, denominada *brasildade revolucionária*.

É importante notar que, neste segundo capítulo, procuramos apontar questões que consideramos pertinentes acerca das interpretações realizadas sobre o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB. Abordamos as obras de Caio Navarro de Toledo, Carlos Guilherme Mota e Daniel Pécaut, não com o intuito de exaurir a análise de seus conteúdos e de suas singulares realizações, mas de caracterizar a montagem de seus argumentos e dos limites que se evidenciam na forma como estes compreenderam os fenômenos intelectuais do período. Expondo o tom combativo dos textos, verificamos que, respeitadas suas diferenças, compartilham de um enquadramento que enfatiza as relações entre intelectuais e

Estado ou uma dimensão ideológica, no sentido pejorativo, onde a produção intelectual e cultural do período foi lida e considerada monoliticamente como reflexo do quadro mais amplo da conjuntura política do “populismo”. Certamente não alçamos grandes voos neste tema, mas identificamos possíveis direções de pesquisa, tanto voltadas para a compreensão da montagem deste debate ao longo das décadas de 1970 e 1980, quanto para a necessidade de releituras do processos, das práticas, das produções e dos itinerários intelectuais do período das décadas de 1950 e 1960. Em nossa compreensão, este parece ser um passo importante ainda a ser dado no nosso campo de pesquisas.

A iniciativa de Marcelo Ridenti, neste sentido, nos pareceu promissora nesta trajetória de reler tais debates e fenômenos. Partindo de outro cabedal teórico-metodológico, sua interpretação é marcada por uma convergência que articula leituras do campo da Sociologia da Cultura e dos Intelectuais. Destaque-se neste ponto a combinação das contribuições de Michael Löwy, Raymond Williams, Perry Anderson, dentre outras. Analisando e acompanhando esta abordagem, privilegiamos a elaboração conceitual proposta pelo autor através do recurso ao conceito de *estrutura de sentimento*. Esta elaboração é sintetizada no conceito de *brasilidade revolucionária*, em que o autor buscou reunir a produção intelectual e cultural do período através da identificação dos valores e sentimentos compartilhados por seus produtores em suas obras e depoimentos. Neste roteiro, pudemos constatar uma alternativa às leituras baseadas no conceito de “populismo” e a abertura de novos delineamentos da experiência social do período. Redimensionando as relações entre artistas e intelectuais e entre estes e os processos de transformação social mais amplos deste período histórico, o autor teve a capacidade de explorar sociologicamente seu florescimento cultural esquivando-se de leituras simplificadoras de suas experiências. Apesar do ISEB não ter sido objeto direto de suas reflexões, procuramos apontar neste momento as repercussões deste plano de análise para o estudo da instituição e encontramos elementos para afirmar a possibilidade – não levada a cabo neste trabalho, tendo em vista nosso recorte – de compreendermos e explicarmos as dinâmicas de sua formação histórica e de sua atuação sem reduzirmos o seu significado à uma “fábrica de ideologias”.

Identificando estas possibilidades, assim como os elementos que informam sua leitura, encaminhamos nossa última reflexão, voltada para compreender as relações intelectuais que marcaram a realização da *CHN*.

Na terceira e última etapa de nosso trabalho, encaramos a necessidade de lançar as perspectivas dispostas nos capítulos anteriores sobre a realização da *CHN*. Neste roteiro, dividimos nossa exposição em dois momentos. Um dedicado à observar e tensionar parte das pesquisas já realizadas sobre a coleção, apontando seus limites e reconhecendo pontos importantes estabelecidos por estas propostas. Em seguida, identificados os impasses das leituras que privilegiaram a dimensão político-educacional da *CHN* passamos a analisar documentos e depoimentos presentes em entrevistas, publicações, IPMs, documentos da imprensa e do acervo pessoal de Sodré.

Esta análise teve como objeto específico as relações intelectuais que marcaram a formação do grupo “Alegria de Estudar” entendendo-o em seus processos de organização e auto-organização, mesmo que no interior de uma instituição. Neste sentido, acompanhamos também algumas leituras sobre a situação do ISEB diante da conjuntura dos anos de 1963 e 1964 e consideramos duas estratégias que identificamos em sua atuação no período que ainda não receberam atenção das pesquisas sobre o tema: a formação de grupos de assistentes nos seus departamentos, oriundos, nos casos que encontramos, majoritariamente da FNFi; e os convênios com editoras privadas para contornar as dificuldades financeiras que praticamente imobilizaram o seu Serviço de Publicação. Por certo, leituras que enfatizem a formação “ideológica” do “pensamento isebiano” e sua saga na busca por eficácia política no interior do “Estado Populista” não atentarão para a necessidade de investigarmos estes objetos; identificando estas dificuldades, ainda nesta etapa procuramos abordar os limites da leitura de Caio Navarro de Toledo sobre a atuação do instituto em seus últimos anos. Abrem-se, portanto, problemas de pesquisa interessantes para pensarmos a atuação do Instituto e das esquerdas na conjuntura de radicalização política e cultural do pré-golpe.

Concentrando-nos nas relações intelectuais, procuramos evidenciar que este ângulo nos proporciona uma leitura capaz de identificar aspectos das produções culturais que foram ignoradas em outros trabalhos.

Tensionamos as leituras que enfatizaram uma instituição ou outra que estivesse relacionada à sua trama institucional e, através do depoimento de seus autores e leituras realizadas sobre a atuação destas instituições no período, pudemos verificar estas relações sem necessariamente estabelecer uma linha unívoca entre os

projetos do grupo e, por exemplo, as diretrizes do MEC, as reformas de base ou a influência do PCB.

Abordando os fatores de integração do grupo, os laços de amizade estabelecidos entre seus integrantes, verificamos em seus depoimentos o significado, para os jovens historiadores da FNFi, de uma figura da envergadura de Sodré e aspectos de suas relações, como o *democratismo acadêmico* deste último em relação à forma como organizou a realização de seus projetos. Notamos também as marcas de ritmo e de intenção que estiveram presentes em sua atividade nos anos de 1963 e 1964. Colocamos em questão o que identificamos como o sentido da urgência dos trabalhos do grupo, em contraposição à escrita vagarosa de Sodré e relacionados à atmosfera de radicalização que, ambigualmente, o historiador tratava com cautela e com tons de denúncia.

Acompanhamos as intenções de seus autores, constantemente lembradas em seus depoimentos e presentes em diversos documentos, também para demonstrar o compartilhamento daqueles valores e sentimentos que compunham a *estrutura de sentimento* do período. A participação ativa dos autores na construção da *brasilidade revolucionária*, com seus traços românticos na realização coletiva do trabalho de escrita e com seus traços modernizantes na tentativa de conceber o “novo”, no *front* da História, como escreveu um de seus autores. Caracterizando tais elementos no interior desta experiência mais ampla, verificamos que a ressonância de suas intenções com as linhas de força da atuação de seus suportes institucionais pode ser lida através deste compartilhamento de uma *estrutura de sentimento* e não como projetos mediata ou imediatamente correspondentes às relações entre as instituições que permeavam o grupo e a sua atividade.

Por último, abordamos uma série de depoimentos e documentos que apontavam informações novas, especialmente profícuas para o prosseguimento das pesquisas sobre a intelectualidade do período e sobre a trajetória de Sodré.

Identificamos em nosso trabalho uma atuação do grupo que extrapolava seus suportes institucionais e, mesmo na importância da realização da *CHN*, indicava preocupações e atividades que iam além das inquietações com a renovação historiográfica ou dos compêndios didáticos. Nos documentos que tivemos acesso, verificamos as tentativas de parte de seus autores em darem continuidade ao grupo, tendo em vista tanto a *CHN* quanto projetos variados que estariam sendo concebidos pelo grupo na fase em que trabalharam no ISEB, mas também após a sua dispersão

por conta do golpe de 1964. Dentre estas atividades que apontavam para além da *CHN*, encontramos um projeto de revistas em quadrinhos sobre a história do Brasil, a tentativa de realizar alguma forma de publicação que levasse ao público a concepção de História desenvolvida pelo grupo quando da redação da *CHN* e interessante tratativa entre Sodré e Caio Graco Prado através de Maurício Martins de Mello demonstrando o interesse do historiador em reativar a *Revista Brasiliense*. Especialmente diante desta última informação, verificamos a possibilidade de interpretá-la como um deslocamento de Sodré e do grupo no interior do próprio cenário intelectual, objetivando o alcance de novos públicos, a ampliação do alcance de sua eficácia política e mesmo o alargamento de seus debates tendo em vista a participação em outros círculos intelectuais.

Finalmente, apresentamos um documento físico encontrado no acervo de Sodré que revela um programa de aula de um curso datado de 1981 denominado “curso História Nova do Brasil”. Dezesete anos depois de sua realização e também da dissipação do grupo na conjuntura da ditadura, a *História Nova* ainda ocupava um lugar nas reflexões do historiador, mas, tendo em vista a lacuna dos estudos sobre a sua trajetória nas décadas de 1970, 1980 e 1990, não pudemos mais do que lançar sugestões sobre o significado deste documento. Este documento, além de indicar a permanência da *CHN* no horizonte intelectual de Sodré para além das experiências do grupo “Alegria de Estudar”, do ISEB ou do período do pré-golpe, pode também apontar possíveis encaminhamentos para pesquisas futuras que tratem tanto da trajetória do autor quanto de aspectos mais particulares sobre sua obra.

## REFERÊNCIAS

ALVES FILHO, Ivan. Apresentação. In: SODRÉ, Nelson Werneck; ALVES FILHO, Ivan (org.). **Tudo é política: 50 anos do pensamento de Nelson Werneck Sodré em textos inéditos em livro e censurados**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

AMÂNCIO, Márcia Helena. **As batalhas de Anísio Teixeira: análise do contexto de influência do I Plano Nacional de Educação**. Tese (Doutorado em Educação), Departamento de Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, UNB, Brasília, p. 204, 2017.

ANDERSON, Perry. Modernidade e revolução. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 14, fev. 1986, p. 2-15.

ARIAS, Santiane. **A revista *Estudos Sociais* e a experiência de um “marxismo criador”**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, p. 187, 2003.

BARIANI JUNIOR, Edison. **Guerreiro Ramos e a redenção sociológica: capitalismo e sociologia no Brasil**. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, UNESP, Araraquara, p. 329, 2008.

\_\_\_\_\_. Recenseamento bibliográfico em torno do ISEB. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

BASTOS, Elide Rugai; RÊGO, Walquiria Domingues Leão (orgs.). **Intelectuais e política: a moralidade do compromisso**. São Paulo: Olho d’Água, 1999.

\_\_\_\_\_. A moralidade do compromisso. In: \_\_\_\_\_. BASTOS, Elide Rugai; RÊGO, Walquiria Domingues Leão (orgs.). **Intelectuais e política: a moralidade do compromisso**. São Paulo: Olho d’Água, 1999.

BOMENY, Helena. O sentido político da educação de Jango. In: **A Trajetória Política de João Goulart**. CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O\\_sentido\\_politico\\_da\\_educacao\\_de\\_Jango](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_sentido_politico_da_educacao_de_Jango)>. Acesso em: 03 fev. 2020.

CARDOSO, Vanessa Clemente. **História Nova do Brasil (1963-1965): uma nação “imaginada”**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de História, UFG, Goiânia, p. 173, 2013.

\_\_\_\_\_. A polêmica História Nova do Brasil: um projeto de vanguarda derrotado politicamente. **História & Ensino**, Londrina, v. 22, n. 1, p. 127-154, jan./jul., 2016.

\_\_\_\_\_. **A história do ensino de história e a formação da elite intelectual brasileira: uma análise a partir da História Nova do Brasil (1963-1965)**. Tese

(Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de História, UFG, Goiânia, p. 362, 2019.

CAVALCANTI NETO, Pedro Celso Uchôa. Visões impressionistas da *História Nova do Brasil* e suas circunstâncias, trinta anos depois... In: SANTOS, Joel Rufino dos; et. al. **História nova do Brasil (1963-1993)**. São Paulo: Loyola/Giordano, 1993.

CEVASCO, Maria Elisa. **Para ler Raymond Williams**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Seminários**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Algés: DIFEL, 2002.

\_\_\_\_\_; FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011a.

\_\_\_\_\_. Nelson Werneck Sodré, os militares e a questão democrática: algumas questões e uma problemática. In: \_\_\_\_\_. CABRAL, Fátima (orgs.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2011b.

\_\_\_\_\_. Nelson Werneck Sodré e o Clube Militar: militância à esquerda. In: NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural**. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

\_\_\_\_\_. CABRAL, Fátima (orgs.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2011b.

CZAJKA, Rodrigo. “A hora dos intelectuais” Literatura, imprensa e engajamento no Brasil (1964-1967). **Revista ECO-Pós**, [S.l.], v. 16, n. 2, p. 73-106, Fev. 2014. Disponível em: <[https://revistas.ufrj.br/index.php/eco\\_pos/article/view/1185/1126](https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/1185/1126)>.

\_\_\_\_\_. O Comando dos Trabalhadores Intelectuais e a formação das esquerdas culturais na década de 1960. **Temáticas**, Campinas, v. 19, n. 37/38, p. 57-80, jan./dez. 2011. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/13671>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Livros da subversão: imprensa comunista e a coleção História Nova do Brasil. **Literatura e Autoritarismo**, v. 7, p. 298-312, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/115227>>. Acesso em: 30 set. 2017.

\_\_\_\_\_. **Praticando delitos, formando opinião: intelectuais, comunismo e repressão no Brasil (1958-1968)**. Tese de doutorado em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – IFCH/Unicamp, 2009.

FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

\_\_\_\_\_. O Partido Comunista Brasileiro e o governo João Goulart. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 33, n. 66, p. 113-134, 2013.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: \_\_\_\_\_. **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010a.

\_\_\_\_\_. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: \_\_\_\_\_. **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010b.

\_\_\_\_\_; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FONSECA, Selva Guimarães. História Nova do Brasil. In: SILVA, Marcos (org.). **Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: IEB, 1972.

\_\_\_\_\_. O tempo das ilusões. In: CHAUI, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREDERICO, Celso. A política cultural dos comunistas. In: MORAES, João Quartim de (org.). **História do marxismo no Brasil**. 2. ed. v. 3. Campinas: Unicamp, 2007.

GAIO, André Moysés. **Uma teoria da independência: história e revolução em Nelson Werneck Sodré**. Tese (Doutorado em História). São Paulo, PUC/SP, 2000.

GALVÃO, Walnice Nogueira. As falas, os silêncios (literatura e imediações: 1964-1988). In: SCHWARZ, Roberto; SOSNOWSKI, Saul (orgs.). **Brasil: o trânsito da memória**. São Paulo: Edusp, 1994.

GARCIA, Miliandre. A questão da cultura popular: as políticas culturais do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 127-162, 2004.

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; LEONZO, Nanci. A reforma de base no ensino da história pátria: o projeto da História Nova do Brasil. **Revista de História**, São Paulo, n. 149, 2º sem. 2003, p. 235-251.

HIPPOLITO, Regina. Enfoques de uma vida militante. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima (orgs.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2011.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

KONDER, Leandro. **Intelectuais brasileiros & marxismo**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

LAHUERTA, Milton. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. **Cadernos AEL**, v. 8, n. 14/15, 2001, p. 55-94.

LECLERC, Gérard. **Sociologia dos intelectuais**. São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

LIMA, Guilherme Pontieri de. **Eles ousaram! Projeto História Nova do Brasil**: as reformas de base começaram pela educação. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, UFSCar, São Carlos, 2017.

LOURENÇO, Elaine. História Nova do Brasil: revisitando uma obra polêmica. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, n. 56, p. 385-406, 2008.

LOVATTO, Angélica. O pensamento de Nelson Werneck Sodré nos Cadernos do Povo Brasileiro. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima (orgs.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2011.

LÖWY, Michael. **A evolução política de Lukács (1909-1929)**. São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_; SAYRE, Robert. **Revolta e melancolia**: o romantismo na contracorrente da modernidade. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARTINS, Marco Túlio; ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza. Nelson Werneck Sodré: um historiador militar de esquerda no limiar da renovação crítica da geografia. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 12, n. 40, dez/2011, p. 155-165. Disponível em: <  
<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16569>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

MENDONÇA, Sueli Guadalupe Lima de. Werneck Sodré, História Nova: contribuição pioneira ao ensino de História no Brasil. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima. **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2011.

\_\_\_\_\_. **A experiência da história nova**: uma tentativa de revisão crítica do ensino de história no Brasil nos anos 60. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos – SP, 1990.

MIGLIOLI, Jorge. O ISEB e a encruzilhada nacional. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). **Intelectuais e política no Brasil**: a experiência do ISEB. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

MORAES, João Quartim de (org.). **História do marxismo no Brasil**. 2. ed. v. 3. Campinas: Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. Nelson Werneck Sodré: a fundamentação marxista do programa nacional-democrático. In: SILVA, Marcos (org.). **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. Bauru: EDUSC; São Paulo: FAPESP, 2001.

MORAES, Dênis de. **A esquerda e o golpe de 64**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira**: pontos de partida para uma revisão histórica. São Paulo: Ática, 1977.

\_\_\_\_\_. **1822 – Dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1986.

MOTA, Giselda. Historiografia. Bibliografia. Documentos. In: MOTA, Carlos Guilherme. **1822 – Dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1986.

MOTTA, Luiz Eduardo Pereira. O ISEB no banco dos réus. **Comum**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 15, p. 119-145, ago./dez. 2000.

MUNIZ JUNIOR, João; SILVA, Wilton Carlos Lima da. Virtudes epistêmicas e performance na escrita de si de Nelson Werneck Sodré. **Outros Tempos**, Maranhão, v. 16, n. 28, 2019, p. 26-47. Disponível em: <[https://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros\\_tempos\\_uema/article/view/690/pdf](https://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/article/view/690/pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2019.

NETTO, José Paulo. **Nelson Werneck Sodré: o general da história e da cultura**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: SODRÉ, Nelson Werneck. **O Naturalismo no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

OLIVEIRA FILHO, Virgilio Roma de. **Dualidade e Revolução no pensamento isebiano**: as visões de Hélio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré. Tese de doutorado, UFRRJ, 1999.

\_\_\_\_\_. A revolução nacional isebiana – H. Jaguaribe e N. W. Sodré. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.5, n. 9, p. 1-45, 2º sem. 2000. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/191>>. Acesso em: 03 fev. 2020.

PASSIANI, Enio. Figuras do intelectual: gênese e devir. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 20, n. 47, jan./abr. 2018, p. 16-47.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Alexsandro Eugenio. **O ISEB na perspectiva de seu tempo**: intelectuais, política e cultura no Brasil – 1952-1964. Tese (Doutorado em Ciência Política), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, USP, São Paulo, p. 261, 2002.

\_\_\_\_\_. Organização, estrutura e trajetória do ISEB. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

\_\_\_\_\_. A crítica e a polêmica em torno do ISEB. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 10-11, p. 259-265, dez. 1998. ISSN 1678-9873. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39293>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

PINTO, João Alberto da Costa. Nelson Werneck Sodré e o projeto da História Nova do Brasil. In: SILVA, Marcos (org.). **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. Bauru: EDUSC; São Paulo: FAPESP, 2001.

\_\_\_\_\_. A origem e o sentido político do projeto História Nova do Brasil (1963-1965). In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima (orgs.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2011a.

\_\_\_\_\_. Nacionalismo e História em Nelson Werneck Sodré (1911-1999). **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 10, n. 119, abr. 2011b, p. 151-163. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12992>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

PONTES, Heloísa. Círculos de intelectuais e experiência social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 34, jun. 1997. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs34\\_04.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs34_04.htm)>. Acesso em: 10 nov. 2019.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Nelson Werneck Sodré e a história da imprensa no Brasil. **Intercom – RBCC**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 257-288, jul./dez., 2015.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política brasileira: enterrar os anos 60? In: \_\_\_\_\_; BASTOS, Elide Rugai; ROLLAND, Denis (orgs.). **Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 197-212.

\_\_\_\_\_. **Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política**. São Paulo: UNESP, 2010.

\_\_\_\_\_. **Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV**. São Paulo: UNESP, 2014.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil. In: MORAES, João Quartim de (org.). **História do marxismo no Brasil**. 2. ed. v. 3. Campinas: Unicamp, 2007.

SAID, Edward W. **Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993**. Tradução de Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTANA, Marco Aurélio; SILVA, Fernando Teixeira da. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964). In: FERREIRA,

Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SANTOS, Joel Rufino dos. História Nova: conteúdo histórico do último ISEB. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

\_\_\_\_\_. Cultura e crítica literária: uma nova perspectiva. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima (orgs.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2011.

\_\_\_\_\_; et. al. **Da Independência à república: evolução da economia brasileira**. Rio de Janeiro: MEC, 1964. (Coleção História Nova, v. 7).

\_\_\_\_\_; et. al. **História nova do Brasil (1963-1993)**. São Paulo: Loyola/Giordano, 1993.

SILVA, Marcos (org.). **Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

\_\_\_\_\_. **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. Bauru: EDUSC; São Paulo: FAPESP, 2001.

SILVA, Ulisses Rubio Urbano da. **A questão nacional no Brasil entre 1954 e 1964: perspectivas de Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico, área de concentração História Econômica), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Unicamp, p. 249, 2018.

SILVEIRA, Ênio. A resistência no plano da cultura. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.) **1964: visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Memórias de um escritor: formação**. v. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

\_\_\_\_\_. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

\_\_\_\_\_. **Introdução à revolução brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

\_\_\_\_\_. **História da literatura brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964a.

\_\_\_\_\_. **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964b.

\_\_\_\_\_. **História da História Nova**. Petrópolis: Vozes, 1986.

\_\_\_\_\_. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1962.

\_\_\_\_\_. **A luta pela cultura**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

\_\_\_\_\_. **O Naturalismo no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

\_\_\_\_\_. **História e materialismo histórico no Brasil**. São Paulo: Global, 1985.

\_\_\_\_\_. **A fúria de Calibã: memórias do golpe de 64**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

\_\_\_\_\_; ALVES FILHO, Ivan (org.). **Tudo é política: 50 anos do pensamento de Nelson Werneck Sodré em textos inéditos em livro e censurados**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

SORJ, Bernardo. **A construção intelectual do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

SZWAKO, José; ARAUJO, Ramon. Quando novos conceitos entraram em cena: história intelectual do “populismo” e sua influência na gênese do debate brasileiro sobre movimentos sociais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 67, p. 469-499, maio/ago., 2019.

TOLEDO, Caio Navarro de (org.). **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

\_\_\_\_\_. Nacionalismo e ISEB em Nelson Werneck Sodré. In: SILVA, Marcos (org.). **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. Bauru: EDUSC; São Paulo: FAPESP, 2001.

\_\_\_\_\_. **ISEB: fábrica de ideologias**. São Paulo: Ática, 1977.

WEFFORT, Francisco Correa. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

\_\_\_\_\_. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. O Círculo de Bloomsbury. In: \_\_\_\_\_. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: UNESP, 2011.

\_\_\_\_\_. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: UNESP, 2011.

## REVISTAS CITADAS

**Revista Estudos Sociais**, n. 15, dezembro de 1962, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://marxismo21.org/revistas-de-esquerda/>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

**Revista Civilização Brasileira**, n. 4, setembro de 1965, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://marxismo21.org/revistas-de-esquerda/>>. Acesso em: 03 fev. 2020.

## FONTES DOCUMENTAIS

NELSON Werneck Sodré fala sobre as origens do ISEB. **Última Hora**, São Paulo, 17 out. 1963. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1355165/mss1355165.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1355165/mss1355165.pdf)>. Acesso em: 03 fev. 2020.

O AUTOR e o livro [Entrevista com Nelson Werneck Sodré]. **[S.n.]**, Rio de Janeiro, 1965. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1355227/mss1355227.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1355227/mss1355227.pdf)> Acesso em: 03 fev. 2020.

METALÚRGICOS estudarão verdadeira história. **A voz dos metalúrgicos**, Rio de Janeiro, jan. 1964. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1355169/mss1355169.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1355169/mss1355169.pdf)> Acesso em: 03 fev. 2020.

INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. **Relatório do general Manoel Mendes de Almeida**. IPM da História Nova do Brasil. Brasília: STM/SeArq, 1966a. Vol. 02.

INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. **Por uma nova História do Brasil (Roberto Pontual)**. Documento apreendido no ISEB. IPM da História Nova do Brasil. Brasília: STM/SeArq, 1966b.

INQUÉRITO Policial-Militar nº 164. **Termos de perguntas ao indiciado (Nelson Werneck Sodré)**. IPM dos Generais da Reserva. Brasília: STM/SeArq, 1970. Vol. 01.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Programa da primeira aula do curso História Nova do Brasil**. [S.l.], 5 jun. 1981. 4 p. Orig. Ms. 32,03,001 nº 019.

## ANEXOS

Anexo A – “NELSON Werneck Sodré fala sobre as origens do ISEB. Última Hora, São Paulo, 17 out. 1963”

## NELSON WERNECK SODRÉ FALA SOBRE AS ORIGENS DO ISEB

O historiador Nelson Werneck Sodré, encontra-se em São Paulo, a convite do Centro de Estudos Sociais, para proferir, na Biblioteca Municipal, uma série de palestras a respeito de assuntos de sua especialidade: a revisão da formação histórica nacional dentro de uma análise da Civilização Brasileira. Membro do ISEB, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, Werneck Sodré nos oferece uma análise das origens desse organismo, que desempenha hoje, um papel relevante na vida cultural do País.

### ORIGENS

“Por paradoxal que possa parecer, o ISEB nasceu durante o governo Café Filho, mas começou efetivamente a funcionar no governo de Juscelino Kubitschek. As pessoas que fundaram o ISEB pertenciam à Assessoria de Getúlio Vargas, e eram técnicos que preparavam os projetos de iniciativa do Executivo. A Petrobrás, por exemplo, surgiu dessa Assessoria que foi o embrião do sistema de planejamento adotado pelos governos posteriores.”

### DIVERGENCIAS

“Durante o governo Kubitschek, a ideia do desenvolvimento posta em execução, suscitou as primeiras divergências dentro do ISEB. Os termos da divergência situavam-se praticamente em torno de um ponto: o governo encarava o desenvolvimento como um imperativo me-

ramente quantitativo. Tratava-se de atingir determinados índices de produção em setores variados, que abarcavam energia, carvão, transportes, etc. Esse aspecto era esposado por alguns membros fundadores, enquanto outros viam no desenvolvimento o seu conteúdo qualitativo. Para estes últimos, não se tratava de atingir determinados índices de produção, mas de assegurar, com o desenvolvimento, uma distribuição mais justa da riqueza nacional. Desta forma, as controversias giravam em torno de dois problemas fundamentais: “capitais estrangeiros” e “inflação”.

### A CRISE

“Imediatamente se formaram duas correntes de opinião, sem possibilidades de conciliação. A primeira era favorável a largos ingressos de capitais estrangeiros no País, e ao assim encontrava a possibilidade de se atingir os índices requeridos pelo governo. A segunda, pelo contrário, achava que essas largas entradas de capitais estrangeiros desnacionalizavam o desenvolvimento, traziam a descapitalização, e influíam decisivamente no processo inflacionário, que era, ou parecia, um mecanismo de concentração da renda nacional. Este choque de posições ocasionou a crise do ISEB, que resultou na vitória da segunda corrente, e na participação do Instituto através da ação individual dos seus professores, nas campanhas de teor democrático e nacionalista, que caracterizou uma posição definida da instituição, dentro da qual se mantém até hoje. O ISEB é hoje uma instituição oficial, ligada ao Ministério da Educação, e destinada a oferecer cursos de pós-graduação e realizar pesquisas e estudos sobre a realidade brasileira. Essa é a imagem real que corresponde ao conteúdo das ideias veiculadas pela instituição. O ISEB, no fundo, é um sintoma das transformações pelas quais o País está passando.”

### O CES

“O Centro de Estudos Sociais é outro sintoma das trans-

formações políticas, sociais e culturais que atravessa o País. A existência do CES está justificada pela necessidade que as pessoas têm de se reunir, de pesquisar, de debater todos os problemas que o Brasil apresenta hoje. Essa necessidade decorre, não apenas das exigências da realidade, mas também do fato de que o aparelho institucional destinado às tarefas da cultura, que é o universitário, dá mostras da sua incapacidade para realizar essas tarefas. Surgeu então instituições do tipo do CES, que se propõe a realizá-las.

Essa necessidade de iniciativas, que suprim a ausência de órgãos específicos, no caso a Universidade, é outro reflexo da vida brasileira, e ocorre também na vida política, no sentido partidário. Os partidos tornam-se incapazes de conduzir a luta política, ela é então conduzida por organizações não partidárias, como as estudantes, sindicais, as Forças Armadas, a Igreja, que hoje são muito mais importantes, na vida política, que os próprios partidos. O CES tende a desempenhar, na vida cultural, uma tarefa muito importante, especialmente pela sua ampla liberdade de investigação, pelo fato de que não depende de organizações hierárquicas, não tendo nenhum compromisso com o passado, para justamente poder se vincular às grandes lutas que o povo brasileiro está travando.”

*NELSON Werneck Sodré fala sobre as origens do ISEB: artigo publicado na Última Hora. São Paulo, 17/10/1963. Criado em 1955, o ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros – foi extinto pela ditadura militar em 1964.*

Anexo B – “METALÚRGICOS estudarão verdadeira história. A voz dos metalúrgicos, jan. 1964”

**METALÚRGICOS ESTUDARÃO**  
*"A voz dos Metalúrgicos" - Janeiro 1964*  
**VERDADEIRA HISTÓRIA**  
**TEXTO DIRIGIDO AOS METALÚRGICOS PELO PROF. NELSON SODRÉ**

“Os trabalhadores intelectuais do Departamento de História do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, sentem-se sinceramente honrados nesta oportunidade em que se preparam para discutir, na comunhão dos nacionalistas e trabalhadores, alguns problemas históricos. Honrados porque, nesta reunião, pisarão a casa de velhos amigos. Honrados porque estarão em companhia daqueles cuja missão é dirigir os destinos do nosso povo.

É bom que os companheiros metalúrgicos saibam, antes de nos encontrarmos mais uma vez, que a história que estudamos e buscamos interpretar, não é a história das pessoas individuais, mas é a história do nosso povo, o que nos liga a todos nós que não vivemos da exploração dos outros homens, é a luta pelo progresso, pela exploração nacionalista de nossas riquezas, e pelo crescimento da democracia em nossa pátria.

Por isso é que somos eles de uma mesma ideia, e como tal só removemos os obstáculos, só chegamos ao governo do povo, pela colaboração e pela soma das nossas forças particulares. O povo, o que há de melhor no novo que são os trabalhadores, justificam o nosso esforço, e nós justificamos o povo, suas lutas e seu avanço.

No nosso encontro só vamos discutir o que interessa. Não temos tempo a perder, nenhum trabalhador tem tempo a perder. Como as coisas têm sempre dois lados opostos, discutiremos: O domínio estrangeiro e a luta contra o domínio estrangeiro; a propriedade territorial e as restrições à propriedade, o problema dos poucos que têm terras e dos muitos que não têm; a luta pela industrialização do Brasil e a defesa da estagnação industrial; a luta pela democratização da sociedade brasileira e a defesa dos privilégios de classe; as novas forças, que estão realizando a Revolução Brasileira e as velhas forças que querem impedir o inevitável.”

**PALAVRAS DO SR. ROBERTO PONTUAL.**

Falando ao nosso jornal a propósito do lançamento da coleção “História Nova”, o Diretor da Divisão de Educação Extra-Escolar e da Campanha de Assistência ao Estudante (CASES) do MEC, assim se expressou:

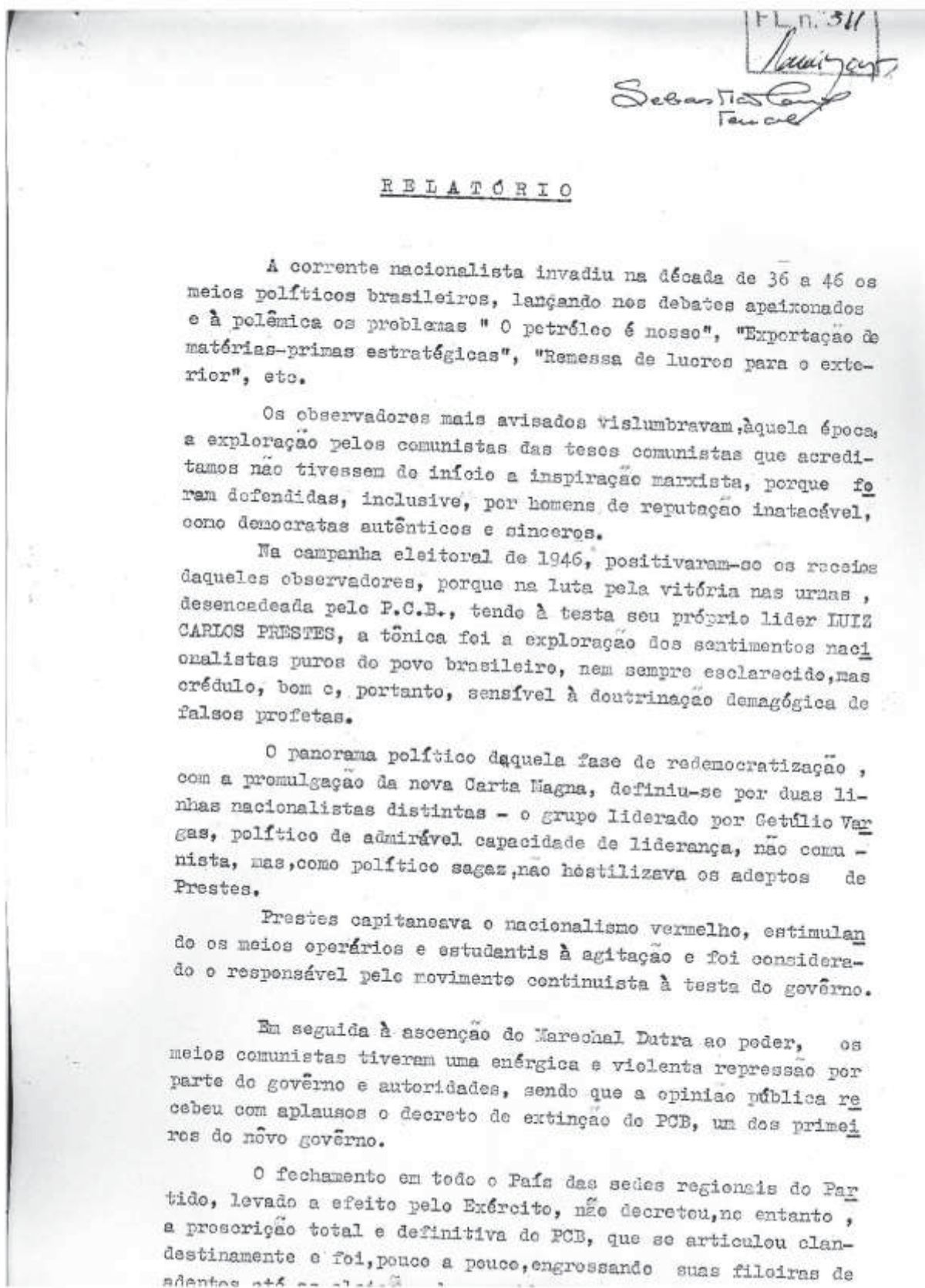
“Lançando com o Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara, a 29 de janeiro, a coleção “História Nova”, quer a DEEE/CASES justificar a denominação dada ao conjunto de livros que ora começa a publicar. Com efeito, nova é esta coleção exatamente pela perspectiva que contém, no estudo dos problemas brasileiros.”

Depois de explicar que os livros a serem lançados referem-se ao descobrimento do Brasil, à independência de 1822, à expansão territorial (particularmente as bandeiras), às invasões holandesas e ao desenvolvimento da economia brasileira da independência à república, afirmou ainda o sr. Roberto Pontual:

“Como dizem seus autores na apresentação dos textos agora editados, trata-se de alargar o campo de estudo da história do Brasil. A história não é o conjunto de biografias dos grandes homens, senão que o resultado, no tempo, da atividade, do trabalho de todos os homens. O seu estudo não visa apenas lembrar o passado, mas esclarecer o presente. Por exemplo, como entender a situação em que se encontra hoje o movimento sindical, poderoso por suas vitórias e conquistas, senão buscando a origem de suas lutas, seus acertos e seus erros?”. E concluiu o diretor da DEEE/CASES:

“Este lançamento no Sindicato dos Metalúrgicos da coleção por nós editada, dando também início ao curso de história do Brasil para os trabalhadores, ministrado pelo Departamento de História do ISEB, dá bem a medida de nossa crença em que, se é o povo que faz a história, ele a fará cada vez mais conscientemente e em seu proveito, na luta tenaz que todos os trabalhadores empreendem para a libertação de nossa pátria.”

Anexo C – "Relatório do encarregado do IPM da *História Nova*, General de Divisão  
Manoel Mendes Pereira, Rio de Janeiro, 30 nov. 1965"



11.3/2  
*Sebastião*  
 Tencal

ao qual os vermelhos apoiaram.

Na década de 54/64, organizaram-se com base em es-  
 quema fixado por Moscou e que tinha por objetivos principais  
 a infiltração:

- a) no meio intelectual - universidades (professores e  
 estudantes);
- b) no meio operário - através dos sindicatos;
- c) no meio militar - através de uma minoria de  
 Oficiais, orientados por alguns chefes de paten-  
 tes elevadas e, principalmente, atuando junto aos  
 Sargentos.

Na execução desse esquema, os actores intelectuais  
 dos trabalhadores e das Forças Armadas se interligavam e se  
 apoiavam mutuamente.

O episódio de Cuba revelou as intenções comunistas  
 de estabelecimento de bases na América Latina para o ataque  
 principal aos Estados Unidos.

Tudo leva a crer que o Brasil comunista converter-  
 se-ia numa séria ameaça à segurança da Democracia no conti-  
 nente, porque, por trás do dispositivo montado, estaria a  
 Rússia e seus satélites.

O movimento de 31 de março de 1964 centeve a arre-  
 mida comunista chefiada por João Goulart, Brizola, Assis ,  
 para só citar os principais, com apoio nos estudantes, uma  
 apreciável massa operária ( em sua maioria constituída de i-  
 nocentes úteis) e um esquema de comandos militares bastante  
 fraco e daí o total insucesso da aventura. Observe-se que o  
 movimento democrata-cristão de 1964 conteve as ambições co-  
 munistas, mas não as eliminou, isso por um erro grave de o-  
 rigem dos próprios chefes da revolução, que procuraram orien-  
 tar-se por uma falsa legalidade e não pela realidade brasi-  
 leira, que estava a exigir uma total renovação dos quadros  
 políticos e administrativos do País, poluídos pela corrup-  
 ção ao mais elevado grau, de tal modo que seus líderes não  
 tinham autoridade moral para conter a subversão comunista ,  
 em fase de ostensiva preparação. Felizmente, desarticulou-se  
 o dispositivo comunista com a notável reacção iniciada a 31  
 de março de 1964, levada a efeito pelas Forças Armadas, a -

-segue-

*Sebastião*  
*Teixeira*

apoiadas pela grande massa do povo brasileiro que tem na democracia cristã uma base de alicerces sólidos, inabaláveis e indestrutíveis.

Verificou-se, pois, uma perigosa infiltração comunista em todos os setores da vida brasileira, infiltração que mais se acentuou nos anos de 1962 e 1963, coincidindo com o período do governo JOÃO GOULART.

No importante setor educacional esta infiltração se fez sentir na Campanha de Alfabetização, no meio estudantil (ensino médio e superior) e, em escalão mais elevado, no ISEB e no próprio MEC.

O estímulo à luta de classes, pregada nas cartilhas e livros didáticos do ensino primário, a preparação psicológica de professores dos diferentes graus de ensino, a elaboração da HISTÓRIA NOVA em suas monografias contendo mensagens subversivas, constituíam, não há negar, uma forma inteligente e sutil da formação e arregimentação da mocidade para a organização do Estado Socialista, em bases orgânicas marxistas-leninistas.

As autoridades militares das Forças Armadas acompanhavam com atenção o desenvolvimento da trama comunista no País e os Estados-Maiores alertavam em relatórios periódicos o governo sobre os perigos que ameaçavam as instituições democráticas.

Sendo o Chefe do governo e a maioria de seus ministros comprometidos naquela trama, nenhuma providência era tomada para contra-atacar os comunistas em suas investidas, visando, principalmente, a posse do poder político.

A instauração do presente Inquérito Policial-Militar decorreu de arguições levantadas contra o General R/1 NELSON WERNECK SODRÉ e que se positivaram no curso de interrogatórios e diligências dos I P Ms do ISEB, MEC, etc.

Por força de antiga prescrição regulamentar, o citado Oficial-General não poderia ser ouvido, como indiciado, por Oficiais de posto inferior. Teve, pois, este IPM uma finalidade definida, qual seja a de ouvir o General R/1 NELSON WERNECK SODRÉ e apurar especificamente suas implicações na elaboração da HISTÓRIA NOVA (PORT. de fls. 2)

*Maury*  
*Sobrinho*  
*17/10/52*

Para isso, tornou-se necessário, a fim de que o IPM produzisse os efeitos jurídicos e legais, que os autores das monografias da HISTÓRIA NOVA fossem reinquiridos, visando à confirmação ou retificação de suas declarações, tomadas a termo em depoimentos anteriores, e mesmo à guisa de ambientação e motivação do Encarregado e seus assessores.

Assim sendo, foram ouvidos os Senhores General R/1 NELSON WERNECK SOBRINHO, PEDRO ALCANTARA FIGUEIRA, MAURÍCIO MARTINS DE MELLO e RUFINO ALVES DOS SANTOS, autores das monografias, deixando de serem ouvidos os Senhores PEDRO CELSO UCHOA CAVALCANTI NETO e RUBEM CESAR FERNANDES, também autores, por não terem sido localizados e nem terem se apresentado para prestar depoimento após a fixação do prazo em edital de convocação publicado no jornal "Diário de Notícias", desta Cidade, de 7 de outubro de corrente ano. (fls.173).

Foram ouvidos, ainda, como testemunhas, o Sgt PÉRCIO PINHEIRO DAVID, o Sr. ROBERTO GONÇALVES PONTUAL, a Sra. LÚCIA MAGALHÃES e os Senhores AMÉRICO LOURENÇO JACOBINA LACOMBE, HERBERT CANABARRO REICHARDT e MARCOS CARNEIRO DE MENDONÇA.

Examinando-se, atentamente, os autos do presente I P M, constata-se que a publicação da HISTÓRIA NOVA não pode, em absoluto, ser encarada como a de uma obra normal, em que um indivíduo ou grupo de indivíduos se dedica à elaboração de um livro ou compêndio, mesmo que seja ele de natureza marxista.

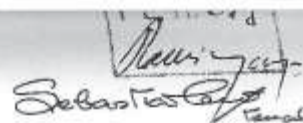
Ela fez parte do funcionamento da organização comunista, montada no MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA e na qual se destacou a atuação da Campanha de Assistência ao Estudante (CASES).

A finalidade da CASES está bem indicada no Boletim nº 1 (Anexo nº 1).

Analisemos, no entanto, a figura do seu Diretor, ROBERTO GONÇALVES PONTUAL, elemento indiciado no IPM de que foi Encarregado o Ten Cel CELSO DOS SANTOS MEYER e do qual foram extraídas as cópias autênticas (oito folhas), que constituem o Anexo nº 2.

Elemento fichado no DOPS-GB, segundo o indicado no Anexo nº 3 (duas folhas).

-segue-

  
 Sebastião

Esse elemento, comunista militante, elevado pela cúpula comunista que dominava o MEC à posição de Diretor Executivo da CASES, teria que agir de acordo com a política traçada para o MEC pelo Sr PAULO DE TARSO, então Ministro da Educação, e que pode ser lida no Boletim nº 1 citado (Anexo nº1) e aqui transcrita:

"A orientação imprimida, neste momento, ao MEC pelo Ministro PAULO DE TARSO - agir em vista do desenvolvimento do País e da libertação do seu povo."

É confirmada pela parte final da apresentação do mesmo Boletim, quando diz:

"Assim, acredita a CASES estar colaborando, também, dentro de suas atribuições, para a política de desenvolvimento e de libertação do novo brasileiro."

Em seu depoimento de fls. 139 é o próprio ROBERTO GONÇALVES PONTUAL que declara não ter tido, anteriormente a sua designação para Diretor da Divisão Extra-Escolar e Diretor-Executivo da Campanha de Assistência ao Estudante, nenhuma experiência no setor de ensino, sendo, na época, apenas aluno de 2º ano de Direito, com 21 anos de idade.

Ainda no seu depoimento, reafirma estar de acordo com a política do MEC, estabelecida pelo Ministro PAULO DE TARSO e dá sua interpretação de como entendia essa política.

Também JOEL RUFINO DOS SANTOS, MAURÍCIO MARTINS DE MELLO e PEDRO ALCANTARA FIGUEIRA, em seus depoimentos de fls. 88, 89, 90, 93, 94, 95, 96 e 98 a 100 dão suas interpretações à referida política.

É de destacar que digam não terem sido esclarecidos sobre essa política e que cada um deles tenha sua própria interpretação, embora integrados nos trabalhos do MEC.

Mas isso é porque como comunistas militantes, como adiante será indicado, não podiam dar a verdadeira...

-segue-

FL. n. 316  
Sobretudo a *Naury*

não podiam dar a verdadeira interpretação, calcada na dialética marxista, mas que, na sua síntese, permite, mesmo assim, analisar e confirmar seu fundo e caráter ideológico.

Por isso, é preciso transcrever alguns trechos do livro de MARK ROSENTHAL, autor soviético, intitulado "O MÉTODO DIALÉTICO MARXISTA".

"Só a revolução proletária, o salto revolucionário destrói a ditadura da burguesia e estabelece a ditadura da classe operária".

"Que é que demonstram estes exemplos? Antes de tudo, que o desenvolvimento não tem um só caráter evolucionista, mas também um caráter de saltos".

"O processo do desenvolvimento gradual, lento, leva à mutação da qualidade dos objetos. O momento da transformação qualitativa marca a solução de continuidade, a ruptura do movimento contínuo. O desenvolvimento, por conseguinte, é a unidade da continuidade e da descontinuidade, da evolução e da revolução."

"O materialismo dialético nega a teoria metafísica do desenvolvimento gradual, puramente evolucionista. Na realidade, o desenvolvimento é a unidade do desenvolvimento gradual, evolutivo e de desenvolvimento em saltos, revolucionário."

"A teoria metafísica do desenvolvimento puramente quantitativo serve, como norma, de arma para os que, de um modo ou de outro, defendem o velho em sua luta contra o novo e o revolucionário, os que, afundados na rotina, temem o movimento de avanço, os que estão interessados na eternização do velho regime."

"A teoria dialética do desenvolvimento qualitativo arma os partidários da substituição do velho pelo novo, os senhores do futuro, os que vão destruindo o velho regime de exploração e criando a nova sociedade socialista."

Assim é que a CASES contribuiria para o desenvolvimento de povo brasileiro, mas para o desenvolvimento qualitativo, como ação lógica e coerente da presença do Sr. ROBERTO GONCALVES PONTUAL à frente da CASES e visando também

*Sebastião Augusto*

a libertação do povo brasileiro. Mas libertação de quem e de quem?

Poderão, hoje, os defensores daqueles que procuravam comunizar ou acelerar o processo de comunização, em que se encontrava o País, dizer aos Juizes que era apenas "libertar da ignorância" em que vivia e ainda vive grande parcela do nosso povo.

Mas se esse era o fim, por que não dizê-lo claramente?

Porque não era essa a verdadeira libertação visada.

No Boletim nº 3 da CASES (Anexo nº4) pode-se constatar o seguinte:

"O problema do ensino prende-se à estrutura e condições-sociais vigentes no País, resulta dela, só pode ser compreendido no âmbito maior da totalidade que o envolve, vale dizer, a própria sociedade brasileira. Não se trata apenas de que o ensino seja inadequado para vastos setores sociais, a cujos interesses a escola que afomos não atende; não se trata somente de que esteja afastado da realidade, mas, sobretudo, trata-se de que não existe o ensino para a grande maioria do nosso povo."

"Quando ocorrem aos estudantes essa duas ordens de problemas com sua natural hierarquia, então passa a ser claro que a participação política representa atitude inevitável. Constituiria fuga ao mundo real proceder de forma diversa. Com efeito, não é estudando que se alcançará a modificação da estrutura educacional vigente; o simples estudo das matérias indicadas pelos currículos, por mais eficiente que seja, não atinge o essencial, não considera jamais o aspecto social do próprio estudo, ao menos nas atuais circunstâncias. Digamos bem claro: é uma posição aristocratizante, no mínimo, aquela que a firma que o papel do jovem, do estudante, termina em ser um bom aluno. Ora, a parcela do povo, infima, é verdade, que consegue alcançar o ensino médio, descortina a injustiça da situação e percebe, porque o vive, o problema social disfarçado em questão técnica."

Sabatias  
Tavares

Da análise desse trecho cabe ressaltar os seguintes aspectos:

1º) "o problema do ensino prende-se à estrutura econômica-social vigente no País, resulta dela",

e, portanto, é fácil depreender-se que necessário se fazia aos elementos que orientavam o MEC mudar a estrutura econômica-social vigente no País.

2º) "não se trata, apenas, de que o ensino seja inadequado para vastos setores sociais a cujos interesses a escola que afivemo não atende",

afirmativa esse que está coerente com o seguinte trecho de "O METODO DIALÉTICO MARXISTA", de Mark Rosental, quando diz:

"Só o conhecimento das leis da sociedade proporciona às classes combatentes a arma eficaz da luta consciente, da ação revolucionária consciente."

3º) "o simples estudo das matérias indicadas pelos currículos, por mais eficiente que seja, não atinge o essencial, não considera jamais o aspecto social do próprio estudo, ao menos nas atuais circunstâncias. Deixemos bem claro: é uma posição aristocratizante, no mínimo, aquela que afirma que o papel do jovem, do estudante, termina em ser um bom aluno."

É necessário que do mesmo livro citade transcrivamos os seguintes pensamentos:

"Marx, pelo contrário, demonstrou que o Estado, em cada época, é o representante da classe dominante na sociedade dada, que exprime, precisamente, os interesses de classe desta última.

"Qualquer, porém, que fôsse a forma política, o Estado feudal ou burguês, constituiu sempre a ditadura das classes exploradas. Disto se deduz que a revolução socialista, que derruba o domínio da burguesia e estabelece novo tipo de relações de produção, não pode deixar intacto o velho Estado burguês.

*Debates*

Tem de destruir o velho aparelho do Estado e criar um no Estado, a ditadura do proletariado."

Apenas queremos destacar, sem comentários, que o Movimento de Cultura Popular teve origem em Natal (RN), em 1961, apoiado pela própria Prefeitura, que lançou o movimento "De pé no chão também se aprende a ler" (Anexo nº 5), que deu origem a duas campanhas, englobando adultos e crianças.

De pé no chão também se aprende uma Profissão.  
Democratização da Cultura.

Para a formação dos professores da Campanha era realizado um "Curso de Emergência para a Formação de Professores" que, em caráter intensivo, abordava os seguintes aspectos:

- Processo espoliativo do imperialismo;
- Cultura brasileira de alienação;
- Cultura popular;
- Análise e crítica da Constituição Brasileira;
- Realidade brasileira e reforma de base;
- Professor primário em face da realidade brasileira - análise da cartilha,

e que, como consta da página 12 do já citado documento, torna-os capazes de "ao lado da alfabetização, conscientizar e politizar os adultos."

Em seguida, o então prefeito de Recife, Sr. MIGUEL ARRAES, lançou o Movimento de Cultura Popular que tinha como finalidade básica "conscientizar as massas através da alfabetização".

Será a experiência de 3 anos que servirá de base para estudo no "Primeiro Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular", convocado pelo Ministério da Educação e Cultura e que contou com o patrocínio da Secretaria de Educação e Movimento de Cultura Popular de Pernambuco, da União Nacional dos Estudantes, do Movimento de Educação de Base, do Instituto de Cultura Popular de Goiás e da Divisão de Cultura da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul (Boletim da CASES nº 1 - Anexo nº 1).

Mas, ainda para que possamos bem compreender o significado da palavra "libertação", que constantemente é mencionada, é necessário irmos ao documento elaborado pela Prefeitura Municipal de Natal - Secretaria de Educação, Cultura

-segue-

*Reunião Final*

- Secretaria de Educação, Cultura e Saúde denominado "CULTURA POPULAR E PÉ NO CHÃO", no qual são apresentadas no presente Inquérito as cópias autênticas das primeiras quatro folhas e cujos originais poderão ser encontrados em anexo ao IFM/Plano Nacional de Alfabetização e Movimento Cultural Popular, no Serviço Nacional de Informação e em outros órgãos de informações.

Nesse documento, às folhas 3, no número 4, podemos ler:

"A conscientização da situação de dependência por parte do povo brasileiro trouxe novas perspectivas no sentido de deter a trajetória de dominação. Esta conscientização assume formas mais agudas na medida em que outros povos da América Latina lutam igualmente contra a opressão a que estão submetidos, evidenciando-se a existência de um movimento libertatório do qual Cuba é o primeiro País a conseguir êxito deste grande anseio de libertação nacional."

É oportuno que, agora, transcrevamos o trecho de discurso pronunciado pelo Sr. ROBERTO GONÇALVES PONTUAL, Diretor da Divisão de Educação Extra-Escolar do Ministério da Educação e Cultura na abertura de I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular:

"Em seu discurso pronunciado na II Reunião Interamericana de Ministros de Educação, realizada em Bogotá, no mês de agosto passado, definia o Ministro PAULO DE TARSO os objetivos de sua política à frente do Ministério da Educação e Cultura; dizia ele:

"Não se trata de um simples aumento quantitativo de programas educacionais, de um simples esforço de abrir escolas. Cogita-se de reformular a própria política educativa, para atualizá-la e integrá-la no quadro global das necessidades do País. Não se trata de difundir entre homens marginalizados, dentro de um espírito paternalista, gostos ou vontades de um pequeno número de privilegiados. Educar não é popularizar uma determinada cultura. É dar a todos os homens a consciência de sua vontade criadora. É dar a essa vontade meios para que se expresse em obras culturais. Educar é despertar em cada um a consciência de sua possibilidade de mederar o mundo."

-segue

É mais adiante:

*Maurício*  
*Sebastião*  
 Tenente

"Estamos, todos nós, ao realizar este encontro, acelerando o processo de emancipação de nosso povo, ao lado de outros que, em campos diversos, lutam por retirá-lo da esmagadora dominação a que se encontra submetido econômica e culturalmente." (Anexo nº6).

A argumentação até agora feita é essencial para que se possa bem entender o quadro em que foi lançada a HISTÓRIA NOVA e o papel dos personagens nela envolvidos.

Como se originou a HISTÓRIA NOVA? É o próprio depoimento do General R/1 NELSON WERNECK SODRÉ, prestado como testemunha no IPI referente às atividades do ISEB e do qual se achava encarregado o Cel GERSON DE PINA, que às fôlhas três declara:

"realizou convênio com o Sr. ROBERTO GONÇALVES PONTUAL, Diretor da Divisão Extra-Escolar do Ministério da Educação e Cultura e Diretor Executivo da Campanha de Assistência ao Estudante - CASES - para o fim de elaborar o departamento de formação histórica do Brasil do ISEB, monografias que seriam publicadas pelo Ministério." (Anexo nº7)

Corroborando o depoimento do Gen R/1 NELSON WERNECK SODRÉ, poderemos verificar que da Nota para a Imprensa, elaborada de próprio punho pelo Sr. ROBERTO GONÇALVES PONTUAL (anexo nº8) consta:

"Informa, a esse respeito, o Diretor Executivo da CASES que para realizar essa tarefa de reformulação da nossa História foram escolhidos professores e estudiosos de capacidade, como: JOEL RUFINO DOS SANTOS, MAURÍCIO MARTINS DE MELLO, NELSON WERNECK SODRÉ, PEDRO ALCÂNTARA FIGUEIRA, PEDRO CELSO UCHOA CAVALCANTI NETO e RUBEM CESAR FERNANDES."

Isso é também confirmado pelo depoimento de PEDRO ALCÂNTARA FIGUEIRA em suas fls. 1(um) e pelo do Sr. MAURÍCIO MARTINS DE MELLO, também as fls. 1(um).

Provado, então, está que a HISTÓRIA NOVA surgiu de convênio estabelecido entre os autores, representados pelo Gen R/1 NELSON WERNECK SODRÉ e o Diretor Executivo da CASES, Sr. ROBERTO GONÇALVES PONTUAL, cujos dados referentes a sua ideologia já foram anteriormente apresentados.

Sebastião Gonçalves

Vejam, agora, os objetivos da HISTÓRIA NOVA, que constam das próprias monografias, dos boletins da CASES e da NOTA PARA A IMPRENSA, escrita de próprio punho pelo Sr. ROBERTO GONÇALVES PONTUAL.

Nestes documentos está expresso:

"Ao entregar a professores e estudantes os primeiros cinco volumes da Coleção da HISTÓRIA NOVA, a Campanha de Assistência ao Estudante (CASES), do Ministério da Educação e Cultura, tem plena convicção de estar contribuindo, à sua maneira, para o desenvolvimento coerente e acelerado do processo histórico brasileiro."

E mais adiante:

"nos últimos tempos, não foram poucos os que tomaram consciência de que a História do Brasil tradicionalmente concebida e comunicada, em especial na literatura didática, longe de revelar as verdadeiras bases do processo de formação do nosso País, vem servindo, pelo contrário, como instrumento de freios e desvios, obstáculo para o seu próprio desdobramento."

A compreensão desses objetivos só poderá ser claramente entendida através do conhecimento do método dialético marxista. Para isso recorreremos, novamente, ao livro de Marx Rosental.

Dêle extraímos:

"A teoria dialética do desenvolvimento em geral e o seu traço mais importante, a lei da unidade e da luta dos contrários, tem o maior valor como instrumento de conhecimento e de luta revolucionária. As obras de Marx, Engels, Lenin e Stalin servem de modelo clássico de aplicação da dialética materialista. Na "HISTÓRIA DO PARTIDO COMUNISTA DA URSS" assinala-se o imenso valor que tem a extensão das conclusões do método dialético ao estudo da vida social e sua aplicação à atividade política do Partido do proletariado. Em Particular, da lei dialética do desenvolvimento, em consequência da luta dos contrários, tiram-se as seguintes conclusões:

-segue-

*Declaracao da Comissao*

"Se o processo de desenvolvimento é um processo de revelação de contradições internas, um processo de choques entre forças contrapostas, na base dessas contradições e com o fim de as superar, é evidente que a luta de classes do proletariado constitui fenômeno perfeitamente natural e inevitável."

"Isto quer dizer que o que se tem a fazer não é dis-  
simular as contradições do regime capitalista, mas  
pô-las a descoberto e desdobrá-las em toda a sua  
extensão, não é amortecer a luta de classes, mas le-  
vá-la conseqüentemente a termo."

"Isto quer dizer que, em política, para não nos e-  
quivocarmos, temos de manter uma política proletá-  
ria, de classe, intransigente, e não uma política  
reformista, de harmonia de interesses entre o pro-  
letariado e a burguesia, uma política oportunista  
de "evolução pacífica" de capitalismo ao socialis-  
mo."

E, por fim, o aspecto fundamental:

"Estas conclusões demonstram, de maneira clara e  
profunda, a conexão que existe entre a dialética  
revolucionária e a prática revolucionária do Parti  
do proletário."

"Mas, em geral, a filosofia idealista, em seus prin-  
cípios, é reacionária, dado que freia o desenvolvi-  
mento da ciência."

E mais adiante:

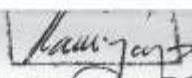
"o papel do idealismo filosófico é particularmente  
reacionário no que se refere à ciência sobre a pro-  
priedade, sobre a história da sociedade."

"A filosofia idealista solapa o fundamento real de  
uma interpretação autenticamente científica da  
história."

"O idealismo filosófico aplicado à história, à soci-  
idade, supõe a consciência social, as idéias dos  
homens são o primeiro. As condições materiais de  
existência da sociedade, as condições de produção,  
etc., são o secundário, derivado da consciência."

Ainda:

"Não é difícil compreender que o método do terror

  
 Sebastião Edgar  
 Tupy

do terror dos populistas (observações do relator:- refere-se à atuação dos populistas, social-revolucionários e anarquistas russos) deriva, logicamente, da respectiva interpretação idealista da história. A história, segundo eles, fazem-na as personalidades ilustres, os heróis; a massa é apenas "multidão passiva".

É qual o remédio contra a filosofia idealista aplicada à HISTÓRIA?

É, ainda, o livro citado que nos diz:

"o materialismo filosófico leva a outros resultados completa e diretamente opostos na ciência da natureza e da sociedade."

"Os homens, as novas gerações, ensinaram MARX e ENGELS, sempre encontram as condições de sua vida material já existentes. São essas condições materiais ou o modo de produção dos bens materiais que determinam toda a fisionomia da vida dos homens; suas relações sociais, a forma política da sociedade, sua consciência e suas idéias. A evolução e a transformação das condições materiais da vida conduzem, inevitavelmente, à mudança, também, das relações sociais, de todas as superestruturas políticas e ideológicas."

Pertante, em estrita obediência ao método dialético marxista e sua aplicação prática no campo da luta revolucionária e não por mera coincidência, é que notamos a identidade do conceito de "freio do desenvolvimento" e as observações constantes do Boletim nº 2 da CASES (Anexo nº9), quando diz:

"A maioria dos nossos livros didáticos dão toda a ênfase à biografia de personalidades nacionais e estrangeiras, condicionando a elas os acontecimentos, emitindo-se na perquirição de outros aspectos do contexto nacional e internacional em que elas se insa-

Sebastião *Sebastião*  
Tavares

Julgamos que as observações feitas, complementadas pelos respeitáveis pareceres da 3ª Seção (Geografia e História) do Estado-Maior do Exército, da Comissão Nacional do Livro Didático e da Comissão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro caracterizam e comprovam o caráter dialético marxista da HISTÓRIA NOVA (Anexo nº10) e fls.15 a 21.

Apenas com o intuito de confirmar a conclusão acima, frute da análise acurada que se procurou fazer, de vez que será necessário reexaminar o documento que se segue e que é a Circular nº 002/64, de 13 de janeiro de 1964 (Anexo nº11) é que ressaltamos que os mesmos autores da HISTÓRIA NOVA ministraram um curso de História do Brasil no Sindicato dos Metalúrgicos e podendo-se ler na citada Circular:

"O conhecimento da realidade histórica é de grande importância para nós, trabalhadores, a fim de que possamos compreender certos males que sofremos no presente e como poderemos extirpá-los num futuro próximo. Este é o objetivo principal do nosso Curso de História do Brasil, no qual a preocupação com as datas dos acontecimentos e os dados biográficos de ilustres figuras ocupa, como não poderia deixar de ser, um papel de importância secundária."

"A história que aprendemos nos bancos escolares foi sempre uma história omissa, comprometida, e, portanto, irreal. Isto porque para os historiadores burgueses a História foi sempre a glorificação das classes dirigentes. Para tais historiadores, os grandes acontecimentos e os grandes heróis só foram (e serão) considerados grandes, na medida em que serviram (ou sirvam) aos interesses das classes dominantes"

E não esqueçamos o que foi especificado quando da análise da teoria dialética do desenvolvimento, ou seja,

"sendo o processo de desenvolvimento um processo de revelação de contradições internas, a luta de classes do proletariado constitui um fenômeno natural e inevitável e que não se deve amortecer a luta de classes e sim levá-la a termo."

"Portanto, a incentivo à luta de classes não precisa ser feita, unicamente, por palavras diretas, mas, e muitas vezes, pela "conscientização e politização", através da correta aplicação de materialismo histórico

*Sebastião da Silva*

de materialismo histórico, capaz de indicar as  
contradições existentes e "como extirpá-las em  
curto prazo."

E como prova da pregação dessa luta de classes, que nem sempre é feita veladamente, mas, muitas vezes, claramente, contrariando e desrespeitando a nessa Constituição, documento que os comunistas e inocentes úteis constantemente utilizam como arma para atacar os verdadeiros democratas, é que desejamos transcrever da monografia "Independência de 1822" o seu trecho final (pags. 108 e 109):

"A luta das classes dos senhores de terra e de escravos para exercer a sua autoridade sobre toda a extensão do território brasileiro é longa. A Independência de 1822 não contentaria as camadas médias. Essa revolta está claramente expressa nos movimentos provinciais de rebeldia, de que os últimos serão os dos Farrapos e dos Praieiros, já em pleno reinado."

"Estas duas últimas revoltas serão aplacadas, já na época da centralização monárquica, mas não por causa do golpe político da Maioridade. Ambos os fatos são explicados pela ascensão do novo produto exportador, o café, que possibilitou à classe dos senhores de terra e de escravos os recursos necessários à sua consolidação no poder, recursos estes que o açúcar, em decadência, lhe negava."

"No tipo da Independência de 1822 se encontram as origens políticas das lutas sociais que hoje se travam em nosso País. A discussão sobre uma política externa independente para o Brasil, que está em todos os jornais, só tem sentido se entendermos que Independência foi aquela de 1822."

"A batalha que várias classes da população, inclusive setores do governo, travam contra o latifúndio, tem seu fundamento fundamental na classe dos senhores de terra e, agora, de servos, que permanece no poder político do País há 141 anos"

"A conquista da reforma agrária representará a derrota política dos senhores de terra e de servos, aliados fundamentais dos interesses inter-

*Sebastião*

aliados fundamentais dos interesses que, uns, em 1822, realizaram a independência formal e, outros, hoje, impedem a verdadeira independência, que permitirá ao País desenvolver-se plenamente e se afirmar como Nação. A independência do Brasil é uma luta dos dias atuais." (Anexo nº26).

Podemos, ainda, na medição feita, pelos autores e editada pela Editora Brasileira S.A. São Paulo, no volume A constatar os seguintes dados, às páginas 36, 37 e 38:

"É a pressão das circunstâncias, portanto, que leva o governo a elaborar o projeto que tem o nome de Ventre Livre. A monarquia nunca foi abolicionista. D. Pedro II o era tanto quanto a maioria dos nossos homens públicos de hoje são a favor da reforma agrária, por exemplo. Não movem um só dedo, sufocam o progresso pela inércia, afogam as reivindicações populares no emaranhado das discussões acadêmicas, transformando o Congresso numa Universidade medieval, sem a erudição é claro, mas com o mesmo distanciamento da vida. Quando algum político progressista, pressionado pelo clamor geral dos que sofrem o atraso, busca romper o emaranhado e a inércia, logo o sufocam e paralizam, amarrando-o em compromissos. E se a pressão popular é tanta que logra reformas concretas (como nos decretos do governo JOÃO GOULART, que mandavam desapropriar as terras marginais das ferrovias, rodovias e açúes e encampar as refinarias particulares de petróleo, não se constroem em rasgar as leis que dizem defender, derrubar o pouco que há de democracia e, pela força militar, garantir a preservação dos privilégios." (pag.36).

"A sociedade "comunista" de Souza Carneiro era a Confederação Abolicionista. A indústria do anticomunismo, hoje tão largamente empregada, já tinha nascido. Muito cooperou em nosso País para enriquecer os desonestos e freiar a evolução da nossa sociedade. Vai perdendo terreno, a cada passo, relegada progressivamente ao baú das velharias, na medida que nossa gente verifica que o anticomunismo é uma bandeira sempre hasteada no momento das conquistas democráticas. É um dos muitos esfarrapados emblemas da reação: sinal de atraso." (pag. 37).

Sebastião Cruz  
Ferreira

"Enquanto isso, no Centro Operário Italiano, Luiz Gama pulveriza o "direito" escravista, desenvolvendo as teses cabíveis e as palavras de ordem mais justas. Proferia sentenças como esta: "O escravo que mata o seu senhor, seja em que circunstância fôr, age em legítima defesa." Ao seu filho deixaria esta lição: "Trabalha para que este País não tenha reis nem escravos." (Pag. 38).

Constata-se que, selecionando cuidadosamente, apresentam, inclusive, trechos e citações de figuras da época dos acontecimentos em estudo que se coadunam com a pregação da luta de classes, em problemas, como por exemplo, o da escravatura, que também aos espíritos democráticos e cristãos repugna, sem que, a esses últimos, advenha a idéia de se aproveitar do problema para insinuações que, no entanto, não escondem, e, ao contrário, revelam as intenções dos autores.

Importante é, ainda, considerar que na monografia intitulada "As invasões holandesas", na apresentação, páginas 7 e 8, destacam-se os seguintes trechos:

"Esta maneira de abordar os holandeses no Brasil não só nada tem a ver com a ciência histórica, como - o que é mais grave - procura desenvolver um certo tipo de patriotismo belicista, nada aconselhável para nossa juventude." (o grifo é dos autores).

"Querem inspirar sentimentos de brasilidade, através das guerras de que participamos. Talvez, por isto, ressaltem os vários grupos raciais que participaram das lutas, não conseguindo ver as camadas sociais e as diferentes posições por elas adotadas durante o domínio holandês."

"Não se trata, evidentemente, de omitir as guerras da História. As de libertação nacional, por exemplo, devem ser bem estudadas e divulgadas."

Se analisarmos os aspectos acima, observamos que em todos os livros didáticos em vigor não há, inclusive obedecendo ao disposto em nossa Constituição, nenhum incentivo à guerra como forma de solução de conflitos e, até mesmo ao contrário, caracterizam que nossa participação se fez em de-

-segue-

se fêz em defesa da soberania nacional ou na defesa dos ideais de liberdade e justiça. Entretanto, o culto aos heróis (que tanto repugna aos marxistas-leninistas) é uma forma consagrada de desenvolver o sentimento de brasilidade de nossos jovens, reverenciando, inclusive, a memória daqueles que deram suas vidas pela pátria. Importante é observar que os comunistas não atacam nossa participação na 2ª guerra mundial e isso porque, então, ao lado de outros povos, inclusive o soviético, lutava-se pela derrota do nazismo e, assim fazendo, estávamos, indiretamente, auxiliando os soviéticos.

E por que estudar, e bem, as guerras de libertação nacional?

Recorramos inicialmente a Mao-Tse-Tung, que em "Obras Escolhidas" - 1º volume - publicado pela Editora Vitória, em suas páginas 169 e 172, diz:

"A guerra revolucionária, isto é, a guerra revolucionária de classe ou a guerra nacional revolucionária, além das circunstâncias e características da guerra em geral, tem suas circunstâncias e características particulares."

"Há somente dois tipos de guerra na História: as guerras justas e as guerras injustas. Todas as guerras contra-revolucionárias são injustas e todas as guerras revolucionárias são justas."

"Quando a sociedade humana atingir a fase em que as classes e os Estados serão suprimidos, não haverá mais guerras - nem revolucionárias, nem contra-revolucionárias, nem justas, nem injustas."

É o estudioso francês, Cel Gabriel Bonnet, que em seu livro - Guerras Insurrecionais e Revolucionárias - nos dá o entendimento de Guerra de Libertação, hoje tão difundida e conhecida.

As guerras de libertação enquadram-se na classificação de Guerras Insurrecionais e são dirigidas contra um invasor ou um poder estrangeiro instalado e implicam numa revolta mais ou menos generalizada de toda uma população (pags. 21 e 32). Degeneram, freqüentemente, em guerras de partisans outrora chamadas guerrilhas e, atualmente, guerras de subversão (pag. 43).

Entretanto, é esse tipo de guerra o de maior valia e exploração pelos comunistas. Primeiro porque, à primeira

-segue

à primeira vista, ela se reveste de um caráter nacional, seja contra um invasor, seja contra um poder estrangeiro instalado e, dentro da flexibilidade comunista, não nos esqueçamos que como "poder estrangeiro instalado" consideram os comunistas a dominação econômica a que apertam submetidos todos os povos que se encontram sob a sua mira de dominação e que o conceito de invasor é também muito elástico, pois invasores foram considerados os norte-americanos ao participarem da luta da Coreia, repelindo a agressão comunista.

Em movimentos realmente de libertação, eles se infiltram e assumem o controle das ações. Fácil é constatar a ação comunista nos famosos e já comuns "Exércitos de Libertação Nacional", em todos os países onde a ação comunista atingiu acentuado desenvolvimento.

Por isso, porque através do estudo das guerras de libertação é que se pode levar à massa uma visão distorcida de nacionalismo, dar o sentimento da força da ação dos guerrilheiros, procurar caracterizar o Exército Nacional como instrumento de uma classe dominante é que os autores da HISTÓRIA NOVA pregam que as Guerras de libertação "devem ser estudadas e divulgadas."

E não nos esqueçamos que no ainda recente movimento do Cel R/1 JEFFERSON CARDIM DE ALENCAR OSÓRIO, no Rio Grande do Sul, os elementos envolvidos constituíam as "FORÇAS ARMADAS DE LIBERTAÇÃO, como se vê de documento intitulado "Manifesto à Nação", redigido a 23 de março de 1965 e lido através da estação de rádio de Três Passos (RS) e que constitui o anexo nº12.

Situado, pois, o problema, passemos, agora, aos aplicadores da dialética marxista no campo do ensino médio da HISTÓRIA DO BRASIL.

Queremos ressaltar que nas orçelas dos volumes da reedição da HISTÓRIA NOVA estão registradas palavras de CAIO PRADO JUNIOR, cujo teor está perfeitamente caracterizado e identificado com a dialética marxista, já anteriormente comentada.

Também nos novos volumes, os autores, no prefácio, justificam a posição por eles assumida, refutam as acusações de subversão e corrupção, declaram que "não entendem inquéritos policiais-militares como processo adequado para discutir problemas científicos", ao mesmo tempo em que reafirmam sua posição.

Aquêles que, voltados para um passado não muito distante, procuram justificar as publicações de caráter marxista-leninista como apenas sendo manifestações culturais apresentadas segundo uma filosofia, com a qual podemos não concordar..

...esses não concordar, mas que nem um mal representam e que, pelo contrário, estão coerentes com o espírito democrático que desejamos manter, assim agem, seja por um idealismo tão puro que os afasta da realidade presente, seja, então, maliciosamente. Aos verdadeiros democratas torna-se impositivo o estudo não só da filosofia e da dialética marxista-leninista como, também, da Guerra Revolucionária, hábil instrumento de que lançam mão os comunistas na sua conquista pelo poder mundial.

Analisar uma técnica comunista de Guerra revolucionária, sem conhecimento do quadro completo em que ela é desencadeada, é trabalho vazio e superficial.

Inicialmente, caracterizamos a ideologia de cada um dos autores, com exceção do General R/1 NELSON WELNEX SODRÉ:

JOEL RUFINO DOS SANTOS

- militante comunista;
- membro da Organização de Base da Faculdade Nacional de Filosofia, tendo ingressado em 1961 (ver depoimento prestado no I P M/FNFI- Anexo nº 13);
- participou de várias reuniões da OB/FNFI, realizadas no Edifício Marquês de Herval, no escritório do ex-deputado HÉRCULES CORREIA (Anexo nº 13);
- ministrou aulas para membros e aliados da Seção de Ciências Sociais da Organização de Base do Partido Comunista da FNFI e admitiu que possivelmente, imprimiu orientação marxista (Anexo nº 13);
- declarou que pertencia ao Comitê Cultural do Partido Comunista na Guanabara e Sr. PEDRO CELSO UCHOA CAVALCANTI NETO (Anexo nº 13);
- declarou que o recrutamento de novos membros para a Organização de Base era feita através de variadas formas, tais como o estudo em grupo, a influência pessoal, influência através das aulas do pre-vestibular, etc;
- declarou que a HISTÓRIA NOVA DO BRASIL é um veículo de idéias marxistas (Anexo nº 13);
- esteve refugiado na Bolívia e Chile em ligação com elementos comunistas (depoimento prestado no IPM sobre a Imprensa comunista- Anexo nº 13);

-segue-

MAURÍCIO MARTINS DE MELLO*Sebastião Barros  
Ferreira*

- comunista militante;
- pertencente à Organização de Base da Faculdade Nacional de Filosofia (depoimento de JOEL RUFINO DOS SANTOS no IPM/FNFI - Anexo nº 13), sendo elemento assíduo nas reuniões da OB.
- pertenceu ao Secretariado Geral da OB (Anexo nº 13);
- confessa ser um marxista-leninista (depoimento no IPM da imprensa comunista - fls. 9);
- nega ser elemento da OB/FNFI, apesar dos documentos apreendidos no IPM/FNFI, que mostram ter até pertencido ao Secretariado Geral (Anexo nº 13);
- Diretor de "SEMLENTE" - Órgão de universitários marxistas (Anexo nº 14);
- confirmação de que comparecia às reuniões da OB/FNFI no edifício Marquês de Herval no depoimento de PEDRO ALCANTARA FIGUEIRA no presente IPM (fls. 95);

PEDRO DE ALCANTARA FIGUEIRA

- comunista militante;
- membro da Organização de Base da FNFI (depoimento no IPM/FNFI, de JOEL RUFINO DOS SANTOS (Anexo nº 13);
- frequentador assíduo das reuniões da OB da FNFI (Anexo nº 13);
- reconheceu que a HISTÓRIA NOVA é destinada a propagar as idéias marxistas-leninistas em torno de HISTÓRIA DO BRASIL (depoimento no IPM/impressão comunista - fls. 11);
- declarou ter sido presidente do Centro de Estudos de História da FNFI (fls. 12);

PEDRO GELSO UCHOA CAVALCANTI NETO

- é comunista militante;
  - prentuariado no DOPS/CB (Anexo nº 3);
  - membro da Organização de Base da FNFI (depoimento prestado por JOEL RUFINO DOS SANTOS no IPM/FNFI - anexo 13);
  - frequentador assíduo das reuniões da OB/FNFI - (anexo 13);
  - aliciador de membros para a OB/FNFI (depoimento de OSMAR DE OLIVEIRA no IPM/Cultura Popular. (Anexo nº 24);
  - elemento de projeção da OB, parecendo ter sido o fundador (Anexo nº 13);
  - pertencente ao Comitê Cultural do Partido Comunista de Guanabara, órgão encarregado de coordenar e dirigir as CB no meio universitário. (Anexo 13);
- segue-

PEDRO CELSO UCHOA CAVALCANTI NETO

- pertenceu ao Secretariado Geral da OB/FNFI (Anexo 13);
- colaborador de fundo de "SEMENTE", órgão dos universitários marxistas (Anexo nº14);
- refugiado na Bolívia;

RUBEM CESAR FERNANDES

- comunista militante;
- prontuariado no DOPS/GB, viajou para Havana a convite de Fidel Castro, para participar dos festejos comemorativos do 3º aniversário da revolução cubana; vice-presidente do Diretório Acadêmico da FNFI em 1962/63; agitador violento, foi prêso colocando cartazes e pichando paredes em homenagem ao P C B; elemento de ligação com o C S T e P U A (Anexo nº 3);
- membro da Organização de Base da FNFI e participante assíduo das reuniões (depoimento de JOEL RUFINO DOS SANTOS no IPM/FNFI - anexo 13);
- pertenceu ao Secretariado Geral da OB na FNFI (Anexo 13);
- encontra-se em Paris, por ter ganho uma bolsa de estudos (depoimento de MAURÍCIO MARTINS DE BELLO no IPM/impressão comunista - fls.8);

Na nota para a Imprensa, escrita de próprio punho pelo Sr. ROBERTO GONÇALVES PONTUAL, está dito que para a reformulação da HISTÓRIA NOVA foram escolhidos "professores e estudiosos de capacidade".

Analisemos o grau de capacidade e de cultura dos autores, com exceção, no momento, de General R/1 NELSON WERNECK SODRÉ.

Para isso foram solicitadas as devidas informações ao Diretor da Faculdade Nacional de Filosofia, que as prestou através da documentação constante do Anexo 15;

Por elas se constata o seguinte, em síntese:

Com exceção de PEDRO CELSO UCHOA CAVALCANTI NETO e PEDRO DE ALCANTARA FIGUEIRA, que colaram grau em Bacharel em 7 de maio de 1963, todos os demais são estudantes, sendo que JOEL RUFINO DOS SANTOS e MAURÍCIO MARTINS DE BELLO estão matriculados desde 1961 e RUBEM CESAR FERNANDES teve seu pedido de matrícula no corrente ano indeferido, visto tratar-se de aluno repetente em dois anos sucessivos.

Mas, para que se conheça bem as condições intelectuais dos "professores e estudiosos de capacidade", escolhidos pelo Senhor ROBERTO GONÇALVES PONTUAL para trabalharem com o realmente erudito General R/1 NELSON WERNECK SODRÉ na "reformulação da nossa História" é impositivo examinar alguns detalhes:

- segue -

FL n. 334  
 18.2

Sebastião Cabral  
 Fiscal

JOEL RUFINO DOS SANTOS

- 1962 - reprovado em História do Brasil;
- 1963 - História do Brasil Colonial - média 5;
- 1964 - não prestou atos escolares;
- 1965 - não prestou atos escolares até a presente data;

MAURÍCIO MARTINS DE MELLO

- 1961 - Concurso de habilitação - reprovado em História Geral e do Brasil;
- 1962 - História do Brasil - reprovado (não fez prova)
- 1963 - História do Brasil Colonial (reprovado);

RUBEM CESAR FERNANDES

- - aluno repetente em dois anos sucessivos;

PEDRO DE ALCANTARA FIGUEIRA

- 1959 - não prestou atos escolares referentes à História do Brasil;
- 1960 - matriculado na 3ª série, com dependência de História do Brasil, tendo feito exame em 2ª época e sido reprovado;
- 1961 - matriculado na 3ª série, com dependência de História, sendo reprovado;
- 1962 - matriculado na 4ª série, com dependência de História do Brasil, sendo aprovado em História do Brasil da 2ª série, de acordo com o processo nº 5054/62, mandado de segurança;
- Foi aprovado com grau 5 em História do Brasil 3ª série, em 2ª época;

PEDRO CELSO UCHOA CAVALCANTI NETO

- 1959- renovou matrícula em História do Brasil e História Moderna e foi aprovado em História do Brasil com grau 5,6;
- 1962- foi matriculado na 4ª série, com dependência de História do Brasil, sendo aprovado em 2ª época;

Parece-nos evidente que mesmo os dois bacharelados não se constituíram em "estudiosos de capacidade" ou professores categorizados.

Sebastião Gonçalves

No depoimento de ROBERTO GONÇALVES PONTUAL (fls. 141) o mesmo afirma que não tem fundamentos para confirmar sua afirmativa de que, com exceção do General R/1 NELSON WERNECK SODRÉ, são os demais autores da HISTÓRIA NOVA estudiosos e professores de capacidade e que o conhecimento da capacidade dos mesmos se limitam a contactos e algumas aulas a que assistiu, quando estagiário do ISES.

E a êsses elementos foi atribuída a missão de "reformular nossa História"?

Acreditamos que sim, reformulá-la dentro da dialética marxista-leninista, transformando-a em veículo de propaganda da luta de classes, visando a preparar os futuros leitores para a mudança de regime político-social vigente, responsável pelos males do Brasil, segundo as idéias dos elementos comunistas, simpatizantes ou acomodados que governavam o País, desde o Sr. JOÃO GOULART, seus ministros, cooperadores do Ministro da Educação e Cultura, até elementos como o grupo da HISTÓRIA NOVA. Este grupo não é representante de uma ação isolada, mas, sim, uma peça da gigantesca engrenagem montada no País para sua alienação ao Bloco soviético.

Nos depoimentos de JOEL RIFIRO DOS SANTOS, MAURÍCIO MARTINS DE MELLO e PEDRO DE ALCANTARA FIGUEIRA, prestados no presente Inquérito (fls. 88, 89, 93 a 96 e 98 a 100), constata-se que os mesmos desconheciam a finalidade da CASES e a política do MEC. E por que? Por que ôles eram apenas os dentes da roda de uma peça da engrenagem da máquina comunista. Não lhes cabia saber muito e sim executar a tarefa que lhes foi atribuída.

Mas se, segundo se depreende da análise das fichas escolares, não eram estudiosos de capacidade, nem renomados professores, a cúpula teria que designar um Chefe, capaz, tenaz, eficiente, para fazê-los cumprir a tarefa imposta, sem "desvios", rigidamente.

Surge, então, o General R/1 NELSON WERNECK SODRÉ.

Personagem central do Inquérito Policial-Militar sobre a elaboração das monografias que constituiram a coleção da HISTÓRIA NOVA, por isso que, como Chefe do Departamento de História do ISEB, dirigiu a equipe encarregada pelo MEC, através da CASES, de formular uma nova História do Brasil.

Trata-se de Oficial-General da reserva remunerada e que teve a sua vida militar (particularmente após atingir o círculo de Oficiais superiores) marcada por sinais...

-segue-

*Sebastião Sodré Tenal*

marcada por sinais característicos que o tornaram elemento sempre observado com reservas e, mesmo, suspeitas, quanto a sua linha antidemocrática de tendências francamente esquerdistas.

Nos cursos que frequentou desde a Escola Militar do Realengo, apesar de não ter obtido resultados brilhantes, conceituou-se como aluno inteligente, estudioso, e revelando, sobretudo, apreciáveis penhores para o ensino.

A atividade comunista do General R/1 NELSON WERNECK SODRÉ vem de longa data e tornou-se mais intensa à medida que adquiriu prestígio nos meios intelectuais por suas obras literárias e atividades desenvolvidas no Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

Por tal motivo, os órgãos de informações do Exército e o Departamento Federal de Segurança Pública sempre acompanharam suas atividades comunistas e que podem ser resumidas nos dados constantes de seu dossier (fls. 22 a 32).

Sua atividade no ISEB se destacou pelo preparo de quadros comunistas, dentro da doutrina marxista-leninista e a liberdade de pensamento e de opinião que defende em seu depoimento, prestado como testemunha, no IPE/ISEB (Anex nº 7) é fôcilmente desmentida pela atitude tomada em relação ao atual Almirante da Reserva Aristides Pereira Campos Filho que, quando Capitão-de-Fragata, aluno de ISEB, apresentou como tese final do curso o tema "A INFILTRAÇÃO COMUNISTA - FATOR NEGATIVO NO DESENVOLVIMENTO DO PAÍS", viu-a rejeitada, dando o fato lugar a uma sindicância realizada pelo Estado-Maior das Forças Armadas e cuja síntese consta do dossier do General R/1 NELSON WERNECK SODRÉ.

É assim evidente que no ISEB, no qual o General R/1 NELSON WERNECK SODRÉ exercia o cargo de Diretor do Departamento de História, não se permitia a livre manifestação de pensamento, tão propagada e tão defendida, inclusive pelo indiciado em foco. É apenas permitido adotar a linha de pensamento marxista-leninista, dentro das diretrizes do Partido Comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Sua atividade de intelectual comunista não se limitou ao ISEB. Levou sua propaganda comunista aos sindicatos, em estreita coordenação com o Sr. ROBERTO GONÇALVES PONTUAL, como se pode ver, através dos seguintes documentos:

fls. 1

FL n.º 33

Sebastião Costa  
Ten. Cel.

- Circular nº 004/64, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado da Guanabara (Anexo nº 16);
- Texto dirigido aos metalúrgicos pelo professor NELSON WERNICK SOBRE, publicado em "A VOZ DO METALÚRGICO", de janeiro de 1964 (Anexo nº 17);
- depoimentos dos indiciados JOEL ESPINO DOS SANTOS PEDRO DE ALCANTARA FIGUEIRA e MAURÍCIO MARTINS DE MELLO (fls. 88, 89, 93 a 96 e 98 a 100);

Também em outros campos deu apoio aos movimentos comunistas, sendo de destacar o proporcionado ao Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, no qual deseja o Encarregado do presente Inquérito chamar a atenção para, em particular, os elementos brasileiros e para o texto (em espanhol) da convocatória (fls. 34 a 37), onde se destaca a expressão:

"De forjar sua própria cultura, de estabelecer sua própria dignidad."

É de destaque seu papel na criação do Comando de Trabalhadores Intelectuais (CTI), órgão destinado a:

"Congregar trabalhadores intelectuais, na sua mais ampla e autêntica conceituação;"

"Apoiar as reivindicações específicas de cada setor de cultura brasileira, fortalecendo-as, dentro de uma ação geral, efetiva e solidária;"

"Participar da formação de uma FRENTE ÚNICA, democrática e nacionalista, com as DEMAIS FORÇAS POPULARES, arrematadas na marcha por uma estrutura melhor da sociedade brasileira;"

conforme se pode ver dos dados colhidos no IEM/CTI, de que é encarregado o Ten Cel LUIZ GONZAGA DE ANDRADE SERPA, (Anexo nº 18).

Por esses dados e no depoimento prestado por ALVARO DE BARROS LINS (fls. 7 do anexo 18), pode-se constatar o importante papel do indiciado NELSON WERNICK SOBRE na criação de mais esse órgão a se entrosar com a CCT, PUA, etc., para, "arrematados, marcharem por uma estrutura melhor na sociedade brasileira."

Sebastião Carlos Muniz  
Folha

É de ressaltar o que consta às fls.9 do Anexo 12, em que se verifica, no informe nº 16, de 9 de setembro de 1964 que os professores JACOB GORENDER e NELSON WERNECK SODRÉ assinavam diplomas, como o que se destinava a YEDDA BOEELHO SALES, referentes a um curso (técnico e prático) de comunismo.

Este Encarregado deseja, ainda, chamar a atenção para os documentos constantes de fls.38 a 44 e apreendidos no ISEB e referentes a:

- fundadores do Comando dos Trabalhadores Intelectuais;
- chapa proposta para a constituição do Primeiro Conselho Deliberativo do C T I;
- lista adicional;
- lista complementar.

Analisemos, agora, sua responsabilidade na "reformulação de nossa História", e consequente publicação da HISTÓRIA NOVA.

A HISTÓRIA NOVA surgiu de convênio estabelecido entre a CASES, por intermédio de ROBERTO GONÇALVES PONTUAL e o General R/1 NELSON WERNECK SODRÉ, como se vê:

- depoimento prestado pelo indiciado no IPM/ISEB (fls. 3 do anexo nº 7);
- nota de próprio punho de ROBERTO GONÇALVES PONTUAL (Anexo nº 8);
- depoimentos dos indiciados PEDRO ALCÂNTARA FIGUEIRA e MAURICIO MARTINS DE MELLO (fls.93 e 98, constatando-se, assim, a vinculação dos autores com os elementos comunistas do MEC, em consonância com a política de comunização preconizada.

Os indiciados JOEL RUFINO DOS SANTOS, PEDRO DE ALCÂNTARA FIGUEIRA e MAURICIO MARTINS DE MELLO, em seus depoimentos de fls.88,89,93 a 96 e 98 a 100, declaram ter sido convidados para integrarem o Departamento de História do ISEB pelo indiciado General R/1 NELSON WERNECK SODRÉ.

No depoimento prestado pelo indiciado, General R/1 NELSON WERNECK SODRÉ, é importante destacar que, quanto ao Sr. ROBERTO GONÇALVES PONTUAL, o considerou apto ao cargo que exercia pelo "preparo, cultura, dedicação e capacidade de trabalho" (fls.155). Não há a apresentar argumentos contra a dedicação e capacidade de trabalho, mas é estranho conside-

-segue-

Sebastião  
 em 1964

FL n.º 334  
 Novembro

mas é estranho considerar "preparo e cultura" para um elemento que, na época, era apenas aluno de 2º ano de Direito e que, conforme declarou em seu próprio depoimento (fls.139), não tivera, até então, nenhuma experiência no setor do ensino.

É estranho que o General R/1 NELSON WERNICK SODRÉ, que tem tão boa memória, que lhe permite, após os depoimentos que vem prestando em diversos inquéritos, os reconstituir, como declara no artigo "A HISTÓRIA DA HISTÓRIA NOVA", editado na Revista da Civilização Brasileira nº 3, não se recorde de ter redigido a mensagem aos metalúrgicos, constante do anexo nº17, de forma a não poder responder porque os "trabalhadores intelectuais do ISEB" se sentiam honrados porque estariam "em companhia daqueles a quem cabe dirigir os destinos de nosso povo."

Ainda nos mesmos aspectos da tônica comunista é que declara, no que se refere à CUBA, que "o problema de Cuba pertence aos cubanos", levantando a tão conhecida tese de autodeterminação dos povos e que seu apoio ao Congresso Continental de Solidariedade a Cuba foi dado "por julgar justa uma manifestação contra a agressão americana àquele País".

Acrescentou o indiciado que prestou solidariedade juntamente "com os elementos citados e muitos e muitos outros citados de posição diferente da dos citados". Entretanto, se analisarmos a lista de adesões, será difícil, senão impossível, encontrar nos diferentes ramos de atividades profissionais lá indicados nomes de elementos realmente identificados com o espírito democrático. É comum o nome de reconhecidos comunistas ou de simpatizantes da esquerda. Mesmo admitindo que, na época, elementos ainda pouco esclarecidos sobre a verdadeira situação daquela República do Caribe julgassem que havia uma ameaça de agressão armada a Cuba, dificilmente dariam seu apoio a uma convocatória nos termos em que está redigida e assinada por elementos como os indicados no documento, a menos que identificados com idéias comunistas.

Em seu depoimento, às fls.156, o indiciado General R/1 NELSON WERNICK SODRÉ, com referência aos demais autores da HISTÓRIA NOVA, declara que ao concordar com os termos da Nota para a Imprensa, escrita pelo Sr. ROBERTO GONÇALVES PONTUAL, no ponto em que está dito "professores e estudiosos de capacidade", "se fundamenta na inteligência, na compreensão da História e na cultura relativa que possuem esses professores" e, mesmo após ler as fichas escolares que lhe foram apresentadas, respondeu que "julga estas fichas uma recomendação para os citados professores".

fls.:

FL n.º 340

Sebastião Augusto  
Tambel

Raimundo

É fato conhecido e de comprovação prática a todos aqueles que têm ligações com o problema de ensino que nem sempre é o melhor classificado intelectualmente o mais indicado e mais habilitado para o cargo de professor.

Mas, e parece evidente e assim ocorre, mesmo nos países comunistas, os elementos selecionados para tarefas de ensino, sempre devem possuir condições razoáveis de aproveitamento no assunto que irão ensinar. E, até agora, pelo menos tem sido essa uma consideração feita em nosso País.

Entretanto, o General R/1 NELSON WERNECK SODRÉ julga as fichas escolares que indicam fraco aproveitamento, ou mesmo não aproveitamento e, em particular em HISTÓRIA, são consideradas pelo indiciado como "uma recomendação para os citados professores".

Como se vê, o indiciado NELSON WERNECK SODRÉ reuniu no Departamento de História do ISEB os demais indiciados no presente IPEI, a saber JOEL RUPINO DOS SANTOS, MAURÍCIO MARTINS DE MELLO, PEDRO DE ALCÂNTARA FIGUEIRA, RUBEN CESAR FERRANDES e PEDRO CÉSAR UCHOA CAVALCANTI NETO para, como consta dos depoimentos de JOEL RUPINO DOS SANTOS (fls. 88 e 89), do depoimento de PEDRO DE ALCÂNTARA FIGUEIRA (fls. 93 a 96) e do depoimento de MAURÍCIO MARTINS DE MELLO (fls. 98 a 100), orientá-los e utilizá-los, contando com a colaboração ideológica e consciente de todos para a publicação de obra que, baseada na dialética marxista-leninista, se destinava a sutil pregação da luta de classes, visando a substituição do regime político-social vigente no País.

Não se tratava, pois, de reunir professores capacitados para um estudo honesto da História do Brasil, nem admitindo uma certa preponderância da interpretação filosófica marxista, mas sim um grupo de comunistas militantes dedicados ao Partido e que trabalhassem identificados com seu grande mentor - o General R/1 NELSON WERNECK SODRÉ que, assim, os aliciou cuidadosamente.

E a conivência dos poderes públicos de então, do Senhor JOÃO GOULART, dando cobertura mesmo aos atos de comunização feitos pelos seus delegados, sem prévia auto-

-segue-

*Sebastião Costa*  
 Fiscal

FL n.º 341  
*[assinatura]*

sem prévia autorização, pode ser constatada pelo exame dos documentos seguintes, em que se verifica:

- A CASES, em Portaria nº 50, de 4/2/1964, faz as determinações contidas no documento, inclusive determinando o envio imediato da Coleção HISTÓRIA NOVA, ora editada, a todos os professores de História do ensino de grau médio do País (Anexo nº 19);
- o presidente da República, em Decreto nº 63.583, de 21/2/1964, somente então, no seu artigo 1º, autoriza o MEC a editar livros didáticos de todos os níveis e graus de ensino (Anexo nº 20).

E, mais, o referido decreto, contrariando a Lei de Diretrizes e Bases, fixou em seu artigo 2º que os livros didáticos, editados pelo MEC, serão obrigatoriamente incluídos pelos estabelecimentos de ensino, públicos e particulares, entre os que foram selecionados para as diferentes disciplinas e séries.

Em seu depoimento de fls. 139 a 141, ROBERTO GONÇALVES PONTUAL procurou dizer que a coleção HISTÓRIA NOVA não se constituía em livro didático e que, portanto, não havia cho que entre a Portaria nº 50 e o Decreto nº 53.583, citados.

É de destacar que para esse fim declarou que a coleção se constituía em textos complementares extra-escolares, mas que concordava com os termos da Portaria nº 50, de 4/2/64.

Na referida Portaria está escrito, no parágrafo 1º a recomendação para a utilização em classe dos volumes da HISTÓRIA NOVA. Face a isso, o depoente reconheceu haver uma contradição, embora declare que essa contradição é em termos, mas não em intenção, segundo pensa.

Vale destacar que no depoimento da Sra. LÚCIA MAGA IHAES (fls. 147 e 148), a mesma definiu livro didático e confirma o depoimento do Sr. ROBERTO GONÇALVES PONTUAL de que a coleção HISTÓRIA NOVA se enquadra na categoria de texto de complementação, mas que, mesmo assim, seria um livro nocivo. Apesar disso, não só a Portaria 50 citada anteriormente e que recomenda a utilização em classe, como também, nos exemplares das monografias, no Boletim nº 2 de CASES, de outubro de 1963, e na Nota para a Imprensa, escrita por ROBERTO GONÇALVES PONTUAL, está dito:

"ao entregar a professores e estudantes os cinco

*Sebastião Carlos*

Destacou, ainda, a testemunha que a recomendação expressa do MEC para uma obra com as características da HISTÓRIA NOVA poderia levar professores menos avisados ou menos esclarecidos a uma total rejeição dos demais autores, como aliás é preconizado no prefácio da HISTÓRIA NOVA para sua adoção exclusiva.

As testemunhas AMÉRICO LOURENÇO JACOBINA JACOBINE, MARCOS CARREIRO DE MENDONÇA e HERBERT CANABARRO REICHARDE, em seus depoimentos de Ets. 183 a 191, não somente ratificaram o parecer que subscreveram, como membros da Comissão de História do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como apresentaram suas opiniões pessoais condenatórias às monografias da coleção HISTÓRIA NOVA DO BRASIL e confirmaram o aspecto nocivo que teria a utilização das mesmas, ainda que o fôsse como texto de complementação.

Por fim, todo esse trabalho, da cúpula do MEC aos autores da HISTÓRIA NOVA, se fôz em obediência à orientação e ditames de uma organização de caráter internacional - O COMUNISMO - da qual não são encontrados registros em cartório, recibos de auxílio monetário estrangeiro e etc., pois os dirigentes internacionais são hábeis, inteligentes e com notável prática.

Mas, mesmo assim, o auxílio comunista, que constitui uma organização internacional, como provaremos logo a seguir, não se limitou ao preparo puramente ideológico dos autores da coleção HISTÓRIA NOVA DO BRASIL, no sentido de habilitá-los como elementos de frente na luta pela conquista do poder, em nosso País.

Assim é que RUBEM CESAR FERNANDES, um dos indicados, membro da equipe de autores responsáveis pela elaboração das monografias, em 25 de dezembro de 1961 embarcava para HAVANA-CUBA, a CUBA de FIDEL CASTRO, para participar dos festejos comemorativos da Revolução que implantou o comunismo naquela República do Caribe.

E não o fêz por conta própria, pois viajou no avião cubano de prefixo CUT 671, portanto subvencionado pelo governo comunista de FIDEL CASTRO, como o prova o documento que constitui os anexos nº 21 e 22.

Mas são seus próprios seguidores brasileiros que afirmam esse aspecto da organização internacional, não apenas oralmente, mas por escrito e em documento de grande

  
 Sebastião Gonçalves  
 Tenente

e em documento de grande responsabilidade, qual seja as TESES PARA DISCUSSÃO DO VI CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO e que constituem o anexo nº 23.

É importante notar os aspectos extraídos das seguintes páginas:

- nº 68 ( número 1 do anexo nº 23);
- nº 83 ( número 3 do anexo nº 23);
- nº 87 ( número 3 do anexo nº 23);

que permitem, com segurança, caracterizar o aspecto internacional da organização comunista.

O Encarregado deste Inquérito deu destaque ao curso realizado pelo Departamento de História do ISEB no sindicato dos metalúrgicos. Esse curso obedeceu, estritamente, ao fixado nos seguintes aspectos das Teses para Discussão:

- nº 76 (número 1 do anexo 23);
- nº 75 e 79 (número 2 do anexo 23);

A destruição da personalidade do herói está perfeitamente enquadrada no número I-7 (número 3 do anexo nº 23).

Mas não nos amarramos apenas às Teses para Discussão, embora seja documento publicado ostensivamente no jornal NOVOS DIÁRIOS, que se constituía em órgão do Partido Comunista brasileiro.

Preciso é constatar a internacionalidade do comunismo, tese essa que constitui o motivo básico do artigo de VACLAV SIVÁK, NORMAN FREED e MURAD FUATLI, escrito na revista "Problemas da Paz e do Socialismo, de janeiro de 1964, em seu nº 1, em alguns dos pontos anotados à margem pelo Encarregado deste Inquérito e cujo original se encontra nos arquivos da 2ª Seção/EME, artigo esse que constitui o Anexo nº 25.

Se não bastassem as provas da atuação do General R/1 NELSON WERNERCK SOBRINHO no ISEB e na direção da equipe que elaborou a HISTÓRIA NOVA, equipe toda ela constituída -segue-

*Roberto Santos*

equipe toda ela constituída de comunistas militantes, as suas atitudes nos últimos anos, relatadas pela 2ª Seção do Estado-Maior do Exército bastariam para incriminá-lo como adepto de credo vermelho.

Suas obras, entre as quais destaque a "Formação Histórica do Brasil", seus pronunciamentos em conferências ou subcrevendo memoriais, não deixam dúvidas sobre sua ideologia.

Não há crime para o cidadão numa democracia quando espalha idéias e as difunde pelo rádio, pelas publicações diversas, etc.

O que julgamos criminoso é a inculcação na infância e na mocidade estudantil de "virus" de ideologias exóticas, contrárias à índole democrática e cristã do povo brasileiro, como se procurou fazer na HISTÓRIA NOVA um estilo vazado de ne materialismo histórico de Marx e Engels.

De tudo que foi analisado no presente relatório, pode-se concluir o seguinte.

Os indiciados General R/1 NELSON WERNECK SODRÉ, PEDRO CELSO UCHOA CAVALCANTI NETO, MAURÍCIO MARTINS DE MELLO, PEDRO ALCANTARA FIGUEIRA, RUBEM CESAR FERNANDES e JOEL RUI NO DOS SANTOS, comunistas militantes, integrantes do Departamento de História de ISEB, mediante convênio com o Sr. ROBERTO GONÇALVES PONTUAL, Diretor da Divisão Extra-Escolar do Ministério da Educação e Cultura e Diretor Executivo da Campanha de Assistência ao Estudante, ao tempo do governo de Sr. JOÃO BELCHIOR MARQUES GOULART, sendo ministro da Educação o Sr. PAULO DE TARSO, Diretor esse também comunista, elaboraram e deram à publicação monografias sobre a História do Brasil, sob o título HISTÓRIA NOVA, num trabalho de reformulação da nossa História, obra essa vazada na mais perfeita interpretação da dialética marxista-leninista, em obediência ao ditames do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), órgão diretor do movimento comunista internacional - organização internacional destinada a submeter o mundo à ideologia comunista, incentivando a luta de classes, em flagrante violação ao prescrito no art. 141, parágrafo 5º, da Constituição Brasileira, quando diz :

"não será, porém, tolerada propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social ou de preconceitos de raça ou de classe."

As monografias, em todo o seu contexto e dentro da própria premissa levantada pelo MEC de que "o problema

-segue-

FL n.º 345

Sebastião Costa

Paulo José

que "o problema do ensino prende-se à estrutura econômico-social vigente no País, resulta dela", prega a luta de classes, caracterizando os atos praticados no decorrer de nossa História Política, como fruto do desejo de manutenção no poder da classe dominante e procurando dessa forma orientar a massa estudantil do País para a seleção comunista internacional tão preconizada - mudança dos regimes sociais vigentes pelo estabelecimento da ditadura do proletariado, convindo ressaltar que, como afirmou Marx, a revolução socialista "não pode deixar intacto o velho Estado burguês; tem de destruir o velho aparelho de Estado e criar um novo Estado, a ditadura do proletariado!"

Acreditamos que qualquer brasileiro realmente digno dê esse qualificativo não terá dúvidas de que CUBA é hoje uma República Comunista, satélite da União Soviética.

Não nos esqueçamos de que o MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR, patrocinado pelo MEC, e mesmo MEC que patrocinou a HISTÓRIA NOVA, declarou em um dos seus documentos que se evidenciava "a existência de um movimento libertatório do qual CUBA é o primeiro País a conseguir êxito deste grande anseio de libertação nacional".

Com exceção do General R/1 NELSON WERNECK SODRÉ, cuja obra literária é considerável, os demais indicados, provado está, não possuem qualificações intelectuais para o preparo de obra que visava à reformulação de nossa História, a não ser uma - a de comunistas devotados, conscientes da importância da dialética marxista-leninista e capazes de pôr em prática o que consta do artigo que constitui o Anexo nº 21, quando diz:

"os partidos comunistas dedicam especial atenção à educação ideológica dos jovens comunistas no espírito do marxismo-leninismo e ensinam-nos a ver por trás das frases pseudo-revolucionárias dos fraçõesistas a natureza capituladora."

Foi essa qualificação, e somente essa, que levou o General R/1 NELSON WERNECK SODRÉ a convidá-los a integrar o Departamento de História do ISEB e a com êle

-segue

fls.36

elaborar a HISTÓRIA NOVA.

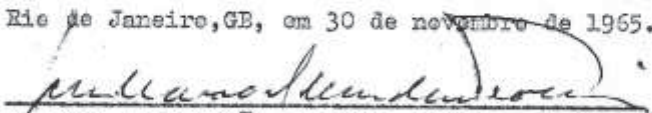
Sebastião  
F. de

FL n.º 346

Obra destinada a "conscientizar" dentro da ideologia marxista-leninista professores e estudantes, pregando a luta de classes e a necessidade de mudança do regime político-social vigente e, como em todo Estado totalitário, e a constituir-se na obra única para o ensino de História do Brasil, de vez que preparada pelos adeptos e seguidores do Estado Comunista, certamente uma República Popular para a qual se levava aceleradamente o Brasil.

E como o fato apurado constitui crime capitulado no artigo 2º, inciso III, da Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953 (Lei de Segurança do Estado), cuja competência para processar e julgar é da alçada exclusiva da Justiça Militar, ex vi do disposto no artigo 8º, § 1º, de Ato Institucional nº 2, editado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República em 27 de outubro do corrente ano, sejam os autos de presente Inquérito Policial-Militar remetidos ao Exmo Sr General do Exército ADALBERTO PEREIRA DOS SANTOS, Comandante do I Exército, a quem incumbe selucioná-lo e remetê-lo à autoridade competente, na forma de que preceitua o artigo 117, § 2º, do Código de Justiça Militar.

Rio de Janeiro, RJ, em 30 de novembro de 1965.

  
GENERAL-DE-DIVISÃO MANOEL MENDES PEREIRA  
-ENCARREGADO DO I P M-

Anexo D – O Autor e o livro [Entrevista com Nelson Werneck Sodré]. [S.n.], Rio de Janeiro, 1965.

# O Autor e o Livro

Nelson Werneck Sodré que os críticos alertaram para serem um iniciador e pioneiro de ficção, deu a este trabalho a sua História da Literatura Brasileira, confirma com o lançamento de "Ofício do Escritor" e "O Naturalismo no Brasil" (Civilização Brasileira), os seus conceitos de que o talento não deve excitar o paralar. É lá que afirma: "Aquilo que não tem condições para enfrentar a verdade e para proclamá-la, sejam emula fútem as consequências, não tem condições para ser escritor. Ambos livros extremamente importantes para o estudante e igualmente interessantes para o leigo, dada a linguagem sem tecnicismos, sempre em que são vastos, servem de pretexto para a entrevista que pedimos ao escritor:

**1 — Dê os biográficos**

Nasceu no Rio a 27 de abril de 1911. Sua general da rua da Escuridão. É no mais escritor. Não tenho biografia, sou portanto, o homem feliz.

**2 — Quais os "sintomas" literários?**

Muito cedo os tive. Foi doença de infância que começou no colégio e por aí prosseguiu.

**3 — Foi menino prodígio?**

Não se estudava aquilo de que gostava, portanto era bom aluno em algumas coisas, mas não. Segui o caminho natural, escrevendo em revistas do colégio e depois na imprensa — colaborações avulsas, mais tarde jornais sistemáticas — até chegar aos livros. Era um leitor ferrenho que vivava a noite, se não podia não fosse apagar a luz e a quarta. Lía muito e evidentemente, lia mal.

**4 — Teve as costumeiras experiências poéticas da adolescência?**

Não. Desde cedo me convenci de que não era poeta, de modo que jamais perpetrei um verso.

**5 — Quando publicou o seu primeiro livro?**

Em 1938, foi a História da Literatura Brasileira, hoje em 4ª edição.

**6 — Já pensava então que o escritor, não sendo sacerdote nem missionário, é uma testemunha de seu tempo?**

Não. Essas ideias ainda não eram minhas. Foram adquiridas no curso das experiências da vida e da atividade de escritor.

**7 — Acredita, pois, que hoje passou a época da "art for art's sake"?**

Passou completamente. Como passou o seu inventor. Oscar Wilde, esse epigramista não tem mais razão de ser e que no entanto, foram uma das sedações da minha adolescência. Não tem razão em nada, era porque não tinha nada de mais do que a vida.

**8 — Como explica o lançamento simultâneo dos dois livros?**

Foram escritos ao mesmo tempo.

Por coincidência. São matérias acumuladas ao longo de uma vida de escritor. Escrevo muita coisa que vou guardando, quando tenho uma fase de pausa, ordeno, costuro, acrescento o que falta. Aconteceu assim com o "Ofício" e o "Naturalismo". A coincidência é apenas de edição.

**9 — Como trabalha? Tem algum método ou obedece à inspiração?**

Trabalho de cada vez em várias coisas: na parte de pesquisa, na parte de redação, na parte metódica de leitura, uma prevalência sobre as outras, conforme a fase em que estou. Não tenho inspiração. Trabalho muito, horas e dias seguidos. Sou um trabalhador organizado e sistemático e minha vida é quase que inteiramente dedicada ao trabalho.

**10 — Tem algum livro em preparo?**

Tenho alguns. O que está mais próximo de sair, é a História da Imprensa no Brasil.

**11 — E no gênero ficção?**

Tenho a ficção na minha primeira fase literária e espero ter ainda uma pausa para voltar a ela. Outros trabalhos em preparação de elaboração têm prioridade, só quando terminá-los, poderai encetar o trabalho de ficção, embora não acredite que venha a ter importância como tal. Não há exemplo de ensaísta que tenha alcançado êxito como ficcionista. E eu não penso que vá fugir a regra.

**12 — Quais são os trabalhos que prepara?**

Entre outros, estou escrevendo vagarosamente as minhas memórias que eu presumo que sejam um depoimento interessante pelo que revelam não só da vida literária no Brasil como da vida literária, porque elas se dividem em memórias de um soldado e memórias de um escritor.

**13 — Resumindo...**


Tenho a esperança de que o "Ofício do Escritor" principalmente, desperte a atenção dos escritores e que eles discutam os conceitos ali emitidos. Estou certo de que não sou o dono da verdade, mas espero que desta discussão resulte uma melhor compreensão do problema.



*Nelson Werneck Sodré*

Anexo E – “SODRÉ, Nelson Werneck. Programa da primeira aula do curso História Nova do Brasil. [S.l.], 5 jun. 1981. 4 p. Orig. Ms. 32,03,001 nº 019.”

32,3,1 nº 019

 **MINISTÉRIO DA CULTURA**  
Fundação BIBLIOTECA NACIONAL

**MANUSCRITOS**

AUTOR: SODRÉ NELSON WERNECK

TÍTULO: PROGRAMA DA PRIMEIRA AULA DO CURSO  
"HISTÓRIA NOVA DO BRASIL"

LOCAL E DATA: 05/06/1981

Nº DE PÁGS./FLS.: 4 Nº DE DOCS.: 1

COLEÇÃO: NELSON WERNECK SODRÉ

32,3,1 nº 019

## História Nova do Brasil

1a. aula: 5. VI. 1981

Assunto: Apresentação. Que é a História?  
 Quadro Geral: a Europa do Século  
 XV. A expansão mercantil.

1a. Parte: apresentação

1. Método: Os processos devem ser examinados.
  - a) - historicamente;
  - b) - em relação com os outros;
  - c) - à luz da experiência concreta
2. Momento: cada época faz uma revisão hist
3. Posição: não ter uma posição política justa é como não ter alma.
4. Técnica: apresentação e discussão: ninguém é dono da verdade.

2a. Parte: Que é a História

- O ponto de vista: o caso Raleigh.
- O que é importante? O caso de Pilatos.
- O número de fatos: o conto do rei
- As histórias extensas: Anken - Cantu - Fogulbee
- As histórias por equipes
- Reter e esquecer
- O fator tempo: saber situar
- Erudição e cultura: o caso do relógio
- Saber e compreender
- Fatos como conhecimento bruto
- Só há ciência do geral: caos e leis

ta da essência nos fenômenos.

- se essência e fenômeno (aparência) coincidissem, não haveria necessidade da ciência.
- exemplo trivial: a Terra e o Sol
- exemplo histórico: o caso de 1922.

Sa. Pante: Quadro Geral - A Europa do Século XV - A expansão mercantil.

1. O ocidente europeu sob o feudalismo.
2. Características do regime feudal:
  - ausência de trocas
  - dispersão do povoamento
  - fracionamento do poder
  - as classes: senhores - servos - artesãos - burgueses
  - fechamento do Mediterrâneo pela expansão árabes
  - reagranização europeia
  - europeu e cristão
  - Cruzadas
3. Mudanças:
  - lutas militares e trocas
  - ampliação das trocas
  - contribuições em dinheiro
  - mercados: feiras móveis e fixas
  - letra de câmbio
  - luta pelo comércio oriental e pelo mediterrâneo
  - desenvolvimento da manufatura
  - centralização monárquica:
    - impáysa e polvara
    - apoio dos mercadores
    - cavalaria

- 1  
- 2
- Personagem: o povo
  - As ideias guiam o processo?
  - A realidade e a consciência
  - As concepções:
    - teológica: a providência divina
    - naturalista: Voltaire e a opinião
    - racional: Mignet, Thierry, Guizot - o povo e as classes
    - social: Hegel (o estado social é a origem das mudanças)
  - a dialética
  - materialista: "As relações jurídicas, assim como as formas de Estado, não se explicam nem por si mesmas nem pela proclamada evolução geral do espírito humano: têm suas raízes, ao contrário, nas condições de existência material!"
  - o método dialético: a contradição
  - Categorias de essência e fenômeno:
    - essência é o interno e oculto
    - fenômeno é o externo, mutável
    - estão unidos e em contradição
    - conhecido e desconhecido
    - a essência expressa o universal
    - o fenômeno expressa o particular
    - a aparência externa dos fenômenos ~~esconde~~ oculta a verdadeira essência do processo.
    - a lei expressa a essência
    - o conhecimento é o processo de descobrir

- alvorecer nacional e idiomas
- Renascença e Humanismo
- Reforma e Contra-Reforma
- Transporte marítimo e técnicas.

#### 4. Portugal:

- posição geográfica
- papel das Cruzadas
- ligação Mediterrâneo - Mar do Sudeste
- afluxo de mercadores e técnicos
  - a herança italiana
- precocidade nacional e pontos
- litoral mercantil x interior agrário
- expansão mercantil:
  - comércio de intermediação
  - especiaria: açúcar
- autonomia e redução de 1383
- navegação oceânica
- Colombo - Vasco da Gama
- acumulação predatória

#### Bibliografia

- G. Plékhanov - de la Philosophie de l'Histoire  
 F.J. Konstantinov - Teoria Materialista da História  
 H. Berr - La Synthèse en Histoire  
 M. Bloch - Métier d'Historien  
 H. Pirenne - História Económica e Social da Idade Média  
 Giuliano Conte - da Crise do Feudalismo ao Nascimento do Capitalismo  
 J. Xerulans - História de Portugal  
 António Sérgio - " " "  
 M.M. Rosental e G.M. Strako - Categorias del Materialismo Dialéctico.

Anexo F – “INQUÉRITO Policial-Militar nº 164. Termos de perguntas ao indiciado  
(Nelson Werneck Sodré). IPM dos Generais da Reserva. Brasília: STM/SeArq,  
1970. Vol. 01.

TÉRMINOS DE PERGUNTAS AO INDICIADO

Aos dezoito dias do mês de julho de ano de 1964, nesta cidade / de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, no Quartel do Primeiro Grupo de Artilharia de Costa, Fortaleza de Santa Cruz, presente o General de Divisão R/1 DJALMA RIBEIRO CINTRA, encarregado deste inquérito, comigo / IVAN SOUTO MAIOR, Primeiro Tenente, servindo de escrivão, compareceu / NELSON WERNNECK SODRÉ, General de Brigada R/1, afirmando ser interrogado / de acordo com o constante do ofício da Delegação de Poderes que lhe foi lida em seguida passou aquela autoridade a interrogá-lo da maneira seguinte: qual o seu nome, idade, filiação, estado civil, naturalidade, posto e a que corpo, repartição ou estabelecimento militar pertence. // Respondeu que se chama NELSON WERNNECK SODRÉ, com 53 anos, filho de Heitor Abreu Sodré e Amélia Werneck Sodré, casado, de antigo Distrito Federal, General de Brigada R/1. Passou então a ser interrogado da maneira que se segue: Perguntado quando, onde e porque foi preso?, respondeu / que foi preso na cidade de Fernandópolis, Estado de São Paulo, no dia / 26 de maio do corrente, por investigadores da Polícia Paulista, quando ali estava na residência de sua tia Carmem Sodré Terra, passando dias / com a mesma e sua família; segundo informações desses investigadores e do Delegado Regional de São José do Rio Preto, para onde foi levado, a Polícia Paulista estava a procura de um feragido chamado Paulo Valente, sendo detido o depoente por engano e, julgaram conveniente entregá-lo / as autoridades do II Exército, quando foi informado da cassação de seus direitos Políticos; não foi preso portanto mediante ordem de prisão contra sua própria pessoa, estava só no que se refere a pessoas estranhas a digo, estranhas a família de sua tia. Perguntado se era Professor no Instituto Superior de Estudos Brasileiros e na Faculdade Nacional de Filosofia? Respondeu que foi professor do I.S.E.B. da fundação a extinção, não tendo sido jamais professor da Faculdade Nacional de Filosofia, ali tendo feito apenas uma conferência há muitos meses. Perguntado se nos centros de estudos acima referidos, organizou cursos ou deu aulas ou conferências sobre diversos temas e quais esses temas?, respondeu que, no I.S.E.B., organizou sempre o Curso de Formação Histórica de Brasil, de que era chefe, tendo, habitualmente, quanto a aulas e conferências / em outros centros, atendido a convites que traziam previsto já o assunto. Perguntado: General SODRÉ, o senhor é considerado um intelectual, um estudioso, um conferencista de nome conhecido, e um professor eficiente nos seus objetivos visados, daí o seu prestígio no meio estudantil. Dado porém, que outras personalidades, também estudiosas e intelectuais, julgam os seus trabalhos traduzindo e influenciando numa linha ideológica, que levam V. Excia. ser considerado um dos mais ativos e responsáveis na infiltração comunista no M.E.C., em geral, e na F.N.F. em particular, pergunto que explicação pode dar sobre a veracidade destes fatos? respondeu que: quanto a eficiência de seu ensino, nada pode dizer, mas lembra que ela pode bem ser associada a sua prática quando instrutor da Escola de Estado Maior; quanto a Faculdade de Filosofia, só esteve ali uma vez, como já foi dito; quanto ao Ministério da Educação, poucas vezes ali esteve, e para assinar folha de vencimentos do I.S.E.B. mensalmente, na maior parte dos casos, só conhecendo, de seus titulares, pessoalmente, o Ministro DARCY RIBEIRO, e anteriormente a sua ascensão ao ministério, quanto as tendências ideológicas, elas estão registradas em seus livros, que são públicos, não lhe conhecendo o papel de mentor dos jovens; quanto a U.N.E., ali ministrou um breve curso de História de Brasil, não aos seus associados especialmente, mas tendo a U.N.E. // fornecido a sala, cuja lotação era de vinte lugares; pode acrescentar / entretanto, que notou nos meios estudantis, embora não os frequentasse assiduamente uma grande insatisfação quanto ao ensino oficial, e que lá vava os estudantes a procurar aprender fora das escolas; deseja frisar que a imputação ideológica, formulada de maneira vaga prende-se, nas // suas origens, à posição nacionalista do depoente, que a espovou cedo, / defendeu-a sempre e dela não se arrepende. Perguntado se compareceu, em setembro de 1962, a instalação do festival do Centro Popular de Cultura da U.N.E. em sua sede?, respondeu que não, não era frequentador da UNE,

- (Continua) - ...

e não esclarece isso por estar preso, mas por ser fato, uma vez que não forma entre os inimigos da UNE, esclarece também que não temia a defender-se, no caso, pois o seu comparecimento não seria crime, se no Centro Popular de Cultura um esforço meritório, e teria comparecido, para aplaudir-lo, se fossem menores os seus afazeres. Perguntado se preparou o "Seminário Mundial do Mundo Sub-Desenvolvido", promovido pela classe estudantil latino-americana, realizado em Salvador, Bahia, em junho de 1963?, respondeu que nunca preparou esse ou outro qualquer seminário estudantil, nem a ele compareceu. Perguntado se estava de acordo com o regime de FIDEL CASTRO em Cuba?, respondeu que cabe aos cubanos julgar e escolher o regime que os rege, nada tendo os não-cubanos com esse problema; quanto ao mérito preferia o Regime de FIDEL CASTRO ao de BATISTA mas a análise de um regime político demanda longa explanação, que aqui não cabe, de qualquer forma, sua especialidade é o Brasil e não Cuba, cuja vida não conhece suficiente para julgamento objetivos. Perguntado: dado o grande apoio financeiro e principalmente militar que FIDEL vem recebendo dos Russos, acredita que mesmo assim a sua política venha a se inclinar a linha chinesa?, respondeu que não está em condições de esclarecer. Perguntado se a sua opinião era e é de apoio a política da não intervenção e não intervenção em Cuba? respondeu que era e é, e não só em relação a Cuba mas a todos os países. Perguntado como vinha vendo a política agressiva e de fomento a subversão interna posta em prática por FIDEL contra a Venezuela? respondeu que seu parecer está contida na resposta a pergunta anterior. Perguntado se tomou conhecimento das conclusões chegadas pela Comissão da OEA em apoio aos argumentos de Caracas, comprovando que as armas encontradas eram de procedência cubana?, respondeu que do assunto só conhece as notícias dos jornais. Perguntado se tomou parte em alguma manifestação a favor da não intervenção por parte de outros países na Venezuela ou na Hungria? respondeu que não. Perguntado se acha ser a política Castrista de agressão e subversão perigosa para América Latina e principalmente para o Brasil?, respondeu que se presume, na pergunta, um alto poder de Castrismo, capaz de abalar um continente e o depoente acha que os países do continente são maiores e mais poderosos do que Cuba, sendo, portanto, aquele perigo uma falta de confiança nas próprias instituições. Perguntado se, como membro da "Comissão Organizadora do Congresso, digo, como membro da "Comissão de teses e informes", da "Comissão Organizadora do Congresso de Solidariedade a Cuba", assinou a convocatória para sua realização no Brasil em março de 1963, respondeu que assinou um documento, não sabendo se a convocatória, não participou dos trabalhos preparatórios nem do referido Congresso e assinou porque estava fiel ao princípio de não intervenção já mencionado em resposta a outra pergunta, fez-le em documento público, e mantém essa posição. Perguntado se é o dirigente do "Comitê para Assuntos Militares do Partido Comunista Brasileiro"? respondeu que não. Perguntado se é o dirigente, digo, se chegou a realizar, em agosto de 1963, uma conferência num estaleiro Verolne, em Angra dos Reis? respondeu que jamais esteve, em lugar algum para os operários desse ou outro estaleiro. Perguntado se compareceu a legação Tcheca com o Brigadeiro Teixeira e outros pra externar opinião favorável a vinda ao Brasil dos Srs Mikoyan Kruschev, para contrabalançar os efeitos da visita do Sr Esien, digo, Eisenhower? respondeu que não, nem sabe onde é a legação Theca e não esteve com o Brigadeiro Teixeira nos últimos três anos. Perguntado se: embora a resposta acima, teve contactos com elementos da legação Theca, em sua sede ou em outro lugar, juntamente com os Srs Josué de Castro, Lísicio Hauer, Rolando Corbisief e Roberto Morena? respondeu que não e algumas dessas pessoas nem conhece. Perguntado se foi colaborador do "Semanário"? respondeu que sim, tendo dele se afastado há mais de três anos. Perguntado se é membro fundador do Comando dos Trabalhadores intelectuais (intelectuais), que trabalha para implantação do Comunismo no Brasil; e se assinou um manifesto de solidariedade aos radialistas em greve, em novembro de 1963? respondeu que sim,

- (continua) -

→ em Angra dos Reis e jamais fez conferência

Indut. Cens.

H. n.º 108  
Fls 3 *Infância*

quanto a fazer parte, desde a fundação, do Comando dos Trabalhadores intelectuais, que essa organização não visa implantar o Comunismo no Brasil e que assinou, se bem se lembra, o documento de solidariedade aos radialistas, participantes do C.T.I. Perguntado se é membro da Associação Brasileira de Solidariedade ao Povo do Paraguai? Respondeu que não. Perguntado: deve o Brasil ter relações diplomáticas com todos os povos dependentes, digo, independentes de sua ideologia? respondeu que sim. Perguntado se condena o imperialismo norte-americano da mesma maneira que condena o imperialismo russo ou chinês? respondeu que condena o imperialismo sem indagar de sua nacional origem. Perguntado: como General do Exército, que opinião tem sobre os fatos 1º - o comício do dia 13 de março, 2º - a manifestação dos marinheiros insubordinados 3º - a comemoração da Sociedade de Sargentos da Polícia, realizado na Automóvel Club? respondeu que, quanto ao comício do dia 13 de março, a que não compareceu, nada ver(ve) que possa criticar, quanto aos outros dois acontecimentos, apresentaram aspectos de indisciplina, flagrante, resultaram de um mais ou menos longo processo de deterioração da disciplina que seria longo explanar. Perguntado: qual a sua opinião sobre as pregações feitas pelo Sr Brizola, no Rádio e TV, principalmente quanto a organização dos grupos dos Onze? respondeu que num clima de liberdade de opinião, era perfeitamente compreensível a pregação de Sr Brizola, que teve aspectos positivos, e que derivava, no modo de ver do depoente, de convicção honesta e patriótica; quanto aos grupos de onze, o depoente não acreditou nunca em sua eficiência e a realidade para ce ter comprovado isso; quanto a legitimidade, se o movimento de abril tem motivos para impugná-la, a situação anterior não tinha; a legitimidade é sempre um problema político; Se os partidários do levante de abril // tivessem sido derrotados estariam respondendo a processo por subversivo. Perguntado onde se encontrava por ocasião da revolução de 31 de março? respondeu que, se encontrava no Rio de Janeiro GB. Perguntado que impressões tinha das ligas camponesas; e se suas ações eram inofensivas ou // extremistas? respondeu ser difícil opinar porque desconhece o Nordeste. Perguntado se tem mais algumas declarações a fazer? respondeu; reserva-se para fazê-las na justiça. E como nada mais disse e nem lhe foi perguntado deu o encarregado deste inquerito por findo o presente interrogatório, mandando lavrar este termo que, depois de lido e achado conforme, assina com o indiciado, com as testemunhas e comigo IVAN SOUTO MAIOR, 1º Tenente, servindo de escrivão e datilógrafo.

*Harmonabi bin Cinti*  
Encarregado do Inquerito

*Selson Demétrio Louvi*

Indiciado Gen Sda R/1

*Quando Putado de Rocha*

Testemunha

*Dita Para Para Ferraz de Araújo*

Testemunha

*Ivan Souto Maior*

Escrivão 10/64

Anexo G – “INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. Por uma nova História do Brasil (Roberto Pontual). Documento apreendido no ISEB. IPM da História Nova do Brasil.

Brasília: STM/SeArq, 1966b.”

**Doc n. 07**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

POR UMA NOVA HISTÓRIA DO BRASIL

1192  
IPM 481  
DOCUMENTO APREENDIDO NO  
ISEB

*McCorais*  
*Roberto Pontual*

No momento em que todo o País começa a despertar para os seus problemas de caráter realmente estrutural e quando amplas camadas de nosso povo se organizam para remover os entraves que obstaculizam o seu pleno desenvolvimento, torna-se de fundamental importância o conhecimento autêntico de como o processo histórico brasileiro veio se desenrolando, de Descobrimento até os nossos dias.

Para a tomada de consciência deste povo e a conseqüente ação emancipadora, a História representa poderosa arma. Não a História falsa e mistificadora que sistematicamente se vem ensinando em nosso País, mas a História profunda e verdadeira, aquela que busca no fato histórico não o fato em si mesmo e sim as suas determinantes de ordem econômica, social, política e cultural.

Essa História, assim concebida e cientificamente abordada, tem sido negada a nosso povo. Vemos sair das escolas e faculdades professores em sua imensa maioria formados na concepção histórica oficial cujo afastamento do real processo de formação da sociedade brasileira a própria prática tem-se encarregado de demonstrar; por sua vez, tais professores - não por uma intrínseca má-fé, mas exatamente porque surgiram de um contexto globalmente alienante - transmitem em suas lições, de uma maneira geral esta mesma concepção errônea e desviadora.

São incontáveis os exemplos desse falseamento de nossa História: percebe-se a todo instante a tentativa de esconder a qualquer custo a essência dos seus temas e acontecimentos mais fundamentais. Veja-se por exemplo, o que acontece quase como regra geral no ensino do Descobrimento do Brasil, quando os estudantes de nossas escolas de grau médio são submetidos a uma ridícula perda de tempo em discussões que procuram resolver o problema de se o nosso País foi descoberto ou não "por acaso". Raríssimamente têm oportunidade de conhecer aquilo que mais interessa no que

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DOCUMENTO APREENDIDO NO  
ISEB

tange o nosso Descobrimento, ou seja, a transformação que por aquela época se vinha observando na sociedade européia, com a ultrapassagem do feudalismo por um capitalismo nascente; permanecem, êsses mesmos estudantes, desconhecendo a situação econômica e social da Europa na época das grandes navegações e descobrimentos, assim como nada apreendem das condições da expansão marítima de Portugal e suas principais etapas.

E estamos citando apenas um exemplo; tôda a nossa História, na forma com que tradicionalmente vem sendo divulgada, nada mais representa do que uma multiplicidade dêsses enganos. O ensino das invasões holandesas, por um lado, se restringe ao monótono desfilar de trabalhos, condicionando um patriotismo belicista em nada conveniente para a nossa juventude; o 7 de Setembro de 1822, por outro lado - convencionalmente considerado como data da Independência do Brasil, mas que preferimos destacar apenas como data de separação de Portugal -, perde tôda a sua rica substância pela ausência total de abordagem de suas implicações internacionais mais profundas, seus condicionamentos a fatores de dominação então dominantes.

No entanto, nos últimos tempos, felizmente, não têm sido poucos os que vêm tomando consciência de que a História do Brasil, tradicionalmente concebida e comunicada, em especial na literatura didática, longe de revelar os verdadeiras bases do processo de formação de nosso País, serve, pelo contrário, como instrumento de freios e desvios, obstáculo para seu próprio desdobramento.

Acompanhando e buscando contribuir para êsse despertar, a Campanha de Assistência ao Estudante (CASES) do Ministério da Educação e Cultura considerou de fundamental importância tentar a reformulação do ensino e do estudo de nossa História. Através de uma categorizada equipe de professores (Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Mello, Nelson Werneck Sodré, Pedro Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto e Rubem César Fernandes), inseridos nesta perspectiva, planejou uma coleção de pequenos textos para professores e estudantes, a que denominou, no conjunto, de "História Nova".

A reformulação que teve como principal finalidade a de

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DOCUMENTO APRESENTADO NO  
1958

M. Moraes Pinto

dez - pretendem alcançar visa, de acôrdo com o pensamento de seus autores, "a corrigir a ordenação consagrada, sob dois aspectos principais:

- 1) alargando o campo de estudo da nossa História,
  - a) verticalmente: fazendo ingressar nêle a sociedade, a economia e a cultura. Na maioria dos livros só cabem as grandes figuras; é preciso fazer aparecer o nosso povo.
  - b) horizontalmente; fazendo ingressar nêle os fatores condicionantes, às vêzes determinantes, de ordem mundial. Para nós, não é possível explicar a História do Brasil sem inseri-la no quadro da História moderna e contemporânea; o Brasil, desde seu aparecimento até hoje, está ligado aos interesses mundiais.

- 2) estendendo a compreensão da História até o presente.

Em nossa opinião, a História não é uma diversão; sua função social está justamente no fato que lhe cabe explicar o presente. Mostrar o nexó passado-presente, / sobretudo em nosso país onde muita coisa estacionou, não só é necessário, como a única forma de estudar História. A História não existe para servir de fuga ao mundo. Ao nosso ver, é preciso ensinar sempre que o que vem depois se explica pelo que vem antes e vice-versa. É a lição da continuidade histórica".

Para que se tenha uma ligeira idéia da reformulação proposta, acreditamos suficiente a transcrição sumária dos diversos itens que compõem a monografia Independência de 1822:

#### A ÉPOCA DA INDEPENDÊNCIA DE 1822

A independência de 1822 e a Época da Revolução Industrial. A Acumulação de Dinheiro, Fator Insispensável à Revolução Industrial. A mão de Obra para a Indústria. A Revolução na Técnica. O Liberalismo Econômico.

#### O DESENCADEAMENTO DOS FATOS DA INDEPENDÊNCIA DE 1822

Os Antecedentes Internacionais da Independência de 1822

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

195  
1 P M 481  
DOCUMENTO APREENDIDO  
1878  
M. B. G. ...

tado de 1786. O Código Napoleônico. O Porquê das Vitórias Militares Napoleônicas. O Bloqueio Continental. Portugal e os Tratados / Internacionais. O Interesse Inglês na Fuga da Corte.

#### A SOCIEDADE BRASILEIRA E SEUS ANTAGONISMOS

Principais Classes e Camadas Sociais do Brasil. Os Escravos e suas Lutas. Caracterização das Camadas Médicas. Seus Movimentos pela Independência. Os Senhores de Terras e de Escravos. A Violência Metropolitana.

#### A CÔRTE PORTUGUESA NO BRASIL

A Ocupação de Portugal pelos Franceses e a Abertura dos Portos. O Domínio Inglês Sobre o Brasil. Melhorias Necessárias à Vida da Corte. / Consequências Gerais da Presença da Corte no Brasil.

#### O PROCESSO DA INDEPENDÊNCIA

A Revolução do Porto e a Volta da Corte. A Revolução do Porto e Suas Repercussões no Brasil. A Sociedade Brasileira e as Diversas Perspectivas de Independência. A Proclamação da Independência de 1822.

#### A CONSOLIDAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DE 1822.

As Características da Independência de 1822. Os Brasileiros, os Portugueses e o Primeiro Reinado. A Inglaterra como Líder do Reconhecimento do Brasil. O Reconhecimento e a Luta Política no Brasil. A Expulsão dos Portugueses do Poder: A Abdicação.

Compreendendo o alcance que uma iniciativa como esta necessariamente teria para o autêntico desenvolvimento do povo brasileiro, o Ministro Júlio Sampaio vem de assinar uma Portaria recomendando aos professores de grau médio o uso em classe das monografias que compõem a coleção "História Nova" editada pela CASES.

Tudo isto representa, no entanto, apenas as primeiras medidas no sentido de colocar e ensino e o estudo de nossa História a Serviço de / um povo mantido até aqui no mais profundo desconhecimento de sua verdadeira essência. Muito mais necessita ser pôsto em prática para levar esse projeto às suas últimas consequências, dando ao povo brasileiro o Brasil pelo qual ele realmente anseia.

Roberto Pontual  
Diretor